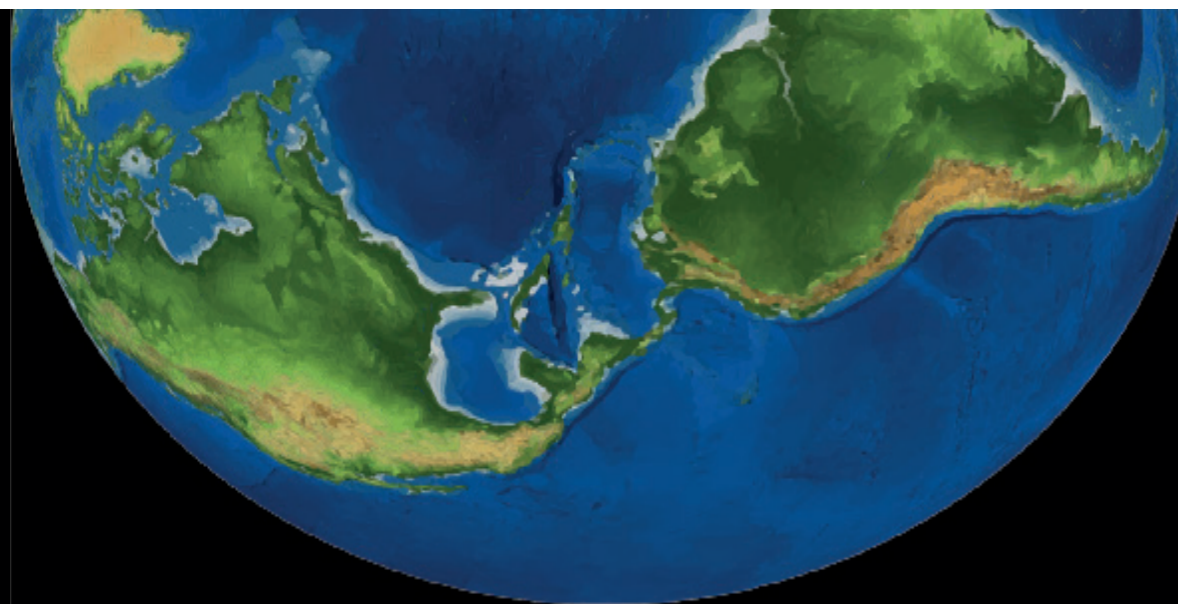


Lorraine Marie Farias de Araujo é Mestra e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS/UFAL). Especialista em Saúde e Ambiente pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela UFAL - Unidade Acadêmica de Palmeira dos Índios. Pesquisadora pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Integrante do Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social (GPSRS), bem como do Grupo de Pesquisa Sobre Gênero, Igualdade e Reprodução Social (GENIR), ambos vinculados à UFAL.

Luana Cavalcante Pinho é Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social - PPGSS/UFAL. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social - PPGSS/UFAL. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social. Atua principalmente nos seguintes temas: serviço social, conservadorismo, pós-modernidade, marxismo, política e emancipação humana.

Valderí Teles do Nascimento Neto é Doutorando em Serviço Social pela UFAL (2022), vinculado ao Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (2013) e mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (2017). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos do Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, reprodução, capitalismo e Brasil. Atualmente, pesquisa a história do serviço social alagoano aproximando-se da metodologia de pesquisa em história oral.



O objetivo desta coletânea é investigar o Serviço Social no contexto internacional através da perspectiva histórico-crítica. Tal marco teórico é fundamental para a “intenção de ruptura” proposta na renovação do Serviço Social Brasileiro. A aproximação deste ao marxismo, iniciada por pesquisadoras e pesquisadores, como Marilda Villela Yamamoto, José Paulo Netto, Carlos Montaña, entre outros, precisa ser posta em continuidade na contemporaneidade, onde a crise estrutural do capital assola a vida da classe trabalhadora, acirra a luta de classes e agudiza a “questão social”. Por isso, o marxismo configura-se de importância nodal para a crítica à perspectiva endogenista do Serviço Social, ainda incrustada na formação e pesquisa em Serviço Social no Brasil, mas superada pela tese histórico-crítica mencionada. Portanto, desde o Brasil, convidamos pesquisadoras e pesquisadores que investigam a particularidade do Serviço Social em diferentes países, para expor sua pesquisa nesta coletânea, a fim de contribuir cientificamente para elucidar o Serviço Social em meio a sua relação intrínseca com a sociabilidade burguesa.



LORRAINE MARIE FARIAS DE ARAUJO
LUANA CAVALCANTE PINHO
VALDERÍ TELES DO NASCIMENTO NETO
Organizadores

UMA VOLTA AO MUNDO: SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE INTERNACIONAL



LORRAINE MARIE FARIAS DE ARAUJO
LUANA CAVALCANTE PINHO
VALDERÍ TELES DO NASCIMENTO NETO
Organizadores

UMA VOLTA AO MUNDO. SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE INTERNACIONAL



Manifesto do Instituto
Trabalho Associado

O Instituto Trabalho Associado surge da iniciativa de militantes, pesquisadoras e pesquisadores preocupados com o enfrentamento da sociedade capitalista para sua transformação radical. Coloca-se como um espaço para a produção e a disseminação de conhecimento que possa contribuir com a práxis revolucionária, entendendo que não se faz revolução sem teoria revolucionária, mas que também, como diria Marx, “a disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento - que é isolado da prática - é uma questão puramente escolástica”. É preciso falar de socialismo hoje. É necessário transformar a sociedade agora! Com efeito, o Instituto Trabalho Associado se insere na batalha das ideias para combater a ciência burguesa e a sua dinâmica produtivista, mas também cumpre o papel de combater as teorias reformistas, uma vez que estas teorias atrapalham a classe trabalhadora na sua tarefa histórica de destruição do capitalismo. Numa conjuntura de crise estrutural do capital, em que todas as dimensões da sociedade se encontram em crise ao mesmo tempo, a classe trabalhadora paga o preço desse processo. Para que continue existindo alguns bilionários, trabalhadoras e trabalhadores estão sendo cada vez mais explorados, em que seus direitos estão, literalmente, sendo destruídos e não há possibilidade de nenhum avanço ou ganho para estes em meio ao sistema do capital. O que o capitalismo pode e vai continuar oferecendo à classe trabalhadora é fome, miséria, pandemia, violência, desemprego, entre outras mazelas. Não podemos alimentar mais ilusões de conquistas dentro da ordem, pois a ordem burguesa é contrária à classe trabalhadora. Os interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores só podem ser conquistados com a luta para além da ordem estabelecida, ou seja, para além do capital.

**LORRAINE MARIE FARIAS DE ARAUJO
LUANA CAVALCANTE PINHO
VALDERÍ TELES DO NASCIMENTO NETO
(Organizadores)**

**UMA VOLTA AO MUNDO:
SERVIÇO SOCIAL E O
DEBATE INTERNACIONAL**



Arapiraca | Alagoas | 2023

Conselho Editorial do Instituto Trabalho Associado

Diego de Oliveira Souza (Presidente) – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Artur Bispo dos Santos Neto (Secretário) – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Mônica Regina Nascimento dos Santos – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Lorraine Marie Farias de Araujo – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Lígia dos Santos Ferreira – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Talvanes Eugênio Maceno – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Aline Soares Nomeriano – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Sóstenes Ericson Vicente da Silva – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Virgínia Silva Santos – Instituto Federal de Rondônia (IFRO)
Silvio Rosa Filho – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Claudia Alves Durans – Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Jenny Andrea Torres Peña – Universidad Distrital Francisco José de Caldas: Bogotá, CO
Camila Pereira Abagaro – Universidad de la Salud de la Ciudad de México (UNISA)

Diagramação: Lorraine Marie Farias de Araujo

Capa: Lorraine Marie Farias de Araujo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Uma volta ao mundo : serviço social e o debate
internacional / organização Lorraine Marie
Farias de Araujo, Luana Cavalcante Pinho,
Valderí Teles do Nascimento Neto. --
Arapiraca, AL : Instituto Trabalho Associado,
2023.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-981438-3-1

1. Pesquisas 2. Serviço social 3. Serviço social
internacional I. Araujo, Lorraine Marie Farias de.
II. Pinho, Luana Cavalcante. III. Nascimento Neto,
Valderí Teles do.

23-179427

CDD-361.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço social 361.3

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

1ª Edição 2023

Instituto Trabalho Associado
www.institutotrabalhoassociado.com.br

LORRAINE MARIE FARIAS DE ARAUJO
LUANA CAVALCANTE PINHO
VALDERÍ TELES DO NASCIMENTO NETO
(Organizadores)

UMA VOLTA AO MUNDO:
SERVIÇO SOCIAL E O
DEBATE INTERNACIONAL



Arapiraca | Alagoas | 2023

Comissão Editorial - Instituto Trabalho Associado 2023

Lorraine Marie Farias de Araujo
Diego de Oliveira Souza
Artur Bispo dos Santos Neto
Mônica Regina Nascimento dos Santos
Marcos de Oliveira Silva
Henrique Felix Santos
Maria Aparecida Ferreira dos Santos Feitosa
Carlos Antonio Vasconcelos de Oliveira Júnior
Victória Régia Ferreira Barbosa
Jonathan Smith Melquiades Cezar
Fernando Emmanuel Vicente da Silva
Christiane Batista Araujo
Elaine Nunes Silva Fernandes
Verônica Ferreira Pinto

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
<i>Rosa Lúcia Prêdes Trindade</i>	
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Breves aproximações com o Serviço Social Internacional: alguns apontamentos a partir da experiência da disciplina de Estudos Avançados em Serviço Social II	10
<i>Valderi Teles do Nascimento Neto</i>	
2 SERVIÇO SOCIAL NA EUROPA	23
2.1 O Serviço Social Radical no Reino Unido: processo histórico e tendências contemporâneas	23
<i>Elida Janaina Barbosa Rodrigues Pimentel</i>	
2.2 Reflexões sobre o Serviço Social no Reino Unido: uma análise sobre os movimentos de contestação e a aproximação de segmentos profissionais à perspectiva crítica nas últimas décadas do século XX	42
<i>Christiane Batista Araujo</i>	
2.3 A influência sincrética sobre a pesquisa em Serviço Social na França	57
<i>Lorraine Marie Farias de Araujo</i>	
2.4 Um breve ensaio comparativo entre a gênese do Serviço Social Brasileiro e do Serviço Social Alemão	70
<i>Luana Cavalcante Pinho</i>	
2.5 Serviço Social no mundo: notas sobre a profissão em Portugal	84
<i>Jaqueline da Silva Lima</i>	

3 SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA.....97

3.1 Aportes político e ideológico do Serviço Social Brasileiro e Latino-americano: crítica ao conservadorismo.....97

Islânia Lima da Rocha

3.2 Crônicas sobre o conservadorismo no Brasil e na Colômbia: desafios ao Serviço Social.....124

Jenny Andrea Torres Peña e Mônica Regina Nascimento dos Santos

3.3 Trabajo Social na Argentina: notas sobre origem, reconceitualização e contemporaneidade.....146

Gabriel Magalhães Beltrão e Filipe Silva Neri

3.4 Serviço Social na América Latina: reflexões sobre a formação profissional em Cuba, México e Colômbia.....174

Raquel dos Santos

PREFÁCIO

Há décadas no Serviço Social brasileiro, tem se ampliado a preocupação em entendê-lo a partir de sua inserção na sociedade e de suas contradições, num esforço que conjuga a afirmação da profissão com a análise realista de seus limites. Com isto, tem sido possível a pesquisadores/as, a profissionais, a estudantes de graduação e de pós-graduação, às entidades organizativas identificar as possibilidades de contribuição do Serviço Social para sociedade brasileira. Para além das fronteiras nacionais, ainda há pouca visibilidade a profissão em outros países; no máximo, conseguimos alcançar conhecimentos sobre a América Latina, muitas vezes como se o Brasil dela não pertencesse. Certamente as diferenças linguísticas são um empecilho para ampliar nossa visão sobre o Serviço Social no mundo, afinal são poucos/as profissionais falantes do português, se considerarmos o contingente de assistentes sociais no mundo.

Nos últimos anos, os intercâmbios internacionais proporcionados principalmente pela expansão da pesquisa e da pós-graduação na área de Serviço Social no Brasil tem elevado o índice de publicações em português sobre a profissão para além das fronteiras brasileiras. Hoje é possível encontrar livros e artigos em periódicos sobre o Serviço Social/Trabajo Social/Social Work nas Américas e na Europa, embora ainda sejam escassas as produções sobre a África, Ásia e Oceania.

No Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS-UFAL), no âmbito da Faculdade de Serviço Social, tem havido um espaço de conhecimento e debate sobre os contextos internacionais da profissão na disciplina Estudos Avançados em Serviço Social 2 (obrigatória para o doutorado). Desde 2018, a abordagem internacional foi incluída em seu conteúdo programático e tem sido ministrado por mim, com a participação ativa de doutorandas/os na exposição e discussão do que tem sido apreendido na leitura de textos e nas pesquisas na internet. A cada turma, desde 2018, ampliamos a busca pelos textos e conhecemos novas incursões de pesquisadoras/es brasileiras/os em diferentes países e começamos a ter acesso a traduções de textos de autoria de profissionais estrangeiros. Ao final da disciplina, tem sido comum

que as/os participantes elaborem trabalhos finais explorando o que foi estudado sobre Serviço Social internacional, abrindo-se a possibilidade para a sistematização e posterior divulgação destes estudos.

Em 2022, fui muito bem surpreendida pela publicação de dois artigos em periódicos, decorrentes da participação das/os autoras/es na citada disciplina. Agora, sou surpreendida mais ainda pela iniciativa de publicação desta coletânea, pela turma que compartilhou a experiência da disciplina no segundo semestre de 2022. O que encontrei neste material foi um esforço de sistematização que expressa a riqueza que se deu nas aulas, nas leituras e nos debates ocorridos em sala de aula. A experiência dos estudos e da organização do livro é inicialmente apresentada por Valderí Teles, que demonstra muito cuidado ao recuperar o processo que se deu no segundo semestre de 2022¹, após dois anos sem as aulas presenciais no PPGSS, impedidas pela pandemia de COVID-19.

A coletânea desfralda, inicialmente, a realidade europeia, berço original do Serviço Social, com textos sobre o Reino Unido, França, Alemanha e Portugal; na última parte, os textos se debruçam sobre a profissão na América Latina. Nem todos os textos apresentam uma análise comparativa ao Brasil, mas quando isso foi possível, a leitura possibilita reflexões sobre particularidades históricas que diferenciam a profissão em territórios diferenciados. Assim, é possível observar as bases fundamentais da existência da profissão no sistema capitalista e nos processos organizados de enfrentamento das expressões da questão, notadamente via políticas sociais.

Destaque-se que os esforços de estudos de doutorandos/as do PPGSS-UFAL, como os/as autores/as desta coletânea, têm sido apoiados por bolsas de estudo de agências nacionais de pesquisa. A publicação de resultados parciais de seus estudos, notadamente os decorrentes das disciplinas que perfazem a formação inicial destes/as pesquisadores/as são também uma mostra da importância do apoio financeiro e acadêmico à preparação das pesquisas de doutorado ao longo de quatro anos.

Agora o público pode desfrutar das descobertas, das correlações e das incursões realizadas pelas/os autoras/es na coletânea Uma volta ao mundo: serviço social e o debate internacional. Portanto, mesmo sendo uma volta (incompleta) ao mundo do Serviço Social, trata-se de um

esforço louvável para entendê-lo para além da nossa experiência local. Boa leitura!

Rosa Prêdes, docente permanente do PPGSS-UFAL.

Em outubro de 2023

1 Há 2 textos cujas autoras foram de turmas anteriores.

1. INTRODUÇÃO

1.1 BREVES APROXIMAÇÕES COM O SERVIÇO SOCIAL INTERNACIONAL: alguns apontamentos a partir da experiência da disciplina de Estudos Avançados em Serviço Social II

*Valderi Teles do Nascimento Neto*²

Este pobre navegante,
Meu coração amante
Enfrentou a tempestade
No mar da paixão e da loucura
Em busca da felicidade.
(Paulinho da Viola)

Introdução

O presente relatório busca tecer breves apontamentos sobre o percurso de estudo e reflexões sobre o serviço social internacional, realizado a partir da disciplina de Estudos Avançados em Serviço Social II, tal disciplina é requisito obrigatório no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – FSSO/UFAL (nível doutorado), sendo ministrada pela Professora Doutora Rosa Lúcia Prêdes Trindade.

O debate sobre o serviço social internacional é fundamental para a compreensão do desenvolvimento da profissão em diversos países do mundo. Da Europa à América do Sul, a profissão se constitui de formas diferentes a partir das particularidades de cada país. Em um contexto de ampliação do conservadorismo, o serviço social segue enquanto profissão respondendo às diversas expressões

² Assistente Social, atualmente é discente no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social PPGSS – FSSO/UFAL.

da questão social, tão logo se inscreve no âmbito privado da vida dos sujeitos que utilizam os serviços sociais no contexto contemporâneo. Assim, [...] o serviço social é compreendido enquanto parte da prática social coletiva de classes e grupos sociais com interesses contraditórios que confrontam a sociedade [...]” (Iamamoto, 2019, p. 448). Neste sentido, o cenário atual é de desafios, e requer de cada um/a de nós reflexão e ação. Assim, a disciplina de Estudos Avançados em Serviço Social II apontou alguns caminhos para refletir e ampliar o debate sobre o serviço social internacional. Ao nos aproximarmos de textos, bem como do debate promovido pela *Federação Internacional de Trabalho Social (FITS)*³, e aprofundarmos as reflexões no espaço coletivo da sala de aula, conseguimos entender a importância do movimento da realidade que se expressa em cada país, compreendendo suas particularidades a partir da sua formação sócio-histórica. Mas como o serviço social enquanto profissão se configura em cada país estudado? É o que tentaremos apontar de forma breve a seguir.

O ponto de partida é sempre o real, mas como disse Guimarães Rosa: “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”⁴ Desta forma, é no percurso (na travessia), que o real se apresenta para nós. Reconhecer a necessidade de caminhar é fundamental para que possamos aprofundar e conhecer melhor o que buscamos pesquisar, o que nos instiga.

Um dos pontos de relevância do desenvolvimento da disciplina foram os desafios postos à turma, para que pudéssemos avançar nas reflexões e debates sobre o serviço social internacional⁵, ao passo que tam-

³ Para mais informações acessar site da FITS: <https://www.ifsw.org/>

⁴ ROSA, João Guimarães. Grande sertão: veredas, 10 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.

⁵ No decorrer da disciplina nos aproximamos do debate do serviço social nos seguintes países: 1. Serviço Social no Reino Unido, 2. Serviço Social nos Estados Unidos da América (EUA), 3. Serviço Social na França e na Alemanha, 4. Serviço Social em Portugal e Espanha, 5. Serviço Social na América Latina I e 6. Serviço Social na América Latina II. Destaco aqui a importância de buscar também aproximações com o serviço social em países como Japão e Austrália para compreender como o serviço social se configura por lá. Em uma breve pesquisa, não encontramos material em língua portuguesa sobre o serviço social nesses países

bém realizamos apontamentos sobre aproximações e diferenças com o serviço social brasileiro. Com diferenças marcantes, essas foram forjadas a partir da realidade e formatação das relações sociais de cada país.

O ponto de partida: contextualizando o percurso

Este item tentará tratar, portanto, do debate sobre o serviço social no Reino Unido. Dentro da organização proposta para o seminário sobre o serviço social internacional, o Reino Unido foi o nosso ponto de partida.

Em sua configuração, o seminário teve uma estrutura e seguiu o roteiro com algumas questões centrais, que foram abordadas e refletidas em conjunto com a turma. Sendo elas as seguintes – 1. *Qual a vinculação do Serviço Social ao Estado e às formas de enfrentamento às expressões da questão social?*; 2. *Quais são as características da formação e do exercício profissional nas origens do Serviço Social? Qual/quais nomenclaturas definem a profissão?*; 3. *Quais são os debates contemporâneos identificados pelos autores?*

A partir dessas questões, foram desdobradas as apresentações dos respectivos países, tendo como base textos indicados e também a possibilidade de pesquisar outros meios (vídeos, palestras) para ampliação das discussões em torno dos países estudados. Cada grupo ficou responsável para conduzir o momento de apresentação. Após as exposições, o debate foi aberto e questões foram apontadas de forma coletiva, com intervenções/questões da turma e da professora, essas sempre qualificando e ampliando o horizonte das nossas reflexões.

O material que deu base a esta discussão nos garantiu uma aproximação significativa com o serviço social do Reino Unido. Destacamos aqui algumas autoras/es estudadas/os para o momento de reflexão sobre a profissão nesse território. Autoras/es como: *Iain Ferguson*, *Vassilis Ioakimidis*, além das contribuições de *Maria Lúcia Martinelli* e *Antoniana Delfilippo*.

Os textos deram as condições e elementos para a realização das análises e apontamentos sobre o serviço social no Reino Unido, além de destacarem aspectos importantes sobre a história e desenvolvimento do serviço social no país. Vamos sinalizar alguns elementos que nos parecem interessantes evidenciar sobre o serviço social no contexto do Reino Unido.

No compasso histórico, o serviço social na Inglaterra se expressa em 1869, com a criação da primeira organização de *Serviço Social do país, a Sociedade para a Organização da Caridade – (COS)*, essa tinha as marcas da sociedade burguesa inglesa, bem como o olhar burguês para a pobreza e o empobrecido.

Em um contexto em que a questão social⁶ se aprofunda, ampliada com o advento da industrialização, que muda o cenário da Inglaterra, a desigualdade se apresenta de forma contundente, e dentre as ações para minimizá-las o controle sobre a população pauperizada é a palavra de ordem.

Neste quadro, o serviço social foi se modificando sempre inscrito nas relações sociais de cada país, compreendendo suas particularidades, que darão o tom de seu percurso e desenvolvimento, das bases conservadoras até as tentativas de radicalização e aproximação com elementos críticos. No decorrer da apresentação foram trazidas muitas informações sobre o contexto e desenvolvimento do serviço social no Reino Unido, tendo como base as questões apresentadas anteriormente.

As demais apresentações tiveram o mesmo percurso metodológico, sendo as questões norteadoras o ponto central para as reflexões dos grupos. Neste movimento, o seminário foi sendo potencializado com muitas reflexões coletivas. À medida que íamos nos aproximando dos elementos trazidos pelos grupos, fomos observando as semelhanças e muitas diferenças na profissão em cada país.

Do Reino Unido à América Latina, mesmo que de forma introdutória, conectamo-nos com as diferentes dinâmicas no processo formativo, até as respostas profissionais do serviço social em cada território. As experiências de ditaduras em alguns países como *Portugal, Espanha, Chile, Argentina* e *Brasil* foram compartilhadas. Inclusive, é importante destacar aqui a ex-

6 [...] As condições econômico-sociais e políticas para o surgimento da denominada questão social estão intimamente vinculadas ao intenso desenvolvimento das forças produtivas, com franca expansão do industrialismo e a ampliação de mercados no século XIX. Na economia, alteram-se radicalmente os processos e as relações de produção; a incorporação das máquinas ao processo produtivo gera uma nova dinâmica industrial que concentra mão-de-obra nas cidades, e exige uma nova disciplina na fábrica afetando diretamente o operariado emergente em suas condições de vida, e de existência social em termos materiais e políticos (Costa et al., 2022, p. 22).

periência do serviço social no contexto da *Alemanha Nazista*⁷.

No que tange aos textos, dois livros (pesquisas) recentes potencializaram os estudos durante o seminário. Sendo eles: 1) *Serviço Social na história América Latina, África e Europa* – com organização das Professoras Maria Carmelita Yazbek e Marilda Yamamoto (2019); 2) *A história pelo avesso: a reconceitualização do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais*, organizado pelas professoras Marilda Yamamoto e Cláudia Mônica dos Santos (2021), ambos publicados pela Cortez Editora.

Os dois livros reúnem um conjunto de reflexões sobre o serviço social no mundo e suas articulações no âmbito da pesquisa a partir da pós-graduação, dialogando e pesquisando com instituições de outros continentes. Nesse sentido, as produções tecem na realidade uma importante contribuição para pensar o serviço social no circuito mundial.

Para Yamamoto e Yazbek (2019, p. 12):

O Serviço Social no cenário mundial conforma-se como uma unidade de diversos. A diversidade é marca decisiva do Serviço Social nesse universo, como o aqui espelhado, o que desafia e impulsiona a interlocução acadêmica. A trajetória sócio-histórica e cultural do Serviço Social decorre tanto das particularidades históricas nacionais, quanto da reserva de forças acadêmicas e político-profissionais acumuladas nos países, fruto do protagonismo dos sujeitos que a elas se dedicam.

Evidenciar esses elementos em sua unidade e diversidade nos convida a pensar os desafios postos na profissão, no âmbito acadêmico e profissional, e sua articulação internacional a partir da pós-graduação. Assim, “[...] reconhecer essa diversidade

⁷ A ideologia nazista impregnou o país e as suas instituições em um nível totalitário de uma forma muito intensa e rápida, e não deixava as instituições e organizações de bem-estar social, os(as) assistentes sociais e as políticas sociais de fora. O sistema de bem-estar social, desenvolvido até a década de 1930, durante o sistema nazista passou por profundas alterações e teve uma função não subestimada no contexto de toda crueldade cometida durante o tempo nazista do país. O Serviço Social foi atingido fortemente pelo sistema nazista e se tornou um dos seus elementos constitutivos (Otto; Sücker, 1986 apud Braga; Duarte, 2021, p. 05).

de mundial não ofusca a afirmação de sua unidade perante os desafios históricos comuns nesse início de século, aqui condensados na mundialização do capital” (Yamamoto; Yazbek, 2019, p. 12).

É neste cenário que devemos tecer o amanhã que desejamos, pois sem reflexões e conhecimento crítico não poderemos superar os desafios postos à profissão e que se expressem na categoria de assistentes sociais. Nesse simples relato, buscamos apontar alguns elementos para que possamos ampliar e aprofundar os estudos sobre o serviço social internacional, e a disciplina foi um instrumento significativo para esse ponto de partida.

Com esperança em tempos mais humanos e justos seguiremos qualificando e aprofundando o debate sobre a profissão e as relações sociais a qual essa segue inserida, pois é a partir dessas conexões que as mudanças se operaram na realidade. No item seguinte, iremos tentar sinalizar algumas reflexões a partir da realidade conjuntural atual e seus impactos no serviço social.

Tecendo algumas reflexões sobre o caminho: compasso e descompassos

O Serviço Social pelo mundo já se apresenta consolidado. No Brasil, em 2023, completaremos 87 anos com um número significativo de profissionais, hoje cerca de 200 mil. No ano de 2022, foi realizada uma importante pesquisa sobre o perfil profissional da/o assistente social no Brasil, realizada pelo *Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)*⁸, que aponta elementos para pensar e construir estratégias para o futuro profissional no Brasil, além de também colocar em evidência o perfil profissional atual e os desafios que seguem se apresentando ao conjunto das/os assistentes sociais brasileiras/os.

Em uma conjuntura marcada pela crise mundializada do sistema capitalista⁹, em um tempo de muitas dificuldades e desafios para toda

⁸ Para ler o material sobre a pesquisa acesse: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1922>

⁹ Para uma aproximação qualificada sobre crise do capital ver: MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.

a humanidade, de controle do capital sobre o trabalho, de profundas transformações e precarização da vida no que Ricardo Antunes chama de “*mundo do trabalho*, e com o seguimento dos *infoproletários*”¹⁰, vivemos também ataques às políticas públicas, contra-reformas nas diversas áreas (educação, trabalhistas e previdência), além da onda conservadora que se amplia pelo mundo inteiro, da América Latina à Europa.

Outro elemento está posto nos impactos destrutivos do neoliberalismo nos direitos sociais e serviço públicos. É fato que o serviço social pelo mundo tem suas particularidades, mas também tem suas aproximações. Sua ação profissional é marcadamente sobre as expressões da questão social, seja no Brasil ou na Alemanha. Porém, o caráter da formação profissional, da ação do Estado e da formação sócio-histórica vão desenhar de forma significativa o caminho do processo formativo e das respostas profissionais dessas/es trabalhadoras/es.

As condições que circunscrevem a ação profissional das/os assistentes sociais expressam as relações sociais que aquela forma de sociabilidade vivencia. A dinâmica do exercício profissional segue o fio condutor do modo de produção capitalista. Numa contraditória trama de participação dos mecanismos de controle das/os trabalhadores, também se possibilita a construção de respostas em atenção às necessidades cotidianas da classe trabalhadora atravessada por projetos sociais diferentes. Iamamoto (2021, p. 24) sinaliza que:

O Serviço Social enraíza-se na história da sociedade brasileira, tendo nas múltiplas expressões da “questão social” na vida dos indivíduos sociais a matéria de sua atuação. A profissão é apreendida enquanto “especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho” (Iamamoto & Carvalho, 1982). O “significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social” inscreve-se no conjunto das práticas sociais, acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das ‘sequelas’ da questão social” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996). O exercício profissional é necessariamente polarizado

pela trama de relações e interesses entre as classes sociais. Como a sociedade é portadora de projetos sociais distintos – projeto de classes para a sociedade –, tem-se um terreno histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis de projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença de forças sociais e políticas reais – e não mera ilusão – que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais.

Assim, os desafios para a ação profissional se materializam no cotidiano, seja no Brasil ou em qualquer outro país. As respostas profissionais irão existir, porém, nem sempre serão críticas e alinhadas às demandas da classe trabalhadora em sua forma total. Como nos demonstrou o percurso dos estudos realizados em sala de aula – diferentes cenários e caminhos na formação em serviço social pelo mundo, respostas profissionais das mais *críticas*, às mais *conservadoras*, em uma realidade global marcada pela crise do sistema capitalista que vem aprofundando as desigualdades sociais.

Como vimos em alguns países, a partir das reflexões e debates, a formação em serviço social, assim como no Brasil, se inscreve enquanto nível superior no Reino Unido¹¹; já em outros países, a formação em serviço social pode ser de nível técnico, a exemplo da França¹². Estes profissionais seguem inseridos em espaços públicos, privados e do terceiro setor (ONG’s), gerindo, executando e avaliando os serviços sociais disponíveis no país, compreendendo as especificidades e particularidades de cada país.

A riqueza desses debates ampliou as possibilidades de entendimento sobre a atuação profissional do serviço social pelo mundo. É evidente que não conseguimos nos aproximar efetivamente de

10 ANTUNES, R., BRAGA, R. (Orgs.) *Infoproletários. Degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2015.

11 Aqui maiores informações sobre o Reino Unido: <https://www.ifsw.org/member-organisation/uk/?dir=regmem®ion=europe>

12 Para maiores informações sobre a França, acessar: <https://www.ifsw.org/member-organisation/france/?dir=regmem®ion=europe>

todos os países, mas de alguns com expressivos destaques. Assim, as leituras e pesquisas nos deram um apanhado significativo do cenário onde o serviço social demarca suas ações e respostas profissionais.

Em suas distintas inserções, o serviço social pelo mundo se apresenta desde uma profissão regulamentada, com entidades de classe articuladas, mas também como em outros países onde ainda não existem nem regulamentação nacional e nem pesquisa na área, que possa contribuir para a qualificação das ações profissionais cotidianas.

São diversos os desafios que devem e serão enfrentados no presente e no futuro do serviço social no mundo. Mais um passo importante segue sendo dado, o da articulação coletiva internacional das entidades a exemplo da *FITS*. Esse movimento de articulação demonstra a importância das ações coletivas em defesa da profissão, seja no Brasil, seja no âmbito internacional. Em suas diversas formas de articulação, o Conselho Federal de Serviço Social - (CFESS)¹³, vem ao longo de alguns anos tecendo articulações de fortalecimento do serviço social no contexto internacional¹⁴.

13 Vejamos aqui nesse destaque no - Art. 8º, as competências do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições: I - orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com os CRESS.; II - assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário; III - aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS; IV - aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS; V - funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional; VI - julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS; VII - estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados; VIII - prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social; IX - (Vetado). Para maiores detalhes ver: CFESS. Regulamentação da Profissão. LEI Nº 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf Acesso em 29 de abril de 2023.

14 É importante dizer que “[...] O CFESS acompanha as Conferências Mundiais da FITS desde 1998, quando foi realizada em Jerusalém, Israel. No ano 2000, o CFESS participou da Conferência de Montreal, Canadá. Na ocasião, o Brasil posicionou-se contrário à definição de Serviço Social, aprovada e divulgada pela Fits, que, todavia, foi retomada em 2012, no workshop realizado no Rio de Janeiro, Brasil, com a participação de integrantes da Federação e tam-

O CFESS, segue apontando uma ousada e necessária defesa nesse campo de debate do Serviço Social Internacional, que é a defesa do serviço social crítico que tem na formação brasileira em serviço social a referência, assim, em todos os espaços de debate internacional a qual a entidade constrói, o horizonte de proposta e reflexões tem o alinhamento do serviço social crítico e sua aproximação à teoria social crítica.

A presença do CFESS nesses espaços demonstra de forma evidente o compromisso ético-político da entidade no que se refere à construção de articulações internacionais, na perspectiva de ampliação do debate no serviço social, da formação crítica e de qualidade como historicamente o coletivo das entidades representativas da categoria profissional vem defendendo no Brasil. Tal interlocução em contexto mundial eleva o debate e promove novos horizontes nas teceduras de reflexões em diferentes contextos de formação. Promover o debate adensado na direção política construída pelo serviço social brasileiro é um dos desafios que se colocam e já vêm sendo exercitados no plano das relações internacionais, com a presença e incidência política marcantes do Conselho Federal de Serviço Social - (CFESS).

Algumas Considerações

Concluindo nossa reflexão, quero reafirmar a atualidade da profissão diante do contexto global de crise e a importância da análise crítica para avançar na luta e defesa da nossa profissão no Brasil e no mundo. Pensar o serviço social como uma totalidade histórica, suas contradições e determinações sócio-históricas, marcadas pela sociabilidade do capital e suas particularidades no que se refere à formação e exercício profissional, são elementos importantes para pensar e construir as possibilidades de avanços no plano da qualificação e da defesa da profissão e dos direitos sociais, tendo em vista o atual ataque aos direitos do conjunto da classe trabalhadora.

Considerando o contexto histórico e *projetos societários*¹⁵

bém da ALAEITS, da AIETS e de entidades de Serviço Social de diversos países.” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL). Para maiores informações acessar: <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/cfess-na-fits>

15 Para Netto: “[...] Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos ma-

que seguem em disputa na realidade, a profissão vai se consolidando e construindo suas articulações, seus instrumentos interventivos, e ganhando espaço enquanto profissão que segue inscrita na divisão social e técnica do trabalho, atuando diretamente na realidade das relações sociais e nas diversas expressões da questão social que se colocam em um contexto de aprofundamento da barbárie.

Assim, é necessário pensar e lutar em defesa da formação crítica e articulada das resistências coletivas que se expressam nas organizações da categoria profissional pelo mundo e a potência, mesmo que ainda pequena, dos horizontes do serviço social crítico que tem aproximação com o marxismo.

Em um lapso de tempo marcado pela precarização da vida humana em suas diversas dimensões, o serviço social segue inscrito na trama das complexas relações sociais em uma forma de sociabilidade que se aprofunda em desigualdades, e a barbárie é uma tônica atual. Um mercado de trabalho amplamente informal, que, nos países da chamada periferia capitalista, torna-se característica presente.

Os serviços sociais seguem sucateados pela onda neoliberal de ataques aos direitos sociais, e com isso o serviço social enquanto profissão também sofre os impactos na formação profissional e nas condições de trabalho. Os impactos também são evidenciados nas respostas profissionais aos usuários/as das políticas sociais e serviços sociais. No que se refere à direção política profissional no Brasil, é necessário retomar o que já nos apontou Netto (1996) sobre o que viria, e quais estratégias deveriam coletivamente construir e defender nos próximos anos, e por que não dizer nos atuais tempos. Desta forma,

[...] O debate mais determinante no campo do Serviço Social será travado em torno da direção social estratégica que se afirmou na passagem dos anos oitenta aos noventa – o que estará no centro da polêmica profissional será a seguinte questão: manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la. As perspectivas imediatas do desenvolvimento profissional estarão diretamente vinculadas aos desdobramentos desse debate que,

como propostas para o conjunto da sociedade.” (2006, p. 02).

vio, marcará a agudização da luta ídeo-política no campo do Serviço Social (Netto, 1996, p. 117).

Pelo mundo, os desafios são os mais complexos e nos provocam a refletir e agir. Tal prospecção de Netto segue válida e nos convida a refletir e criar coletivamente estratégias na defesa da direção política crítica construída ao longo de mais de 40 anos pelo Serviço Social brasileiro, tendo o *Congresso da Virada* (III CBAS) como espaço político emblemático. Em tempos de obscurantismo e da onda conservadora que segue em disputa na sociedade e que também impacta na profissão é fundamental a luta em defesa e manutenção da direção social crítica e defesa e fortalecimento do *Projeto Ético-Político Profissional* (PEP).

A construção coletiva de lutas e resistências em defesa das liberdades democráticas, contra os golpes (a exemplo do Brasil), devem ser coletivamente respondidas a partir da radicalização da esperança e socialização das riquezas, na construção coletiva pela eliminação das desigualdades e das injustiças que se aprofundam no cenário conservador vivido no contexto atual.

Seguiremos convocando a coletividade das/os assistentes sociais para acumular forças políticas e poesias para saudar os novos tempos. Tempos em que a humanidade consiga viver a experiência plena da liberdade.

Referências

ANTUNES, R., BRAGA, R. (Orgs.) **Infoproletários**. Degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2015.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil**: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional. Brasília, CFESS, 2022. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> Acesso em 10 de janeiro de 2022.

COSTA, Gilmaisa Mascado; PIMENTEL, Edlene. **Questão social**: fundamentos e expressões contemporâneas. Organização de Mariana Alves de Andrade e Sergio Daniel Gianna – Maceió, Coletivo Veredas,

2022.

DUARTE, K. K.; BRAGA, Sebastiana da C. O Serviço Social na Alemanha e seus Fundamentos. *Argumentum*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 150–163, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/37545>. Acesso em: 22 jan. 2023.

IAMAMOTO, M.V. “Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora”. In CFESS, *Diálogos do Cotidiano*. Assistente Social. Reflexões sobre o trabalho profissional. Caderno 1. CFESS: Brasília, 2021.

_____. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. *Serviço Social e Sociedade* n.136. Especial. São Paulo set./dez.2019, p. 439-461.

MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J.P. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* n. 50, Ano XVII, abril, São Paulo: Cortez, 1996.

_____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A. E; BRAVO, M. I; UCHOA, R; NOUGEIRA, V; MARSIGLIA, R; GOMES, L e TEXEIRA, M (orgs.) *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. Introdução. In: YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2019.

2 SERVIÇO SOCIAL NA EUROPA

2.1 O SERVIÇO SOCIAL RADICAL NO REINO UNIDO: processo histórico e tendências contemporâneas

Elida Janaina Barbosa Rodrigues Pimentel¹⁶

Introdução

O presente artigo é fruto das atividades desenvolvidas durante o seminário “O Serviço Social no Reino Unido”, realizado na disciplina de Estudos Avançados em Serviço Social II, ministrada pela professora Dra. Rosa Lúcia Prêdes Trindade, no semestre letivo 2022.2. Esta é uma disciplina obrigatória do curso de Doutorado em Serviço Social, ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). A disciplina dividiu-se em dois momentos, complementares. No primeiro, fez-se um apanhado das condições de ensino do Serviço Social na graduação e, mais especificamente, na pós-graduação do país. Foram realizados debates em torno das produções consultadas, a fim de fomentar a troca coletiva de saberes. Esta dinâmica permitiu verificar quais os avanços e retrocessos para a formação em Serviço Social no Brasil, averiguando os desafios postos por tempos de exacerbação do neoliberalismo e das modificações impostas ao ensino atravessado pelas tecnologias da informação. No segundo momento da disciplina foi organizado um ciclo de seminários a respeito do Serviço Social em diferentes países. Uma vez de posse desse panorama no Brasil, voltou-se o olhar para a formação e prática do Serviço Social em outros países, num exercício de entendimento das diferentes dinâmicas históricas, que deixaram sua marca nos diversos contextos formativos do Serviço Social mundo afora.

¹⁶ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professora do Curso de Serviço Social do Centro Universitário CESMAC / Campus Maceió. Email: elida.rodrigues@fssso.ufal.br

A contribuição deste estudo consiste em resgatar o processo histórico de desenvolvimento do Serviço Social no Reino Unido, e identificar como a crítica às práticas conservadoras da origem da profissão se deu, bem como verificar como o Serviço Social Radical no Reino Unido se mostra na contemporaneidade. Para tanto, utilizamos a pesquisa bibliográfica em trabalhos acadêmicos e livros que versam sobre a temática, em língua portuguesa e inglesa.

O Serviço Social Radical desenvolvido no Reino Unido ainda é pouco conhecido e discutido entre nós. Decorre daí a importância em resgatar sua trajetória e discussões atuais, na intenção de identificar os pontos divergentes e comuns com a formação brasileira. A interlocução “com essas experiências revigora o debate científico e político do Serviço Social, ultrapassa seus contextos, expõe seus dilemas e potencialidades” (Simionatto, 2021, p. 18), ajudando a aclarar o denso comprometimento da profissão com as classes subalternas. Da mesma forma, a tendência à internacionalização do debate acadêmico nos convida a olhar para além dos limites brasileiros e latino-americanos, numa clara busca por ampliar os conhecimentos e o debate a respeito dos diferentes modos de ser do Serviço Social em outros países.

Da gênese do Serviço Social no Reino Unido ao *Welfare State*: antecedentes do surgimento do Serviço Social Radical

Apesar do modo de produção capitalista apresentar suas primeiras manifestações desde o século XV, foi com a Revolução Francesa de 1789 que o poder econômico da classe burguesa ascendeu ao aparato formal do Estado, podendo a partir de então ser moldado à imagem e semelhança da classe burguesa. Ao desenvolver-se sem amarras, espalhou-se rapidamente e logo se tornou dominante, destituindo os últimos resquícios da sociabilidade feudal e colocando no lugar o comando do capital. O modelo clássico de desenvolvimento do modo de produção capitalista surgiu na Inglaterra, que experimentou em sua forma plena o desenvolvimento das leis da produção capitalista. Marx (1988, p. 18), no prefácio de *O Capital*, afirma o seguinte: “O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e circulação. Até agora, a sua localização clássica é a Inglaterra”.

Na entrada do século XIX, a Revolução Industrial desenvolveu a produção capitalista de riquezas em escala ampliada, bem como o pauperismo decorrente desse desenvolvimento. Embora produtora de todo o conteúdo material da riqueza social, a classe trabalhadora tende a não participar da partilha da riqueza socialmente produzida, vivenciando péssimas condições materiais de existência. Conforme afirma Ioakimidis (2019, p. 272):

A dura realidade de um novo sistema que, com o objetivo de aumentar as taxas de lucro, está sempre pronto a aviltar as condições de trabalho ou até a sacrificar uma parte de sua força de trabalho sem pensar duas vezes, significa que a pobreza e o desemprego são características fundamentais dos novos tempos, realidade introduzida pelas economias de mercado.

Atrelada a essa base material da produção de riqueza e pobreza em polos opostos, está a necessidade de manutenção de um discurso que corrobore tal estrutura social. Nesse sentido, o discurso – da classe – dominante da época consistia em afirmar que o modo de produção capitalista gerava riquezas, desenvolvimento científico e tecnológico sem precedentes, proporcionando oportunidades iguais para todos. Aqueles que não conseguiam apropriar-se de uma parte dessa riqueza produzida eram incompetentes, moralmente corrompidos ou preguiçosos. Este discurso culpabilizava o sujeito individual por uma condição material de existência imposta a ele pela ativação das contradições do modo de produção no qual estava inserido, impossibilitando que estes sujeitos enxergassem os fundamentos da realidade que os oprimia.

A necessidade de arrefecer conflitos sociais decorrentes destas péssimas condições materiais de existência enfrentadas pela classe trabalhadora impôs uma resposta por parte do Estado burguês, “uma resposta que tentaria conter algumas das conseqüências (sic) da pobreza e, ao mesmo tempo, manteria um forte elemento moralista de controle da sociedade [*social control*] pelo Estado” (Ioakimidis, 2019, p. 272). A Lei dos Pobres da Era Vitoriana¹⁷ foi esta resposta, obrigando os traba-

17 A Lei dos Pobres (*Poor Law*) data do governo de Elisabeth I (1558-1603), primeiro a reconhecer oficialmente o pauperismo que assolava a população a partir do século

lhadores que dela precisavam a se encaixarem numa nova realidade capitalista nascente. Foi nesse cenário que surgiu a demanda pelo Serviço Social, uma profissão interventiva responsável por fazer a ponte entre as “concessões” estatais e aqueles trabalhadores que delas necessitavam. O Serviço Social nasceu nesse cenário já sendo legatário de duas possibilidades, díspares, de entendimento da realidade na qual vai intervir:

[...] uma é a abordagem predominante que enfatiza as habilidades técnicas e enfatiza a patologia individual. Seu foco varia da reforma liberal, na melhor das hipóteses, à opressão total, na pior das hipóteses. Por outro lado, pode-se encontrar uma concepção de serviço social mais radical que priorize as circunstâncias materiais como o fator decisivo nas condições de vida das pessoas e, portanto, priorize a mudança estrutural da produção (Ioakimidis, 2019, p. 273).

Ioakimidis (2019) afirma que, de certa forma, essas duas possibilidades de entendimento da realidade pelo Serviço Social ainda são válidas nos dias atuais. Na origem da profissão na Inglaterra, no entanto, predominava a primeira tradição, tornando-se guia da Sociedade para a Organização da Caridade (*Charity Organization Society – COS*),

XVI, tendo a necessidade de lidar com este problema de forma coercitiva a fim de adequar a força de trabalho nascente ao também novo modo de produção capitalista em desenvolvimento – período que Marx denomina como sendo da acumulação primitiva de capitais. Esta legislação tornou-se base para o sistema de proteção social da Era Vitoriana (1837-1901), legatário das mazelas sociais produzidas pela Revolução Industrial. Sob o reinado da monarca Vitória, a legislação ficou conhecida como Nova Lei dos Pobres (*New Poor Law*), cujo conteúdo adequava “a assistência aos princípios do mercado, sendo limitada prioritariamente aos inaptos ao trabalho, restringindo a assistência aos aptos ao trabalho vitimados pela pobreza ou indigência, ao atendimento em abrigos e albergues, de forma a coibir o ócio e, ao mesmo tempo, gerar situações estigmatizantes e humilhantes que desestimulassem a busca pela assistência pública” (Coelho, 2013, p. 5-6). Sobre a crueldade infringida aos pobres durante a vigência da Nova Lei dos Pobres, diz Ioakimidis (2019, p. 272): “O fato mais notório da Lei dos Pobres foi a construção das *workhouses*. Uma instituição total, semelhante à uma prisão, onde era exigido que as pessoas que buscavam o alívio da pobreza fossem submetidas a condições desumanizantes e cruéis”. Esta lei, que condicionava a concessão de algumas formas de alívio da extrema pobreza a uma degradação moral e física daqueles que a acessavam, perdurou até o início do século XX (1905).

instituição fundada em 1869, em Londres, e que logo se expandiu para todas as principais cidades industriais do Reino Unido. Com a COS, os agentes que desenvolviam a caridade passaram a reivindicar ares profissionais e científicos, ao que Ioakimidis (2019, p. 273) alerta:

Essa perspectiva era notadamente pseudocientífica, pois sua teoria se baseava na eugenia e no darwinismo social. Simplificando, os membros da “Organização Social da Caridade” endossaram a idéia (*sic*) de que “os pobres são pobres porque são preguiçosos e moralmente corruptos” e, portanto, ineficazes.

O perfil médio das primeiras assistentes sociais contemplava mulheres de classe média/alta, que buscavam envolver-se na vida pública por meio do trato com a pobreza de forma didática – uma vez que se acreditava que os pobres não tinham capacidade de melhorar suas condições materiais de existência por conta própria, tendo a necessidade de orientação dos segmentos de classe média da sociedade para tal intento. Nesse sentido, a COS representava a transmissão dos preceitos e valores da classe média/alta da Era Vitoriana inglesa, preocupada em enquadrar a classe trabalhadora nos moldes de exploração para o desenvolvimento do capital por meio da abordagem de casos individuais. Para a maioria dos membros da COS, a esmola combalia a força de vontade individual dos homens, sendo necessário distinguir cientificamente aqueles que, de fato, necessitavam da intervenção do Estado. Sobre a atuação da COS no trato com a pobreza, comenta Ferguson (2011, p. 37-38) que:

[...] o principal objetivo do método “científico” de Serviço Social de Caso desenvolvido pela COS era distinguir quem “merecia” ser pobre (aqueles que usariam a ajuda financeira fora dos padrões considerados apropriados) e quem “não merecia” ser pobre (aqueles que usariam a ajuda de forma adequada). Não surpreendentemente, muitos requerentes do suporte financeiro ficavam de mãos vazias.

Dessa forma, percebemos que a COS estimulava uma abordagem individualista e punitiva. Mas esta postura não esteve isenta de opositores. As primeiras manifestações contestatórias ao Serviço Social tradicional praticado pela COS nasceram no próprio seio da instituição, situados em, pelo menos, três fontes principais: 1) Dos próprios membros das COS, que tinham reservas quanto à atuação destas. Apesar de não ter como mensurar tal oposição interna, Ferguson (2011) sugere que as críticas feitas por Maude Royden, por exemplo, não era um caso isolado. Royden foi voluntária junto à *Liverpool Central Relief Society* (Sociedade Central de Ajuda de Liverpool), e fazia críticas à postura de superioridade de classe dos membros das COS frente às “visitas amigáveis”¹⁸ feitas àqueles atendidos por estas instituições. 2) Críticas vindas das *Settlement Movement* (Movimentos de Assentamentos, criados entre o final do século XIX e início do século XX por Canon Barnett, em East London). Ao longo de toda a Era Vitoriana, prevaleceu uma separação física entre ricos e pobres, que procurou ser superada por este Movimento, criando assentamentos de grupos liberais em localidades empobrecidas de Londres. Acreditava-se que, com isso, criar-se-iam oportunidades de compreensão e solidariedade mútuas. Tinha convicção de que a ajuda do Estado era necessária para eliminar a pobreza. No entanto, sugere-se na literatura do Serviço Social que há uma separação ideológica fundamental entre COS e Movimento de Assentamentos, o que não corresponde com a realidade. Muitos dos agentes profissionais da época atuavam nas duas instituições, e ambas endossavam os valores da classe média que praticava caridade, e ideias tradicionais do darwinismo social. É mais coerente afirmar que, partindo da atuação nas Casas de Assentamentos – mais humanistas, e menos punitivas –, alguns profissionais puderam aproximar-se das condições objetivas da classe

18 Alusão à obra de Mary Richmond (assistente da tesouraria e, depois, secretária-geral da COS de Baltimore, em 1891), “Visita Amigável entre os Pobres: um manual para trabalhadores da caridade”, publicado em 1899. Esta obra é um esforço para reafirmar a posição da COS frente ao surgimento dos *Settlement Movement* nos Estados Unidos. Nele, a autora exalta os valores conservadores: culpabilização dos pobres pelas condições objetivas em que se encontravam, valorização da família patriarcal (pai provedor, mãe recatada e defensora da moral e da ordem do lar, e filhos obedientes), observação direta do espaço cotidiano das famílias, a fim de exercer controle mais rigoroso da “questão social” por meio de uma face tecnicamente “amigável”.

trabalhadora, permitindo uma análise mais radical da realidade e das forças sociais que os cercavam. 3) Críticas feitas pelos ativistas socialistas e feministas, cujas preocupações estavam para além da supressão das necessidades dos pobres (apesar de também preocuparem-se e envolverem-se com isso), vislumbrando uma mudança estrutural da sociedade. Mas, apesar de fazerem frente à COS, estes ativistas não figuram entre o corpo profissional do Serviço Social, e não aparecem na história da profissão como tendo feito parte da sua gênese.

Ferguson (2011, p. 40) sugere que “o Serviço Social sempre ancorou um potencial ou um núcleo duro radical que tem se manifestado em momentos diferentes e em lugares diferentes”. Até o final da Segunda Guerra Mundial, existem registros de atuações profissionais ligadas à prática radical, cuja inspiração assentava-se, inclusive, na teoria crítica marxista.

De fato, muitos assistentes sociais (trabalhadores) de assentamentos, sedentos de explicações plausíveis e coerentes sobre a miséria que estavam testemunhando, foram radicalizados através das ideias (*sic*) socialistas de Engels e Marx. Há exemplos históricos de profissionais que mantiveram contato direto com Engels e trocaram com ele ideias (*sic*) sobre o movimento de assentamento e, de fato, a prática do serviço social (Ioakimidis, 2019, p. 275-6).

Cabe ressaltar que as primeiras manifestações de um ideário radical no Serviço Social europeu estão articuladas ao aparecimento deste mesmo movimento em outros países. Inclusive, promovendo o contato e a colaboração entre profissionais de diferentes localidades. Podemos citar, por exemplo, a atuação de Florence Kelley, que antes de tornar-se membro da *Hull House*¹⁹ estudou nas Universidades de

19 Assentamento comunitário situado nos Estados Unidos, na cidade de Chicago. Foi o assentamento comunitário mais radical do país, que desafiou o marcado traço conservador do Serviço Social que se praticava então. Segundo Ferguson (2011, p. 40), “Apesar da inspiração para o *Settlement Movement* nos Estados Unidos ter vindo da experiência britânica, na prática, os assentamentos comunitários dos Estados Unidos, incluindo o mais famoso deles, a *Hull House* em Chicago, desenvolveram-se

Cornell (Estados Unidos) e Zurique (Suíça), estabelecendo estreito contato com a teoria marxista, e depois entrando em colaboração direta com as pioneiras do Serviço Social radical norte-americano, Jayne Adams e Bertha Reynolds. Outra figura de destaque é Mentona Moser, pioneira do Serviço Social suíço. Moser estudou em Cambridge e Londres e, ao voltar para a Suíça, fundou a primeira escola de Serviço Social do país. Foi filiada ao partido comunista, e em seu trabalho teve contato com Clara Zetkin, uma importante revolucionária alemã que teve um papel de destaque na criação da *Red Aid*²⁰. Mas os acontecimentos que marcaram a segunda metade da década de 1940 interferiram nestas primeiras experiências radicais do Serviço Social.

O fim da segunda guerra mundial e a derrota da Alemanha nazista criaram um cenário muito diferente para os assistentes sociais da Europa. O foco na reconstrução, amplamente apoiada pelo Plano Marshal na Europa Ocidental, criou uma sensação de estabilidade e desenvolvimento, enquanto a consolidação do socialismo realmente existente no leste europeu trouxe a atividade radical do serviço social a um fim abrupto (Ioakimidis, 2019, p. 279).

Entre 1945 e 1960, o Reino Unido experimentou melhoria nas condições de vida devido aos anos do *Welfare State*, fazendo crer que a pobreza havia sido erradicada. Evidentemente, foi grande o impacto deste novo cenário no

em direções muito mais radicais do que os seus parceiros britânicos. Eles desenvolveram, por exemplo, um sistema de educação progressivo preocupado não apenas em ajudar os imigrantes a se integrarem mais facilmente à sociedade americana, mas também em orientá-los a desafiar os sistemas de trabalhos exaustivos e infantis”.

20 A *Red Aid* foi “uma vasta rede de organizações socialistas de bem-estar apoiadas por partidos comunistas, priorizando o apoio a famílias de presos políticos e de comunidades subalternas” (Ioakimidis, 2009, p. 278). No início dos anos 30, à medida que o nazismo e o fascismo avançavam pela Europa, a *Red Aid* prestou assistência aos refugiados do governo de Franco e facilitou atividades antifascistas por toda a Europa. No entanto, a historiografia oficial do Serviço Social europeu não reconhece a *Red Aid* como tendo sido parte da formação do Serviço Social europeu, por conta de sua filiação à esquerda.

Serviço Social. Conforme afirma Ioakimidis (2019, p. 280),

No que diz respeito ao serviço social, o período entre 1945 – 1965 foi de progressivo reconhecimento da profissão e melhoria de seus status, mas no âmbito ideológico foi se caracterizando pelo conservadorismo político e pela preguiça intelectual. A crescente popularidade das teorias psicodinâmicas permitiu que o serviço social renovasse sua base teórica. A teoria freudiana forneceu um apropriado instrumental para o serviço social conservador. Contribuiu para que o serviço social apresentasse uma perspectiva aparentemente mais “científica”, mas, ao mesmo tempo, manteve o foco na individualização e na patologização das famílias da classe trabalhadora.

Entretanto, a partir de 1960, o período de relativa estabilidade econômica deu lugar a modificações rápidas e importantes. Em primeiro lugar, a partir da metade da década de 1960 ocorreu a “redescoberta da pobreza”²¹, ou seja, o fim do ciclo de desenvolvimento econômico impulsionado pelo pós-guerra, que durou 30 anos. Além disso, neste mesmo período eclodiu uma série de movimentos sociais, que iam desde manifestações contra a guerra do Vietnã, passando pela reivindicação dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, movimento de libertação das mulheres, movimento dos direitos civis da Irlanda do Norte, Frente de Libertação dos Homossexuais, a Primavera de Praga, dentre outros. E novamente, o Serviço Social refletiu estas convulsões sociais. Para Ferguson (2011, p. 41-2),

21 Alguns autores, a exemplo de Robert Castel e Pierre Rosanvallon, postulam a existência de uma nova “questão social”, advinda do fim da onda de desenvolvimento do *Welfare State*, período no qual se apresentaram “novas formas de pobreza, de precariedade, do desemprego em massa, da exclusão, dos desfilados, etc.”. No entanto, a leitura crítico-marxista deste período mostra que, ao contrário, inexistia qualquer nova “questão social”. “Na verdade, essas mudanças são novas formas de expressão da denominada ‘questão social’, ocasionadas pela crise estrutural do capital dos anos 70, resultante do seu processo de expansão e acumulação que desencadeia um processo de desumanização e destruição global da sociedade capitalista” (Pimentel, 2012, p. 147).

[...] o reconhecimento de que muitos problemas dos clientes estavam enraizados em suas circunstâncias materiais e experiências de opressão – em vez das alegadas inadequações pessoais, ao lado da evidência diária da efetividade da luta coletiva – levou a uma crítica crescente das abordagens do Serviço Social de Caso e a uma maior apreciação do potencial do trabalho comunitário e da ação comunitária para gerar mudança.

Nos anos de 1970, inicia-se uma série de reformas de longo alcance pela direita radical britânica. Na área das políticas sociais, tem destaque a criação do Relatório Seebohm, que visava unificar as políticas sociais da época, adotando um caráter tecnicista proveniente da gestão privada. Com isso, criaram-se departamentos unificados de políticas sociais, sob a direção do governo local. Este relatório impactou diretamente o trabalho de assistentes sociais: se, por um lado essas mudanças mexeram na autonomia dos assistentes sociais, que agora estavam subordinados à autoridade local, por outro lado conferiram aos profissionais um senso mais acentuado de força coletiva e de identidade profissional, porque estes passaram a atuar em equipes da área de Serviço Social, e muito mais próximo dos clientes²² (que pressionavam cada vez mais pelo acesso às políticas sociais). Todo esse cenário levou o Serviço Social a fazer críticas à abordagem do Serviço Social de Caso, com sua abordagem psicologizante e individualizada. A categoria profissional passou a dar destaque ao trabalho comunitário como gerador de mudanças. Este novo enfoque de atuação abriu espaço para o surgimento do Serviço Social Radical no Reino Unido, que teve como base as mudanças significativas nas condições materiais de existência impostas pelo fim do *Welfare State*.

Surgimento e tendências contemporâneas do Serviço Social Radical no Reino Unido

A década de 1970 torna-se o marco do surgimento do Ser-

22 Aqui, seguimos a forma de denominação dos usuários dos serviços que encontramos nos textos lidos.

viço Social Radical no Reino Unido. As ideias deste movimento da categoria profissional foram expressas na revista que simbolizou o marco temporal do Serviço Social Radical no Reino Unido – a *Case Con* (Contra o Caso). A Revista foi publicada até 1977 e contou com 25 edições. Nasceu da insatisfação de diversos atores (assistentes sociais engajados na luta da classe trabalhadora junto aos sindicatos, docentes auto-declarados de esquerda, estudantes e profissionais de outras áreas) em relação à abordagem centrada na culpabilização do cliente. Trouxe temas como a ofensiva do capital aos direitos sociais, debate sobre sindicatos, condições de trabalho dos assistentes sociais, feminismo classista, relações sociais, e produção capitalista.

É interessante observar que o editorial da revista chamava os estudantes para espriar o conteúdo da revista em suas unidades de formação e nos estágios. Mas apesar do chamamento, a revista não se capilarizou. Mas foi um início importante para a organização política dos assistentes sociais britânicos, e para a necessidade de aprofundamento teórico. Como limite, apresentou artigos muito mais pautados na ação político-organizativa do que no aprofundamento teórico.

Outra produção importante, e que dá nome pela primeira vez a essa tendência, é o livro “*Radical Social Work*” (Serviço Social Radical) – uma coletânea de diversos trabalhos, editada por assistentes sociais da academia, como Roy Baliey e Mike Brake, lançada em 1975. Além de trazer a crítica do Serviço Social de Caso, este livro também abordou o fato de que as tendências dominantes do Serviço Social ignoravam que os fatores sociais influenciavam nas condições de vida dos clientes. O livro também faz menção ao Movimento de Reconceitualização da América Latina, quando contextualiza as modificações do Serviço Social em outros países. Também cita a teoria de Paulo Freire, quando trata da aplicabilidade prática da educação das massas com uma intencionalidade libertadora, afirmando que esta conscientização proposta causaria profundo efeito na prática profissional do Serviço Social:

Freire tem se preocupado em desenvolver uma forma de educação para as massas na América Latina que seja essencialmente libertadora. Esse é um processo educacional que visa desenvolver a práxis, a reflexão crítica sobre a realidade e a subseqüente

ação sobre ela. O desenvolvimento da consciência crítica é essencial para o seu esquema educacional, pois é isso que permitirá que as massas transformem a realidade. Esta educação libertadora, conscientização, confronta a educação tradicional existente que é baseada no que Freire chama de um modelo bancário, um modelo que reflete uma estrutura social opressiva: “No conceito bancário de educação, o conhecimento é um dom concedido por aqueles que se consideram conhecedores sobre aqueles que eles consideram não saber nada. Projetando uma ignorância absoluta nos outros, uma característica da ideologia da opressão, nega a educação e o conhecimento como processos de investigação” (1972b, 46.). O desenvolvimento da consciência crítica não pode ter lugar onde os oprimidos são tratados como simples recipientes vazios para serem preenchidos com uma ideologia 'libertadora': a consciência crítica se desenvolve a partir do reconhecimento da consciência existente dos oprimidos, por mais fatalista que ela seja, e do diálogo mútuo entre todos os envolvidos com a tarefa de libertação. Na América Latina, o conceito de conscientização está tendo um efeito profundo na prática do serviço social e na educação (Leonard, 1975, p. 54, nossa tradução).²³

23 Texto original: “Friere (*sic*) has been concerned to develop a form of education for the masses in Latin America which is essentially liberating. It is an educational process which is designed to develop praxis, critical reflection on reality and subsequent action upon it. The development of critical consciousness is essential to his educational scheme, for this is what will enable the masses to transform reality. This liberating education, conscientization, confronts existing traditional education which is based upon what Friere (*sic*) calls a banking model, a model that reflects an oppressive social structure: ‘In the banking concept of education, knowledge is a gift bestowed by those who consider themselves knowledgeable upon those whom they consider to know nothing. Projecting an absolute ignorance into others, a characteristic of the ideology of oppression, negates education and knowledge as processes of inquiry’ (1972b, 46.). The development of critical consciousness cannot take place where the oppressed are treated as merely empty vessels to be filled with a ‘liberating’ ideology: critical consciousness develops

Fazendo um balanço da década de 1970 para o Serviço Social no Reino Unido, temos que esta década fomentou a ação coletiva e abordagens de trabalho comunitário, além de um rápido crescimento sindical. Mas também houve impacto na formação profissional, que incorporou a discussão dos direitos sociais e o ensino do trabalho comunitário em muitos currículos. De todos os países europeus, os que compõem o Reino Unido são os que mais têm um controle central da formação profissional. Este se iniciou em 1971, com a formação do Conselho Central da Educação e Formação em Trabalho Social (CCETSW),

[...] que teve o poder de aprovar os ciclos de formação e que determinou o nível necessário para exercer a profissão de trabalhador social. Foi substituído, em 2003, pelo NTO, a Organização Nacional da Formação. Desde esta data, após um período de intensas consultas, as formações dos trabalhadores sociais foram reformuladas, com instauração de um diploma nacional nas universidades (Jovelin, 2009, p. 25).

Atualmente, a formação profissional do Reino Unido se dá no interior da universidade, e possui um diploma muito mais generalista – tendo inclusive disciplinas comuns, nos anos iniciais, com os cursos de Parteira/o e Enfermagem. Existem, também, cursos de doutoramento em Serviço Social.

Apesar dos esforços em ampliar o debate, o Serviço Social Radical não se tornou hegemônico no interior do Serviço Social no Reino Unido. Sobre isto, Defilippo (2020) comenta que uma prática profissional voltada para uma sociabilidade socialista, sem uma base teórica sólida para além da ação militante, foi insuficiente para fortalecer o Serviço Social Radical. No entanto, associada à observação de uma tentativa de aproximação crítica do Serviço Social com a realidade do Reino Unido, também observamos práticas de assistentes sociais que corroboraram com a lógica do Estado dominante. Um caso impor-

from an acknowledgement of the existing consciousness of the oppressed, however fatalistic it may be, and from mutual dialogue between all those concerned with the task of liberation. In Latin America the concept of conscientization is having a profound effect on social-work practice and education” (Leonard, 1975, p. 54).

tante foi o das crianças “imigrantes do Império²⁴” (crianças envolvidas em migração forçada para países que faziam parte do Império Britânico – Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul e Zimbábue).

O declínio do Serviço Social Radical se deu a partir de 1980, principalmente por conta do ataque às estruturas do *Welfare State* pelo governo neoliberal de Margaret Thatcher, muito embora o neoliberalismo não tenha ficado restrito ao Reino Unido, espalhando-se como tendência global de reprodução do capital. As medidas adotadas pelo neoliberalismo foram desde a privatização dos serviços estatais, passando pela flexibilização do mercado de trabalho, e o enfraquecimento dos sindicatos. Nesta virada conservadora da vida política britânica, o Serviço Social tornou-se problemático aos olhos do governo: “Em tal circunstância, defender o Serviço Social sob qualquer forma, mesmo sem ser a forma radical, era um desafio considerável” (Ferguson, 2011, p, 43). Aquelas áreas nas quais o Serviço Social atuava foram profundamente afetadas.

[...] nos países capitalistas avançados, como a Grã Bretanha e a França, o impulso para a flexibilização do mercado de trabalho foi corroendo os papéis tradicionais dos assistentes sociais e contribuindo para a “desprofissionalização” do Serviço Social, no sentido de criar de (sic) novas camadas de trabalhadores pouco qualificadas e mal pagas (Ferguson, 2011, p. 44).

No Reino Unido, estas propostas neoliberais invadiram o setor público, bem como o Serviço Social, através da Nova Gestão Pública (NGP), ou Gerencialismo, que consistia em gerir as organizações públicas de acordo com as estratégias do setor empresarial. Justamente por isso, o Gerencialismo teve como proposta dar ênfase à gestão dos gastos públicos, promovendo cortes de verbas nas estruturas burocráticas do governo, bem como nos gastos com o funcionalismo público, que passaram a ser contratados por tempo determinado ao invés

24 Cf. filme “Laranjas e Sol” (*Oranges and Sunshine*), que retrata o caso real da assistente social britânica Margaret Humphreys. No ano de 1987, esta profissional investigou e denunciou ao grande público o caso da migração forçada de crianças britânicas pobres aos países do Império Britânico.

de tomar posse no cargo que desempenhavam. Especificamente no Serviço Social, observou-se um movimento de tecnificação e terceirização, esvaziando a atuação profissional de suas anteriores atribuições:

[...] no centro da reforma do Serviço Social no Reino Unido esteve a introdução do binômio comprador/fornecedor, significando que as autoridades locais agora compram a assistência do setor privado ou das organizações do Terceiro Setor, em vez de provê-la diretamente. Nesse processo, os assistentes sociais se transformaram essencialmente em gerentes de cuidados, coordenando cuidados, em vez de trabalharem diretamente com clientes (Ferguson, 2011, p. 45).

Fato é que estas mudanças no Serviço Social tornaram o fazer profissional contemporâneo no Reino Unido – assim como nos demais países afetados pelo Gerencialismo – esvaziado de conteúdo, pois o profissional ficou preso à esfera da gestão, distanciando-se cada vez mais dos clientes por conta da carga burocrática com a qual têm que lidar.

Mais recentemente, no entanto, têm-se observado “sinais encorajadores de resistência ao domínio do Serviço Social pelos valores e prioridades empresariais” (Ferguson, 2011, p. 47). Desde 2004, ano no qual ocorreu o Encontro “Eu não vim para o Serviço Social para isso!”, em Glasgow, na Escócia, existe um grupo de profissionais preocupados em desafiar a tendência dominante de prática profissional desenvolvida no Reino Unido. Desse encontro nasceu a Rede de Ação do Serviço Social (SWAN). Segundo o autor, que também é membro atuante desta resistência:

Esta Rede não procura competir e nem substituir as organizações existentes de assistentes sociais, sejam elas associações profissionais, sejam sindicatos. Em vez disso, ela é um brado de luta dentro do Serviço Social, composta por assistentes sociais, acadêmicos, estudantes e usuários dos serviços (Ferguson, 2011, p. 48).

A proposta para o resgate do Serviço Social Radical na atualidade passa por uma abordagem da prática profissional

[...] coletiva e política, mas as abordagens individuais também podem ser radicais ao incidir mudanças nas situações concretas das pessoas e na forma como elas se veem. No entanto, para o autor, as abordagens coletivas têm um potencial qualitativamente maior para uma mudança estrutural, sendo este um potencial que foi quase completamente perdido nas últimas duas décadas no Reino Unido (Defilippo, p. 192).

A tendência contemporânea de desenvolvimento do Serviço Social Radical no Reino Unido continua sendo minoritária entre os profissionais. Mesmo preocupando-se com as consequências da política neoliberal sobre as condições de trabalho e formação dos assistentes sociais do Reino Unido, as críticas realizadas dentro do Serviço Social Radical contemporâneo não atingem a maioria da categoria profissional destes países. Além disso, observamos que os assistentes sociais que fazem parte do movimento do Serviço Social Radical ainda estão trilhando um caminho de construção das suas propostas práticas. Isto significa dizer que as tendências contemporâneas do Serviço Social Radical no Reino Unido têm mais clareza a respeito daquilo que se opõem – como os efeitos do Gerencialismo sobre o fazer profissional – do que daquilo que precisam modificar e reconstruir.

Trilhar um caminho diferente daquele que foi percorrido até agora não é uma tarefa fácil, e exigirá da categoria profissional – não somente no Reino Unido – uma aproximação mais efetiva da teoria social crítica, bem como um resgate crítico da história da profissão, a fim de vislumbrar coletivamente novos rumos para o fazer profissional.

Considerações Finais

A pesquisa que aqui se apresenta permitiu-nos ter um panorama da formação e desenvolvimento do Serviço Social no Reino Unido, apesar de a literatura consultada não distinguir tão claramente as particularidades dos países que compõem a região

(Inglaterra, País de Gales, Escócia, e Irlanda do Norte). Um provável motivo para esta unificação do trato do Serviço Social no Reino Unido pode estar expresso naquilo que os próprios textos estudados apontam: o Reino Unido é a região cuja formação é mais centralizada e organizada, possuindo órgãos específicos que unificam o ensino e o fazer profissional em todos os países membros.

Dados os antecedentes de formação do Serviço Social Radical no Reino Unido, observa-se que justamente por ter sido na Inglaterra que o desenvolvimento clássico do modo de produção capitalista se deu, também foi lá que a crítica às refrações da “questão social” emergiu, no seio da profissão que tinha como função social lidar com os reflexos desta mesma “questão social”. Diante do avanço neoliberal e das suas formas sempre renovadas de opressão e desmonte da área social – expresso atualmente na forma do Gerencialismo –, destaca-se um grupo de professores, profissionais e estudantes buscando alternativas para o desmonte do fazer profissional.

De fato, estas alternativas passam, primeiramente, pelo resgate de uma teoria crítica que dê embasamento teórico para o enfrentamento cotidiano. Porém, entendemos que ainda há um longo caminho para que o Serviço Social Radical no Reino Unido consiga ver expresso na prática os reflexos da criticidade da qual voltaram a se apropriar. Em primeiro lugar porque o Serviço Social Radical ainda não é hegemônico entre a categoria profissional daqueles países. Também porque os adeptos do Serviço Social Radical têm muito mais clareza a respeito daquilo que vislumbram abolir da prática profissional do que daquilo que eles pretendem construir. Isso fica expresso, por exemplo, ao afirmarem que a abordagem coletiva e o estímulo à independência dos usuários em relação às políticas sociais podem ser possíveis caminhos a serem fomentados numa prática radical.

Entender a formação profissional em Serviço Social a partir de novos contextos é enriquecedor. Tanto por conta do exercício comparativo com a formação e o fazer profissional do Serviço Social brasileiro, como também na compreensão dos entraves e potencialidades da própria profissão nos diferentes contextos históricos e sociais. Apesar das diferenças locais, ainda podemos perceber “desafios históricos comuns” (Iamamoto; Yazbek, 2019, p. 12), que reacendem a necessidade de interação entre os assistentes sociais dos diferentes países.

Referências

COELHO, Maria Ivonete Soares. Pensando o Presente com um Olhar no Passado: reflexões acerca da construção histórica da assistência social. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Universidade Federal do Maranhão, 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo16-impasse-desafios-das-politicas-daseguridadesocial/pdf/pensando-presente-com-olhar-no-passado.pdf>>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

DEFILIPPO, Antoniana. Movimentos Contestatórios no Serviço Social do Brasil, Estados Unidos e Inglaterra nos Anos 1960-1980: indícios de aproximações e dissonâncias. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, ABEPSS, Brasília, 2018.

_____. **O Projeto Ético-político Profissional Brasileiro e as Possibilidades de Interlocução Internacional: aproximações ao Serviço Social Radical no Reino Unido**. Rio de Janeiro, 2020. Tese (doutorado).

FERGUSON, Iain. “Um outro Serviço Social é possível!”: reivindicando a tradição radical. Em *Pauta*, Rio de Janeiro, v.9, n. 27, p. 35-53, julho 2011. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2497>>.

IAMAMOTO, Maria Villela; YAZBEK, Maria Carmelita. Introdução. In: **Serviço Social na História: América Latina, África e Europa**. São Paulo, Cortez, 2019.

IOAKIMIDIS, Vassilis. Reflexões sobre a história: desenvolvimento e evolução do Serviço Social Radical na Europa. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.19, n.2, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/28978>>.

JOVELIN, Emmanuel. O Ensino do Trabalho Social na Europa: o re-

conhecimento pela universidade em questão. In: **Revista Serviço Social e Saúde**. UNICAMP Campinas, v. VII – VIII, n. 7 – 8, Dez. 2009.

LEONARD, Peter. Towards a Paradigm for Radical Practice. In: **Radical Social Work**. Edited by Roy Bailey and Mike Brake. New York, Pantheon Books, 1975. Disponível em: <https://www.historyofsocialwork.org/1975_radical_social_work/1975%20Bailey%20Brake%20radical%20social%20work%20OCR%20C.pdf>.

MARTINELLI, M. Lúcia. **Serviço Social Identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova questão social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje**. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

SIMIONATTO, Ivete. Prefácio. In: **A História pelo Avesso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo, Cortez Editora, 2021.

2.2 REFLEXÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NO REINO UNIDO: uma análise sobre os movimentos de contestação e a aproximação de segmentos profissionais à perspectiva crítica nas últimas décadas do século XX.

Christiane Batista Araujo²⁵

Somos filhos dos dias:

1. O que é uma pessoa no caminho?
2. Tempo.

Os maias, antigos mestres desses mistérios, não se esqueceram de que fomos fundados pelo tempo e que somos feitos de tempo, que de morte em morte nasce.
(Eduardo Galeano).

Introdução

O presente paper lança luz aos movimentos de contestação no interior do Serviço Social a partir do caso do Reino Unido e, sumariamente, em contraponto com o Brasil. Apesar das particularidades nacionais (especialmente pelas divergências na organização política, econômica e social presentes em cada país, o que, conseqüentemente, implica em diferentes ações adotadas pelos governos frente às expressões da *Questão Social*), em ambas regiões ocorreram movimentos de contestação do *Serviço Social Tradicional*, nas décadas finais do século XX.

Contraditoriamente, existem pouquíssimos estudos sobre a relação do Serviço Social brasileiro com outros países, especialmente se pensarmos nos países europeus. A dificuldade aumenta tanto pela escassez de pesquisas quanto pela questão das diferenças com outros idiomas. Contudo, apesar dessa grande lacuna, verificamos uma maior tradição na parceria acadêmica e profissional entre o Serviço Social dos países latino-americanos. Infelizmente, diante dos limites da pes-

²⁵ Assistente Social, doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestre em Serviço Social pela UFAL e Especialista em Gestão de Políticas Públicas e Projetos Sociais pelo Centro Universitário Cesmac.

quisa, não podemos desenvolver as raízes do afastamento e da escassez de debates sobre o Serviço Social no mundo, especialmente a partir da realidade do Brasil. Contudo, destacamos que, atualmente, as iniciativas de alguns intercâmbios acadêmicos nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, a realização de seminários internacionais e as publicações de artigos e livros sobre a temática estão contribuindo para fortalecer o debate internacional dentro do Serviço Social. Neste sentido, destacamos duas publicações recentes da Editora Cortez: primeiro, o livro *Serviço Social na História: América Latina, África e Europa*, organizado pela Maria Carmelita Yazbek e Marilda Yamamoto, lançado em 2019; e o livro lançado em 2021, *A história pelo Avesso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina* e interlocuções internacionais, organizado pela Marilda Yamamoto e Cláudia Mônica dos Santos; que encorajam os estudos e as pesquisas na área. Logo, a presente publicação soma-se aos esforços de pensarmos e compreendermos criticamente a prática profissional do Serviço Social no mundo.

Neste sentido, caminhamos para o fortalecimento do debate acerca do Serviço Social internacional, valendo-nos, assim, como no poema supracitado de Eduardo Galeano: precisamos compreender o Serviço Social no *tempo*, articulando as ações desenvolvidas pelas/os assistentes sociais, estudantes e pesquisadores, seja no Reino Unido, no Brasil ou em outro país, ao longo dos anos. Ou seja, olhar para a história da profissão compreendendo as semelhanças e as particularidades em cada país, visto que “*todos somos filhos dos dias*”.

Para isto, vale destacar, que concordamos com a colocação de Yazbek e Yamamoto (2019) ao apresentarem o Serviço Social, no cenário mundial, como “*uma unidade de diversos*”. Considerando que

[...] a trajetória sócio-histórica e cultural do Serviço Social decorre tanto das particularidades históricas nacionais, quanto a reserva de forças acadêmicas e político-profissionais acumuladas nos países, fruto do protagonismo dos sujeitos que a eles se dedicam (Yazbek; Yamamoto, 2019, p.12).

Porém, apesar da diversidade, não podemos negar a existência de certos pontos em comum e “*de sua unidade perante desafios históricos*”

comuns” (Yazbek; Iamamoto, 2019, p.12), particularmente atualmente, com a financeirização do capital. Conforme as autoras supracitadas,

A busca de construção da unidade conclama o debate respeitoso a partir de desafios compartilhados: o aperfeiçoamento acadêmico e ético-político da formação e do exercício profissional; a ampliação de suas bases de legitimação social junto aos demais profissionais e aos sujeitos alvo dos serviços prestados; a expansão dos espaços ocupacionais e o reconhecimento do Serviço Social como área de conhecimento pela comunidade científica; e os compromissos éticos com valores que dignificam o gênero humano (2019, p. 12).

Em todo o globo, portanto, os/as assistentes sociais precisam agir frente ao desmonte das políticas públicas e às investidas de ações neoliberais, sistematizadas pela financeirização do capital, que, por sua vez, tem o Reino Unido como um dos berços do sistema do capital, um dos centros do capitalismo; em oposição inclusive ao Brasil, que está à margem do centro financeiro. Tais divergências no processo produtivo são próprias do desenvolvimento desigual e contraditório das relações burguesas. Consequentemente, tais divergências, próprias do capitalismo, marcam as diversas formas de ações do Estado frente à *Questão Social*, bem como ao próprio Serviço Social, considerando tanto a sua fundamentação teórica-metodológica quanto a formação acadêmica e a prática profissional. Nosso foco, assim, será na especificidade da experiência do Serviço Social britânico e algumas relações com o Serviço Social brasileiro, a partir das suas interações e críticas à *perspectiva tradicional*, e, conseqüentemente, seus caminhos para a *perspectiva crítica*.

A Crítica ao Serviço Social tradicional: caminhos seguidos por parte do segmento profissional e estudantil

Antes de aprofundarmos nosso debate sobre as experiências tanto do Reino Unido quanto do Brasil, devemos entender que “si-

tuar o *Serviço Social na história* dos países requer romper as fronteiras do Serviço Social em seus supostos ‘componentes internos’ – não para perdê-los, mas para elucidar com maior rigor as características dessa especialização do trabalho coletivo e área de conhecimento na sociedade inclusiva” (Yazbek; Iamamoto, 2019, p. 16). No caso, partimos da conjectura de que a *história*, – “[...] no seu vir a ser – é o ‘terreno’ de análise do Serviço Social, o que conclama uma perspectiva de totalidade na leitura dos processos histórico-sociais” (Yazbek; Iamamoto, 2019, p. 16). Delimitando, assim, que a presente profissão só pode ser compreendida “no movimento histórico da sociedade, no complexo processo de (re)produção das relações sociais capitalistas” (Yazbek; Iamamoto, 2019, p. 16). Ou seja, que se faz necessário a compreensão do processo de reprodução da totalidade social. Isso inclui

[...] não apenas a reprodução da vida material, visto que a reprodução do capital é relação social que implica a reprodução ampliada das classes com suas tensões e conflitos. [...] O mesmo movimento que cria as condições para a reprodução contraditória da sociedade de classes, cria e recria os conflitos resultantes de suas relações sociais e a possibilidade de sua superação. É nesse horizonte que se considera o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho na sociedade do capital e o assistente social como trabalhador especializado, parte do trabalhador coletivo (Yazbek; Iamamoto, 2019, p. 16-17).

Será nas particularidades que as duas regiões adotaram frente ao processo de reprodução social que caminhará nosso debate. Tere-mos, assim, como marco histórico, os anos finais do século XX, especialmente entre os anos de 1960 e 1980, com o processo de *crise estrutural do capital*, as investidas neoliberais e, no campo do Serviço Social, as críticas ao tradicionalismo presente na profissão, que se desenvolvia a partir da perspectiva conservadora, tomista e positivista.

Vale alertar que a aproximação de segmentos profissionais e estudantes ao pensamento crítico não quer dizer obrigatoriamente vinculação à tradição marxista, ainda que esta, também, se faça presente. Logo,

Apesar de todas as desqualificações neoconservadoras (e hoje neofascista no Brasil) que decretaram a morte da tradição marxista após o fim da URSS (1992), esta permanece forte no Serviço Social. Em 2018, por exemplo, por ocasião das comemorações do bicentenário de Karl Marx, o período *Critical and Radical Social Work*, publicado no Reino Unido, fez uma homenagem ao bicentenário de Marx, no mesmo passo em que na Colômbia se reunia este grupo qualificado e aguerrido de pesquisa. Essa presença de Marx e da tradição crítica inspirada no seu pensamento entre nós não teve e não tem a mesma densidade nos espaços nacionais e regionais (Behring, 2021, p. 457).

A chave-analítica marxista se apresenta (e se apresentou) viva diante dos próprios limites da sociedade burguesa, dos processos de contradições que o capital constantemente produz. E, na segunda metade do século XX, se apresentará mais claramente diante dos limites absolutos de expansão e da reprodução que se colocava no pós-guerra. Houve, portanto, uma reorganização no aparato estatal, seja no caso inglês, com o fim das políticas do *Welfare State*, seja no caso do Brasil, pelo processo de modernização e organização do estado via autoritarismo com a Ditadura Militar. Esta realidade colocou desafios próprios para todos os segmentos sociais, além de possibilitar, na vivência de certos países, uma eferescência no interior do Serviço Social.

Segundo Antunes (2009), o modelo produtivo baseado no padrão fordista/taylorista chegou a dar sinais do seu esgotamento nos finais de 1960 e início de 1970; soma-se, a esta situação, a impossibilidade da manutenção da organização política do pós-guerra, baseada nas ideias de John Keynes²⁶. Tal cenário de crise,

26 Conforme Antunes (2009), a política de Keynesiana assentava em um “compromisso” político entre o Estado, a burguesia e os trabalhadores dos países centrais, a partir da política do *Welfare State*. Ou seja, “Uma forma de sociabilidade fundada no “compromisso” que implementava ganhos sociais e seguridade social para os trabalhadores dos países centrais, desde que a temática do socialismo fosse relegada a um futuro a

[...] já era expressão de uma crise estrutural do capital que se estendeu até os dias atuais e fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando recuperar do seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo, repor seu projeto de dominação societal, abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho, que, como vimos, questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social. O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do *downsizing*, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, em que se destaca especialmente o “toyotismo” ou o modelo japonês (Antunes, 2009, p. 46).

É nesta conjuntura que teremos a ebulição de movimentos contestatórios, que não se limitavam ao Serviço Social. Pelo contrário, essa ebulição tomou as ruas, as fábricas, as instituições estatais, os centros de ensino etc. Vários segmentos das classes trabalhadoras passaram a se organizar efetivamente e a refletir sobre a atuação do modo de produção capitalista e, conseqüentemente, do Estado. Basta lembrarmos, por exemplo, o caso emblemático de *Maiô de 1968*, que, inicialmente, das ruas de Paris ganhou dimensão mundial.

Será no bojo desses acontecimentos que segmentos do Serviço Social passaram a dialogar com outros organismos sociais; até porque a profissão e suas demandas sociais não são alheias aos acontecimentos históricos e à situação da classe trabalhadora. Como destaca Defilippo (2018), em meados nos anos 1970, emergem “tímidos grupos de trabalhadores sociais com uma nova proposta de desenvolvimento da prática profissional, chamada de Serviço Social Radical” (Defilippo, 2018, p. 11-12), na qual:

perder de vista. Além disso, esse “compromisso” tinha como sustentação a enorme exploração do trabalho realizada nos países do chamado Terceiro Mundo, que estavam totalmente excluídos desse “compromisso” social-democrata (Antunes, 2009, p. 40).

Profissionais, estudantes e professores compartilhavam, cada vez mais, as ideias radicais para a teoria e prática do Serviço Social, tendo em vista o contexto de acirramento das contradições econômicas, políticas e sociais de seus países, ocasionando a deterioração das condições de vida de grande parte da população (Defilippo, 2018, p. 12).

Por vez, segundo a autora, nos Estados Unidos, o *Serviço Social Radical* não conseguiu tanto fôlego, diferentemente de outros países, como no caso do Reino Unido, o qual desenvolvemos no subtópico a seguir. Vale, por vez, destacar que no *Serviço Social Radical* se organizavam, de modo geral:

[...] ação política direta, estimulavam alianças entre setores de serviços sociais aos movimentos de minorias, como de negros, gays, índios, mulheres, dentre outros, tendo como principal bandeira a organização dos trabalhadores sociais e dos clientes. Incentivavam publicações, promoções, seminários, encontros etc., e apoiavam organizações na luta contra a redução de recursos para o setor público, principalmente no que se refere aos programas sociais, intencionando, também, influenciar na formulação e operacionalização das políticas sociais. Mas estas ideias mais radicais enfrentaram dificuldades (Defilippo, 2018, p. 12).

Logo, os movimentos contestatórios do Serviço Social, a partir de uma direção crítica, enriqueceram-se por meio da participação dos seus quadros junto às organizações políticas, grupos sociais e instituições de trabalho. A utilização do termo radical, nesta perspectiva, “estava muito mais atrelado à crítica em relação à sociedade capitalista, na busca por uma outra sociabilidade, possibilitada, como processo, através da prática profissional nas instituições” (Defilippo, 2018, p. 13). Como Defilippo adverte: “Em nenhum momento a perspectiva se mostra forte o suficiente na disputa dentro da própria profissão no que se refere às bases teórico metodológicas” (Defilippo, 2018, p. 13).

Conforme Defilippo, as transformações sociais, ocorridas dos anos 1960 a 1980, foram vitais para o surgimento de movimentos contestatórios no Serviço Social, mesmo em países com tantas diferenças em suas formações sociais e históricas, como no caso dos Estados Unidos, do Reino Unido e do Brasil²⁷. Contudo, a autora percebeu a presença de algumas temáticas em comuns entre os diversos textos sobre esse período:

A) Contextualização das décadas entre 1960-1980: os autores desenvolvem críticas ao capitalismo e à agudização de suas contradições, com produção acentuada de desigualdades sociais e esfacelamento dos acordos do Estado Social; B) Surgimento de vários movimentos sociais de resistência, com diferentes bandeiras de luta: movimento feminista, movimentos étnico-raciais, movimentos pela manutenção dos direitos sociais, ações afirmativas, e contra repressão, etc; C) Crítica à sociedade capitalista, numa aproximação com a teoria marxista via Ernest Mandel, Vladimir Lênin, com O Imperialismo; Paulo Freire, com Ação Cultural para a Liberdade, Gramsci, e de fontes marxianas, com o Manifesto do Partido Comunista, A Ideologia Alemã. C) Influência do Partido Comunista; D) Crítica ao Serviço Social tradicional, na justificativa de que sua prática não traria respostas à classe trabalhadora; E) Certa negação do caráter político do trabalho profissional nas instituições (ou seja, uma não compreensão do caráter contraditório da própria profissão); F) Reconhecimento da profissão enquanto parte da classe trabalhadora (identificação com as demandas dos clientes); G) Identidade radical atre-

27 No Brasil, todavia, não encontraremos a nomeação radical. Mas, durante os anos 1960, teremos o Movimento de Reconceituação Latino-Americano, que marcará a crítica ao tradicionalismo na profissão e as primeiras aproximações ao marxismo. E, em seguida, no Movimento de Reconceituação, que com a perspectiva de Intenção de Ruptura que marcará a vinculação ao legado marxista (Netto, 2011).

lada à esquerda militante. (Defilippo, 2018, p. 15).

Por sua vez, focaremos com mais detalhes no Serviço Social do Reino Unido e no caso da sua vertente Radical, que apesar de não ser hegemônica, deixou “um legado que merece ser resgatado e estudado, principalmente quando nos referenciamos ao Serviço Social brasileiro e sua filiação histórica, teórica e metodológica à teoria crítica dialética, nos possibilitando um diálogo que pode ser frutífero ao Serviço Social mundial e à classe trabalhadora” (Defilippo, 2018, p. 15-16).

O Serviço Social Radical: o caso do Reino Unido.

Para a nossa compreensão do *Serviço Social Radical* no Reino Unido temos como marco as pesquisas desenvolvidas por Defilippo, Ferguson e Ioakimidis. Nesses autores observamos a tendência de pensar nas experiências do *Serviço Social Radical* a possibilidade de novos caminhos para a superação da austeridade, presentes nas atuais políticas governamentais no Reino Unido. Mas, afinal, como se estruturou a vertente radical?

Como destacamos anteriormente, a partir dos anos de 1960, o Reino Unido então experimentou “*o fim de uma longa fase de hegemonia socialdemocrata no pós-guerra*”, bem como um amplo processo de radicalização na política, com crescimento de movimentos antiguerra e antiarmamentista, crescimento do movimento feminista, radicalização no movimento estudantil, crescimento do movimento antirracismo e da Nova Esquerda” (Defilippo, 2021, p. 372). Além disso, houve uma nova reforma administrativa do estado baseado nas diretrizes do *Relatório de Seebonh*, que, de modo geral, implementou a lógica da gestão privada nos setores da esfera pública, conseqüentemente, “no Serviço Social, sobretudo, porque as novas diretrizes se referiam ao principal campo de trabalho das(os) assistentes sociais britânicos” (idem, 2021, p. 373).

Neste quadro, o *Serviço Social Radical* se apresentou como uma abordagem ancorada na “teoria marxista e com direção social anticapitalista”, apresentando como principais fontes de fundamentação teórica alguns autores marxistas britânicos, como “E. P. Thompson, Stuart Hall, Eric Hobsbawm, vários deles advindos da Nova Esquerda britânica, e também com as obras de Marx, Engels, Gramsci, Mandel e outros” (Defilippo, 2021, p. 374), rompendo,

assim, a formação tradicional vinculada à tradição estadunidense.

Observamos, a partir dos autores, que o *Serviço Social Radical* não se apresentou como modelo hegemônico no interior do Serviço Social britânico, contudo, ele conseguiu lançar voz juntos aos movimentos de trabalhadores, estudantes, entre outros, tão presentes na realidade inglesa. Vincularam-se assim, também, ao seu público-alvo na defesa de seus direitos e reconhecendo os limites dentro da sociabilidade burguesa, que também colocavam o próprio assistente social em situação de vulnerabilidade e reorganização de suas práticas profissionais diante das investidas da reforma administrativa. Contudo, não podemos negar que

Desde o primeiro momento, o movimento se mostrou contestatório ao Serviço Social tradicional e permitiu a reflexão sobre os conflitos que permeavam a categoria profissional, com a promoção de debates sobre a sociedade capitalista e as raízes dos “problemas sociais”. Assim, essa proposta surgiu em contraposição ao tradicionalismo conservador, tecnicista e psicopatológico da profissão, que, até então, não surpreendentemente, se alinhava soberanamente aos projetos societários dominantes. (Defilippo, 2021, p. 374-375).

Foi destaque nesse período e o símbolo do *Serviço Social Radical* no Reino Unido a revista a *Case Con*, que nasceu da iniciativa de grupos de assistentes sociais, docentes e estudantes, tanto da área do Serviço Social quanto de outras profissões, que se autodeclararam “*ser de esquerda*”. Ela, então, contribuiu para “imprimir uma organização política entre os assistentes sociais numa direção social pautada pelo projeto societário socialista, defendendo inclusive a pluralidade de ideias da esquerda” (ibidem, p. 378). Outro fator importante que a pesquisadora Defilippo observou nas publicações da *Case Con* foi o fato dela encorajar a organização profissional em movimentos sindicais. Inclusive, entre os anos de 1978-1979, os assistentes sociais de várias regiões do Reino Unido, organizados pela NALGO (*Associação Nacional de Oficiais do Governo Local*), sindicato nacional dos trabalhadores do governo bri-

tânico, entraram em greve “tendo como pauta a defesa por melhores condições de trabalho. Essa foi considerada a maior greve na história da categoria naquele território” (Defilippo, 2021, p. 379). No caso,

De fato, o número de assistentes sociais sindicalizados na época aumentou significativamente e não era incomum que os assistentes sociais participassem e apoiassem greves em setores além do bem-estar social por exemplo, o setor de mineração que na época se envolvia em ações industriais prolongadas). Da mesma forma, a rica produção acadêmica e as publicações foram tão importantes que, em certa medida, ainda mantém seu valor (Ioakimidis, 2019, p. 283).

Outro marco teórico-metodológico foi o lançamento, em 1975, do livro *Radical Social Work*, organizado por Roy Bailey e Mike Brake, que além de apresentar uma abordagem marxista, trouxe, também “uma referência direta ao Movimento de Reconceitualização latino-americano, no momento em que contextualiza as modificações no Serviço Social daquela conjuntura em outras partes do mundo” (Defilippo, 2021, p. 380). Chama atenção, também, o trabalho de Peter Leonard, que “se ampara em Paulo Freire, no que concerne à perspectiva da educação popular” (ibidem, p. 381). Observamos, assim, que houve uma interlocução, ainda que discreta, entre segmentos do Serviço Social britânico tanto com as experiências do Serviço Social Latino-Americano quanto com as do Brasil.

Por fim, o declínio do *Serviço Social Radical* ocorreu nos anos finais da década de 1970, diante, sobretudo, da vitória de Margaret Thatcher e do fortalecimento de setores conservadores e reacionários; bem como, as rupturas que os sindicatos, as organizações dos trabalhadores e grupos de esquerda sofreram diante das ofensivas do capital.

Além disso, a ascensão do movimento radical dentro do serviço social colocou os programas universitários no epicentro da ira dos empregadores. Os diretores de serviços sociais, perturbados pelo que chamaram de produção de “empregados difi-

ceis”, exigiram mais controle sobre os currículos do serviço social. Isso acabou sendo concedido pelo governo e, no início da década de 1980, os empregadores estavam em condições de exercer um controle sem precedentes sobre a seleção de estudantes, o ensino de conteúdos e a prática de educação. Tal controle sufocou a produção intelectual das universidades. Além disso, a ascensão das teorias pós-modernas e baseadas na identidade na década de 1990 afastou (temporariamente) as abordagens marxistas da agenda (Ioakimidis, 2019, p. 284).

Todos esses fatores contribuíram para o apagamento da vertente de ruptura no Reino Unido. Contudo, não podemos negar que seu exemplo, sua força política e teórico-metodológica continuam presentes, principalmente porque os dilemas da sociabilidade burguesa seguem ainda mais latentes provocados pela ofensiva neoliberal. Conforme Herrero (2017), o neoliberalismo provocou mudanças significativas no Serviço Social britânico, no que ele destaca alguns aspectos: a mercantilização dos serviços sociais e das políticas sociais; uma individualização e culpabilização do sujeito, que será alvo da política pública; e a presença da lógica gerencialista, baseada no setor privado, e que foi transferida para a gestão das políticas e dos programas sociais. Esta situação, que impacta desde a formação até a prática profissional das/os assistentes sociais, possibilitam espaços de contestação, resistência e análise crítica da realidade social. Por isso, inclusive, Ferguson (2011) apresentou a importância do “resgate” do *Serviço Social Radical* para pensar uma nova forma de atuação do Serviço Social, que fuja das amarras das vertentes pós-modernas e conservadoras, e que se vincule à classe trabalhadora na busca de um trabalho coletivo, ético e democrático.

Considerações Finais

Compreender um pouco da história e do legado produzido por diversos conjuntos profissionais, estudantis e organizativos do Serviço Social, nas diferentes regiões do globo, ajuda-nos a entender

as diversidades teórico-metodológicas e ético-políticas adotadas pelos segmentos do Serviço Social ao longo dos anos frente às demandas governamentais e sociais. Bem como os movimentos de contestação no âmago da profissão. Até porque, um projeto profissional hegemônico não é homogêneo, mas só ocorre através de uma construção coletiva na qual existem espaços de disputas na organização e condução política.

Por sua vez, a ruptura com certos aspectos do viés do conservadorismo, próprio das bases do surgimento do Serviço Social, a partir das *perspectivas críticas*, só foram possíveis através da organização política e da luta de segmentos da profissão junto a diferentes entidades de trabalhadores, especialmente a partir da segunda metade do século XX, diante das ofensivas dos representantes do capital para garantirem a exploração constante da classe trabalhadora.

Logo, não há neutralidade ético-política nem na formação nem na prática profissional; precisamos, assim, saber se iremos construir coletivamente uma profissão relacionada aos interesses da classe trabalhadora ou se queremos colaborar vinculando-a com as explorações e as opressões da burguesia. Necessitamos, assim, estar atentos a qual projeto ético-político nossas práticas estarão amparadas.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2009.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2016.

BEHRING, Elaine. Mobilizar as armas da crítica para que elas continuem pujantes e afiadas. In: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A história pelo Averso**: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, CNPQ, 2021.

DEFILIPPO, Antoniana. Movimentos Contestatórios No Serviço Social Do Brasil, Estados Unidos E Inglaterra Nos Anos 1960-1980:

Indícios De Aproximações E Dissonâncias. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**, ABEPSS, Brasília, 2018.

DEFILIPPO, Antoniana. Serviço Social radical: a experiência do Reino Unido no transcurso dos anos 1970 a 1980. IN: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A história pelo Averso**: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, CNPQ, 2021.

FERGUSON, Iain. **“Um outro Serviço Social é possível!”**: reivindicando a tradição radical. Em Pauta, Rio de Janeiro (RJ), v.9, n. 27, p. 35-53, julho 2011. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2497>

FERGUSON, Iain.; LAVALETTE, M. **Critical and Radical Social Work: An Introduction**. Critical and Radical Social Work, Bristol, v. 1, n. 1, p. 3-14, abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1332/204986013X665938>.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 12ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A história pelo Averso**: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, CNPQ, 2021.

IOAKIMIDIS, V. **A Guide to Radical Social Work**. The Guardian, 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/social-care-network/2016/may/24/radical-social-work-quick-guide-change-poverty-inequality>

IOAKIMIDIS, Vassilis. Reflexões sobre a história: desenvolvimento e evolução do Serviço Social Radical na Europa. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.19, n.2, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufjf>.

br/index.php/libertas/article/view/28978

IOAKIMIDIS, V. et al. **Austerity and social work in Europe:** listening to the voices of resistance. *Critical and Radical Social Work*, Bristol, v. 1, n. 2, p. 253-261, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1332/204986013X673317>

JOVELIN, Emmanuel. **O Ensino Do Trabalho Social Na Europa:** O Reconhecimento Pela Universidade Em Questão. *Serviço Social e Saúde*. 7, 1/2, jan. 2009.

MARTINELLI, M. Lúcia. **Serviço Social Identidade e alienação.** São Paulo: Cortez, 1991.

HERRERO, Martínez, M. (2017). El Trabajo Social en Inglaterra: ¿el principio y fin de una profesión para la justicia social? **Cuadernos de Trabajo Social**, 30(2), 343-355.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil:** história de resistência e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **O Serviço Social e o Popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Bianca Ribeiro; OLIVEIRA, Shirleny de Souza. O Serviço Social na Inglaterra: a experiência de um estágio de pesquisa. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 138, p. 302-320, maio/ago. 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na História:** América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

2.3 A INFLUÊNCIA SINCRÉTICA SOBRE A PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL NA FRANÇA

Lorraine Marie Farias de Araujo²⁸

Introdução

Nesta densa e pairante camada de ideias e fórmulas que constitui a atmosfera mental das cidades, o homem que a respira, nela envolto, só pensa todos os pensamentos já pensados, só exprime todas as expressões já exprimidas - ou então, para se destacar na pardacenta e chata rotina e trepar ao frágil andaime da gloriola, inventa num gemente esforço, inchado o crânio, uma novidade disforme que espante e que detenha a multidão como um monstrengo numa feira.

Eça de Queirós, A cidade e as serras, 1845-1900, p. 91.

O objeto deste ensaio consiste na relação entre sincretismo e pesquisa em Serviço Social na França. Assim, nosso objetivo consiste em investigar as tendências contemporâneas da pesquisa em ligação com o sincretismo teórico perscrutado na tese de José Paulo Netto (2011). Realizaremos uma pesquisa bibliográfica a partir de clássicos do Serviço Social Brasileiro ligados à tradição marxista, em especial Netto (ibid.), Montañó (2011) e Yamamoto e Carvalho (1983), bem como por meio de artigos sobre a temática supracitada, por exemplo, de pesquisadoras francesas: Bouquet (2003), Dugué (2009), Rullac (2014), entre outras.

28 Assistente Social. Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS/UFAL). Integrante do Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social (GPSRS/UFAL), bem como do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Igualdade e Reprodução Social (GENIR). Pesquisadora pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: lorraine.araujo@fso.ufal.br

O impulso para a realização desta análise dá-se em meio à necessidade de intensificação dos estudos sobre o Serviço Social Internacional, com a finalidade de apreensão das continuidades e rupturas da profissão em diferentes países, considerando o histórico de aproximações do Serviço Social Brasileiro ao cenário mundial e a importância da internacionalização da pesquisa. Tal processo pode originar uma “alavancagem e fortalecimento da organização política da categoria numa dimensão internacionalizada” (Diniz, 2019, p. 329).

Em nossa arguição trataremos especialmente do Serviço Social na França, relacionando-o ao Serviço Social Brasileiro, uma vez que o Brasil comporta obras fundamentais para a compreensão da profissão no mundo, a exemplo da tese sobre a estrutura sincrética do Serviço Social exposta em *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* (2011). Além da tese supramencionada, o texto clássico *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (1983) também é considerado uma obra fundante para o Serviço Social, porquanto se constitui como uma das primeiras aproximações exitosas à teoria social marxiana, em que Marilda Vilela Iamamoto deslinda, na primeira parte do livro, sobre a reprodução das relações sociais no capitalismo e a influência de tal polvorosa à gênese do Serviço Social. Ademais, recorreremos ao texto sobre *A Natureza do Serviço Social* (2011), no qual coadunamos com a crítica às teses endogenistas, lineares e etapistas, tendo em conta a defesa da tese histórico-crítica. Os autores mencionados nos dão base para atinarmos as limitações do Serviço Social na França, pois este possui, hodiernamente, apenas embrionárias teorias endógenas e não chega ao debate das condições exógenas de emergência do Serviço Social.

Analisaremos a relação entre sincretismo e pesquisa mediante o método marxiano sob o estatuto duma ontologia histórico-social. Tal método consiste na realização de sucessivas aproximações sobre o objeto investigado, em que este possui o primado ontológico sobre o sujeito pesquisador, ou seja, há uma centralidade do objeto em relação ao sujeito (Tonet, 2013). Partimos da aparência à essência a fim de desnudarmos o *em-si* do objeto, o mesmo que o seu *ser-precisamente-assim* (Lukács, 2018). Isso significa dizer que investigamos categorias da existência do ser. Assim, a análise ontológica perscrutará origem, natureza e função social de um objeto e/ou da relação entre determinados objetos, em consonância com a letra marxiana.

A investigação tem que se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria agora é refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori [...]. Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto [...]. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (Marx, 2017, p. 90).

Sumariamos nosso ensaio em dois itens, a princípio investigaremos a *Gênese histórico-social do Serviço Social na França*, em que nos debruçaremos primordialmente sobre origem e natureza dessa profissão em tal país, em seguida analisaremos a *Relação entre sincretismo e pesquisa*, a fim de elucidarmos a função social que o primeiro realiza nas tendências contemporâneas desse âmbito. Pretendemos, portanto, apontar delineamentos iniciais sobre o objeto de estudo, que não se esgota neste escrito.

Gênese histórico-social do Serviço Social na França

A gênese histórico-social do Serviço Social na França somente pode ser desvelada em sua intrínseca relação com o modo de produção capitalista. Em terras francesas, o capital se solidifica em capitalismo²⁹ por meio da Revolução Francesa (1789). Este marco histórico

29 É decisivo aqui ressaltar que, para Mészáros, *capital* e *capitalismo* são fenômenos *distintos*. O sistema do capital, segundo o autor, antecede o capitalismo e tem vigência também nas sociedades pós-capitalistas. O capitalismo é uma das formas possíveis de realização do capital, uma de suas *variantes históricas*, presente na fase caracterizada pela generalização da *subsunção real* do trabalho ao capital, que Marx denominava como capitalismo pleno. Assim como existia capital antes da generalização do capitalismo (de que são exemplos o capital mercantil, o capital usurário etc.), as

coroou a burguesia como classe dominante da sociabilidade burguesa e condenou a classe trabalhadora à exploração incessante com vistas à acumulação de capital (Marx, 2017). Neste “universo problemático original” (Netto, 2011, p. 92) surgiram novas “demandas histórico-sociais” (ibid.), postas pela luta entre classes antagônicas: burguesia e proletariado. O surgimento do capitalismo, a partir do século XVIII, possibilitou a eclosão da “questão social” como expressão da contradição entre capital e trabalho (Iamamoto e Carvalho, 1983), em especial após o acontecimento da Primavera dos Povos em 1848.³⁰

Na fase monopolista do modo de produção capitalista, a partir das últimas décadas do século XIX, o acirramento da luta de classes resultou em formas de enfrentamento às expressões da “questão social”, em que o Estado passa a intervir diretamente sobre estas. Tais intervenções têm seus limites, visto que, nesta sociabilidade, é impossível acabar com a “questão social”, pois esta é resultado da exploração do burguês sobre o operário, condição ineliminável para a rotação do capital (Marx, 2017). A intervenção sobre expressões individualizadas de uma contradição nodal apenas responde fragmentária e paliativamente às refrações sociais características da ordem burguesa.

É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social (Netto, 2011, p. 73).

Primeiro, é necessário o surgimento de um espaço sociotécnico pertinente à atuação do assistente social, para que, em seguida, o Serviço Social possa emergir enquanto profissão. Esta constatação é a base para a tese histórico-crítica (Montaño, 2011), pois o Ser-formas recentes de sociometabolismo permitem constatar a continuidade do capital mesmo após o capitalismo, por meio da constituição daquilo de que Mészáros denomina como “sistema pós-capitalista”, de que foram exemplos a URSS e demais países do Leste Europeu (Antunes apud Mészáros, 2011, p. 10, nota 2, grifos do autor).

³⁰ Marx trata destes acontecimentos em diversas obras, a saber: *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte* (2011); *A Guerra Civil na França* (2011); *As lutas de Classe na França* (2012); entre outras.

viço Social não pode ser compreendido por si mesmo. Tão somente quando se elucida a função social da profissão numa determinada relação social é que há capacidade de alcançar seus fundamentos.

Na França, país onde o capitalismo ocorreu por via clássica (Mazzeo, 1995), o Serviço Social surge entre 1900 e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), atrelado a obras de caridade e com caráter confessional. Gradualmente, o Estado passa a constituir legislações de enfrentamento à “questão social”, base para o desenvolvimento e institucionalização da profissão. Além disso, o Serviço Social é influenciado pelo processo de secularização da sociedade e pelo surgimento das ciências humanas (Bouquet, 2019). Ressalta-se também a influência do movimento feminista burguês, em que as mulheres passaram a se organizar em associações a partir de 1901. “São fundadas obras sociais como, por exemplo, a de Léonie Chaptal em Paris e outras, que também são lugares de formação profissional. Citemos a *Maison-École d’Infirmières Privées* (1905) (Casa-Escola de Enfermeiras Privadas), a *École Pratique de Service Social* (EPSS) (1914) (Escola Prática de Serviço Social) [...]” (Diebolt, 2005, p. 306).

Em sua análise endógena, Bouquet (2019) afirma que o Serviço Social seria uma “racionalização científica dos modos de assistência e desenvolvimento da técnica” (ibid., p. 411). Tal autora periodiza a profissão em dois momentos “da filantropização à profissionalização (1900 a 1939)” e o “período de desenvolvimento do Serviço Social” (1940-1970). Constatamos o endogenismo na pesquisa da autora, visto que considera a profissão em si mesma, sob forma etapista, como se o Serviço Social tivesse um desenvolvimento mecânico e gradual advindo da filantropia, o que foi superado pela tese histórico-crítica mencionada anteriormente.

Mesmo diante destes limites, o artigo nos apresenta um panorama do Serviço Social Francês com dados históricos importantes, a exemplo da ligação entre a gênese da profissão e a tradição católica, bem como ao influxo médico-social sobre a profissão (ibid.). Nesse ínterim, predominam, até 1932, dois modelos de trabalhadoras do Serviço Social: enfermeiras visitantes e trabalhadoras sociais (assistentes sociais em residências sociais, serviço social familiar e superintendentes de fábrica). Esse processo ocasiona conflitos programáticos entre as diferentes associações de trabalhadoras: União Católica do Serviço

Social (UCSS) e União das Auxiliares Sociais (UAS) (Diebolt, 2005).

Em 1932, a criação do diploma de assistente social cristaliza a diferença entre a UAS e a UCSS, no que diz respeito às relações entre o setor médico e o social. Em 1938, a reformulação geral dos diplomas separa, quase que definitivamente, as profissões em dois grupos: as enfermeiras de hospital e as externas (visitadoras, superintendentes ou “residentes”) (ibid., p. 313).

O Serviço Social Francês, a partir do pós-45, se aproxima do Serviço Social de Caso (ibid.). Neste mesmo período, em que a Europa vive o *Welfare State*, é criada a primeira Previdência Social Francesa (1945), mecanismo de proteção social que promoverá o surgimento de novas profissões sociais, como educadores e animadores culturais (Bouquet, 2019). A propósito, a proteção social francesa tem natureza híbrida, num mix entre políticas bismarckianas e beveridgeanas (Behring, 2013). A partir de 1968, a formação de assistentes sociais e enfermeiras são definitivamente separadas. Apenas em 1978 é criado o Diploma Superior em Trabalho Social (Bouquet, 2019). Constatamos a diversidade das formações em Trabalho Social, em que prevalece, concomitantemente, a profissão ao nível técnico e superior. Esse processo acarreta desafios à formação e pesquisa em Serviço Social na França, bem como acirra o sincretismo teórico na profissão.

Relação entre sincretismo e pesquisa

O sincretismo, ou ecletismo teórico e científico no Serviço Social, advém da gênese dessa profissão, em que esta funde contraditórias influências em seu estatuto profissional. No Serviço Social Europeu, por exemplo, o desenvolvimento das protoformas da profissão “prende-se a três fenômenos, *aliás desconhecidos no outro lado do Atlântico*: uma traumática herança de experiências revolucionárias, a forte presença da cultura social restauradora e o peso específico da tradição católica”

(Netto, 2011, p. 110, itálico do autor). Nessa amálgama de influências, o Serviço Social na França intercorre ao neotradicionalismo, ao catolicismo social, bem como à nova escolástica, neotomismo ou “terceira via”, esta como uma catalisadora dos influxos mencionados (ibid.).

O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi o princípio constitutivo do Serviço Social (ibid., p.92, itálico do autor).

A influência sincrética sobre a pesquisa em Serviço Social na França pode ser constatada nos escritos de Dugué (2009) e Rullac (2014). Ambas investigam o Trabalho Social Francês mediante o processo de pesquisa e circulação de saberes. Ressalta-se a escassez de análises de autores franceses traduzidos ao português, restringindo nosso campo investigativo, ao tempo que aponta os desafios postos hodiernamente. Elucida-se que há dificuldade para construir a pesquisa especificamente no Serviço Social devido à “rivalidade entre dois sistemas de formação: o universitário e o aparelho de formação de trabalhadores sociais, situado, ainda por alguns meses, sob a tutela financeira e pedagógica da DGAS (Direção Geral da Ação Social), fortemente inserido nos meios profissionais” (Dugué, 2009, p. 3). Tal processo ocasiona a dificuldade de condução de estudos teóricos e predominância de diagnósticos e avaliações de casos individuais (ibid.).

Tais constatações nos situam no desafio da prática indiferenciada no Serviço Social (Netto, 2011) e (Verdès-Leroux, 1986). O autor brasileiro aprofunda-se sobre a categoria debatida inicialmente pela pesquisadora francesa. A obra da socióloga supramencionada foi uma das primeiras traduções ao português a tratar da investigação da profissão sob influência do Serviço Social Radical. A autora trabalha a questão do “campo” do Trabalho Social sob a perspectiva de Bourdieu, em que afirma que o Serviço Social exerceria uma forma de violência simbólica devido ao caráter impositivo do exercício

profissional. Mesmo com importante contribuição, principalmente devido à aproximação enviesada com o marxismo, Verdès-Leroux produz uma teoria sincrética sob influências igualmente ecléticas.

Jeannine Verdès-Leroux (1986) — comentadora e colaboradora de Pierre Bourdieu —, socióloga e historiadora francesa, nascida em 1941, forneceu aos assistentes sociais uma importante reflexão crítica (de inclinação neoweberiana, mas com grande influência do pensamento radical), sua proximidade das ideias marxistas (Gramsci e o próprio Marx, principalmente) ajudou no amadurecimento da relação do Serviço Social brasileiro com tal corrente. Nessa ótica, aliás, sua maior contribuição reside no rigor e na qualidade da análise que empreendeu, uma amostra da estatura do pensamento social francês, cuja repercussão na América Latina confrontou diversos assistentes sociais, marcados, em relação às assertivas marxianas, pelo ecletismo e pelo mecanicismo vulgar — ao menos até as pesquisas de Yamamoto (1983). A investigação de Verdès-Leroux (1986) antecipou temas diversos, posteriormente trabalhados por Netto (2007 e 2011), Yamamoto (2009b) e Faleiros (2007 e 2011), situando a gênese do Serviço Social na consolidação do capitalismo europeu no final do século XIX; a conformação da imagem subalterna dos assistentes sociais; o seu perfil feminino; a ligação das pioneiras do Serviço Social com a doutrina social da Igreja; a avaliação do caráter indeterminado da prática profissional; as transformações do discurso da profissão diante das mudanças da conjuntura histórica etc. (Martins, 2016, p 517-518).

Averiguamos que o problema do sincretismo em relação à pesquisa francesa não está centrado somente neste âmbito, visto que tal barreira está incrustada também na formação e no exercício

profissional devido à gama de funções que o Serviço Social possui na França. Atualmente, o processo de formação profissional pode ocorrer entre 9 meses e 4 anos, dependendo do nível alçado para cada função. Ao nível superior existem 5 tipos de diploma, a saber: Diploma Estadual de Conselheiro de Economia Social da Família (DECESF); Diploma Estadual de Mediador Familiar (DEMF); Certificado de aptidão para funções de gestão e chefe de unidade de intervenção social (CAFERUIS); Diploma de Estado em Engenharia Social (DEIS); e Certificado de aptidão para as funções de diretor de estabelecimento ou serviço de intervenção social (CAFDES) (France, 2022).

A ruptura com o Estado de Bem-Estar Social, entre as décadas de 70 e 80, incide numa crise da proteção social, bem como do exercício profissional, advindas prioritariamente da crise estrutural do capital (Mészáros, 2011). O Serviço Social é afetado devido à proeminência da dimensão gerencialista da política social, que preza pela racionalização da gestão, pairando as ideologias tecnocráticas e utilitaristas (Bouquet, 2019). Este processo deságua sobre a formação profissional e a pesquisa, em que trabalhadoras e trabalhadores sociais, com as mais variadas nomenclaturas, sofrem com a precarização do trabalho concomitante à precarização da política social. Constata-se que essa amalgama de funções exercidas no Trabalho Social é fruto do processo de fragmentação das políticas sociais, em que as restrições orçamentárias levam profissionais à formação não acadêmica, portanto, mais aligeirada, comprometendo a qualidade da pesquisa realizada (Rullac, 2014).

A relação entre sincretismo e pesquisa no Serviço Social francês põe em destaque a dicotomia entre saber prático e saber teórico, advinda do exercício profissional e que influencia na formação de novos profissionais. Há uma resistência endógena e exógena à pesquisa em Serviço Social, porquanto a profissão encontra-se no dilema entre a rejeição duma abordagem científica para a intervenção social e a consideração do Serviço Social como disciplina inexistente. Estas advêm de três posturas dos pesquisadores diante da profissão: a rejeição pura e simples à pesquisa; a delegação desta às ciências sociais, em que tal campo do saber deve explicar a realidade, enquanto o Serviço Social deveria apenas modificá-la; por fim, a criação duma teoria endógena ao Serviço Social (ibid.).

Considerações Finais

O Serviço Social tem sua gênese histórico-social ligada ao surgimento de um espaço sociotécnico específico à profissão (Netto, 2011). Particularmente na França, a profissão recebe forte influência da tradição católica; simultaneamente, é atravessada por um influxo médico-social, em que trabalhadoras sociais e enfermeiras exerciam funções sobremaneira correlatas (Bouquet, 2019). Além disso, o Serviço Social Francês é permeado pela ascendência do movimento feminista burguês, em que mulheres passam a se organizar legalmente em associações (Diebolt, 2005).

Constatamos que as autoras francesas mencionadas, especialmente Bouquet (2019), apresentam uma análise endogenista sobre o Serviço Social, dada a consideração da profissão como uma suposta continuidade da filantropia. Diante dos limites apresentados, verificamos que sincretismo e pesquisa na França estão irmanados, visto que tal país não possui um projeto profissional conforme o projeto societário da classe trabalhadora (Netto, 1999). Isso não significa que pesquisa e formação em Serviço Social no Brasil estejam completamente livres do sincretismo, mas sim que, mesmo possuindo natureza “medularmente sincrética” (ibid., 2011), o Serviço Social Brasileiro consegue alçar um Projeto Ético-Político defendido pela majoritária da profissão, por meio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

Mesmo sob inúmeras contendas, o Brasil ocupa lugar de vanguarda no mundo quando se trata da aproximação do Serviço Social à tradição marxista. Ao contrário da França, que ainda se inscreve uma luta embrionária por uma “teoria endógena da profissão”, o que já foi realizado e ultrapassado pelo Serviço Social Brasileiro. Diversos limites e desafios são apontados para o avanço do Serviço Social Francês: suposta autossuficiência das ciências sociais; posição dicotômica entre abordagem empírica e positivista; alegação de que o Serviço Social não é um campo; falta de financiamento e estabelecimento de créditos na pesquisa; debate francês fechado em si mesmo, não recorrendo às pesquisas internacionais, entre outras questões (Rullac, 2014).

Vê-se que a construção dum estatuto científico próprio encontra-se no horizonte da profissão (ibid.). A ausência de um projeto

político também é apontada como um desafio a ser superado pelo Serviço Social na França (Dugué, 2009). Conclui-se, desta feita, que a função social do sincretismo na pesquisa contemporânea francesa consiste em promover uma obnubilação da crítica à Economia Política elucidada por Marx, resultando na dificuldade de elucidação dos fundamentos da “questão social”, bem como na gênese histórico-social da profissão, ligada necessariamente ao advento do capitalismo monopolista (Netto, 2011). Isto ocasiona, na França, a dificuldade da construção de uma teoria endógena ao Serviço Social, o que impossibilita sobremaneira o erguimento duma teoria exógena à profissão.

Referências

BEHRING, Elaine: França e Brasil: realidades distintas da proteção social, entrelaçadas no curso da história. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 113, p. 7-52, jan./mar. 2013.

BOUQUET, Brigitte. O Serviço Social francês: balanço, questões e perspectivas. In: YASBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (orgs). **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019 p.410-431.

_____. História e Mutação da profissão de Assistente Social em França. **Intervenção Social**, 27, 2003: 43-61.

DIEBOLT, Évelyne. História do trabalho social: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social (França: 1901–2001). **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(2): 256, maio-agosto/2005.

DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. O Serviço Social brasileiro no cenário mundial. **Libertas**, [S.L.], v. 19, n. 02, p. 325-341, 9 dez. 2019. Universidade Federal de Juiz de Fora. <http://dx.doi.org/10.34019/1980-8518.2019.v19.29030>.

DUGUÉ, Elisabeth. Estruturação do Campo Profissional e Circulação

de Saberes: O Exemplo do Trabalho Social na França. **Revista em Pauta**. Volume 6 - Número 24 - Dezembro de 2009.

FRANCE. Ministère de la Santé et de la Prévention / Ministère des Solidarités, de l'Autonomie et des Personnes Handicapées. **Les diplômes et formations du travail social**. 31 mai. 2022. Disponível em: <https://solidarites-sante.gouv.fr/metiers-et-concours/les-metiers-du-travail-social/article/les-diplomes-et-formations-du-travail-social> . Acesso em: 24 dez. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983. 380 p.

LUKÁCS, György. **Para a ontologia do ser social** volume 14 – Maceió : Coletivo Veredas, 2018.

MARTINS, Ludson Rocha. O pensamento de Jeannine Verdès-Leroux e o Serviço Social: um resgate crítico. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 127, p. 514-532, set./dez. 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/bChB84NMzb8x9JZPzwx44ZS/abstract/?lang=pt>

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A guerra civil na França**. São Paulo, Boitempo, 2011.

_____. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. 2. ed. Livro I. São Paulo: Boitempo. 2017.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Burguesia e Capitalismo no Brasil**. 2 ed. Editora Ática. 1995.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2 ed. revisada e ampliada. São Paulo: Boitempo. 2011.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011. 223p. ISBN 9788524913372.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. 1999.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

QUEIRÓS, Eça de. **A cidade e as serras** (1845-1900). 4. ed. - São Paulo: Martin Claret, 2012.

RULLAC, Stéphane. Trabalho Social e Intervenção Social na França: o estado do conhecimento. **CADERNOS DE PESQUISA** v.44 n.154, Fundação Carlos Chagas, p.876-890 out./dez. 2014. Disponível em <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3089>

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VERDÈS-LEROUX, Jeannine. **Trabalhador social. Prática, hábitos, ethos, formas de intervenção**. São Paulo: Cortez. 1986.

2.4 UM BREVE ENSAIO COMPARATIVO ENTRE A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E DO SERVIÇO SOCIAL ALEMÃO

Luana Cavalcante Pinho³¹

Introdução

O texto que o leitor tem em mãos é resultado da pesquisa empreendida na disciplina de *Estudos Avançados em Serviço Social 2*, que compõe o currículo de doutoramento do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (FSSO/UFAL). Na busca de uma compreensão mais profunda sobre a profissão, a disciplina nos conduz a explorar o Serviço Social internacionalmente, refletindo as particularidades constituídas nas mais diversas realidades, bem como nos possibilita enumerar algumas similaridades entre o Serviço Social brasileiro e os de tantos outros países.

No nosso caso, trataremos do Serviço Social alemão, mais especificamente de sua gênese e institucionalização. O Serviço Social alemão teve um processo de constituição e desenvolvimento com particularidades que não encontramos no Brasil, o que de algum modo é esperado, visto que os dois países são bastante distintos quanto ao seu desenvolvimento sócio-histórico e inserção nos quadros gerais da economia capitalista. Contudo, seria possível encontrar alguma similaridade entre o que origina a profissão em ambos? Para responder a tal questão buscaremos traçar os lineamentos gerais da origem do Serviço Social de cada país, começando com a Alemanha e seguindo para o Brasil. Feito isso, pretendemos estabelecer um paralelo, buscando apreender os pontos comuns.

Por fim, esclarecemos que este breve ensaio tem singelas pretensões e não procura esgotar a temática. Nossa leitura sobre o Serviço Social alemão nos permite, no máximo, uma aproximação de seus aspectos

gerais. Sendo assim, não pretendemos de forma alguma fazer deste texto um ponto de chegada, posto que está mais para um ponto de partida que sedimenta as leituras proporcionadas pela já referida disciplina.

O Serviço Social na Alemanha: da ajuda aos pobres à origem da profissão

Nossa aproximação ao Serviço Social alemão começa por um problema etimológico, visto que durante as leituras localizamos os termos “trabalho social” e “pedagogia social” referindo-se à profissão, colocando o leitor de primeira viagem num verdadeiro quiproquó. Nesse sentido, Westshal (2005, p. 226) tem importante contribuição, pois sua pesquisa nos explica que “[...] a diferenciação entre trabalho social e a pedagogia social é entendida apenas na sua dimensão histórica. Enquanto o primeiro tem a característica central no cuidado e auxílio aos pobres, o segundo tem seu ponto forte no aspecto educacional”.

A origem do trabalho social está relacionada às atividades de organizações privadas de bem-estar social, vinculadas às igrejas católica e protestante, nas quais promovia-se o auxílio aos pobres a partir do século XIX. Já a pedagogia social é mais recente - do início do século XX -, tendo seu surgimento nas instituições voltadas ao atendimento de crianças, cujo objetivo era desenvolver a personalidade infantil. Analisados no contexto contemporâneo, “[...] não há diferenciação nem teórica, nem prática, nem na formação profissional, ou seja, não há um limite conceitual entre o Trabalho Social e a Pedagogia Social” (Westshal, 2005, p. 226), e ambos os nomes designam igualmente as atividades relacionadas à execução de políticas públicas. Num comparativo entre o Serviço Social brasileiro e o trabalho social e a pedagogia social desenvolvidos na Alemanha, o que mais se aproxima com a profissão tal qual entendemos é o trabalho social, sendo os profissionais que exercem tal atividade laborativa designados pela alcunha de trabalhador(a) social (Westshal, 2005).

Desanuviado este imbróglio, analisaremos algumas questões históricas sobre o tratamento da pobreza na Alemanha. A pobreza é um fenômeno social que há muito coexiste com a humanidade. No período medieval, os que necessitavam de proteção do ponto de vista material e físico recorriam ao auxílio da Igreja, que

31 Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS/UFAL). E-mail: lua.c.pinho@gmail.com

prestava socorro aos mais empobrecidos e aos considerados inválidos. O florescimento da vida urbana adensou este quadro, pois os pobres cresceram tanto em número que as formas tradicionais de auxílio aos desvalidos deixaram de ser eficientes no tratamento da questão. O florescimento das cidades é também o período de desenvolvimento da sociedade capitalista e com ela se dá

[...] a constituição do sistema de direito acoplado à organização do Estado, o início da individualização, do protestantismo e a ética do trabalho e [a] ele relacionada, o avanço da ciência e da técnica e a formação do mercado de trabalho – cresce uma maneira de pensar cada vez mais racionalizada (Westshal, 2005, p. 227).

Esse contexto de mudança nas bases das relações sociais se estende para o tratamento da pobreza, estabelecendo um modo racionalizado e burocratizado de abordar a questão. São criadas nos centros urbanos repartições para o cadastramento dos pobres, no intuito da adequação dos pauperizados ao trabalho assalariado, que se tornava hegemônico, integrando-os ao que se considerava uma “vida digna” por um “disciplinamento repressivo”. Em essência, tais instituições consistiam em casas de trabalho forçado, nas quais eram abrigados e perdiam a liberdade aqueles considerados marginalizados socialmente: “[...] crianças rebeldes, e órfãs, idosos, prostitutas, doentes crônicos e doentes mentais” (Westshal, 2005, p. 227).

Ora, é importante situar que a Alemanha a que nos referimos não era ainda um país unificado. Na verdade, a região era dividida em vários ducados e principados que, a partir da metade do século XIX, passaram por uma intensa expansão econômica, desencadeada pela união aduaneira que facilitava o comércio entre estas regiões. Em resumo:

[...] a expansão econômica alemã, em seu ritmo acelerado, era acompanhada por uma generalizada e também rápida expropriação que atirava ao proletariado camadas crescentes da população e proporcionava aquele quadro de miséria que espantou

tantos observadores. A crise de crescimento acelerado do capitalismo, sua gestação dolorosa, destinava ao pauperismo, como fatalidade do processo, amplas áreas urbanas e rurais (Sodré, 1983, p. 307).

Vemos então que se sempre existiu a pobreza, e a entrada da Alemanha nos marcos do capitalismo aumentou significativamente este fenômeno, lançando grandes parcelas da população em situações extremas. Por não se tratar de um país unificado, algumas localidades desenvolveram modos próprios de tratar a pobreza, como a cidade de Elberfeld, que em 1853 já havia desenvolvido uma forma racional de organizar o auxílio aos pobres. O sistema ali implantado acabou se espalhando para outros municípios, como um modelo que possuía quatro princípios fundamentais, a saber:

- a) trabalho voluntário, ou seja, as pessoas que trabalhavam na procura e cadastramento dos pobres não eram remuneradas;
- b) individualização no cuidado com o bem-estar das famílias pobres, ou seja, cada “cuidador de pobres” atendia e acompanhava, no máximo, quatro famílias;
- c) descentralização do cuidado com os pobres, (e este trabalho não estava vinculado aos órgãos de administração da cidade, ou seja, esta era dividida em regiões que, por sua vez, eram divididas em quarteirões, havia uma pessoa responsável por quarteirão e, regionalmente, havia um coordenador voluntário. Quinzenalmente eram realizadas reuniões regionais para discutir o formato e a abrangência dos auxílios);
- d) evitar a prestação de auxílios continuados (quinzenalmente, avaliava-se a estrutura de apoio às famílias) (Westshal, 2005, p. 227).

Wagner (2000) chama atenção para o fato de que em cada quarteirão era instituído um cuidador honorário dos pobres. A execução deste cargo não demandava qualquer formação profissional, pois o mérito era puramente empírico: ao cuidador bastava o íntimo conhecimento das condições vivenciadas pelas famílias assistidas, uma

vez que este também era morador do local. Outra questão importante está no fato de que o cargo era eminentemente masculino. As mulheres só adentraram efetivamente neste espaço ocupacional com o avanço da profissionalização da assistência aos pobres, com este lugar sendo então reivindicado como uma atividade feminina, pela pretensa analogia entre a atividade de assistência aos pobres e o papel exercido pelas mulheres nas famílias. Assim, a figura da mulher seria a detentora de um verdadeiro “dom” relacionado ao seu papel social maternal.

O modelo de Elberfeld se tornou obsoleto quando os pobres cresceram em número, de modo a suplantar sua capacidade de intervenção. Por exemplo, o Curador tem sua atividade inviabilizada quando se inicia um intenso processo de migração interna, impossibilitando uma intervenção tendo como princípio as vivências de moradores de determinado bairro. A superação destes entraves ocorre a partir de 1905, quando se estabelece um novo sistema de auxílio aos pobres em Strassburg, que contribui para consolidar os modelos modernos de assistência e política social, organizados a partir de princípios legais e normativos (Westshal, 2005).

Com o sistema de Strassburg, a ajuda aos pobres também avança para a profissionalização, uma vez que a atividade é reconhecida como inevitavelmente remunerada, de modo que a assistência aos pobres deixa de ser uma prática meramente voluntária. Este sistema opera ainda em dois níveis, com funções demarcadamente distintas: no primeiro temos a figura do curador exercendo uma função “policial-administrativa”; no segundo, “funcionárias honorárias” que tinham a função de acolher e prestar apoio pedagógico (Wagner, 2000, p. 138).

Frente a esse desenvolvimento, a demanda quanto à qualificação técnica dos agentes na Assistência Social cresceu. Simultaneamente, observou-se uma diferenciação de tarefas entre burocracia e Serviço Social, expressa também em nível técnico-profissional. As tarefas administrativas eram executadas pelos funcionários burocráticos, surgindo, de mãos dadas e na área do Cuidado assistencial, vagas tanto honorárias, quanto remuneradas, cada vez mais ocupadas por mulheres. Assim, o trabalho social

de mulheres passou a desdobrar-se no campo das atividades honorárias. Isso deveria ser visto, antes de tudo, como primeiro passo rumo à profissionalização da Assistência. O campo administrativo e as funções de gerência aí situadas persistiram sendo de domínio masculino (Wagner, 2000, p. 139).

Indo além dessas formas tradicionais de tratar a pobreza, desenvolve-se no governo Bismarck, entre 1878 e 1889, o primeiro esboço de uma legislação social que teria abrangência em diversas áreas, como saúde, invalidez e aposentadoria (Westshal, 2005). Sob forte pressão dos trabalhadores, Bismarck se apropria e desvirtua a prática das caixas de poupança e previdência: uma prática de solidariedade entre os trabalhadores, instituindo o primeiro seguro-saúde nacional obrigatório, que visava a “[...] substituição de renda em momentos de perda de capacidade laborativa, decorrente de doença, idade ou incapacidade para o trabalho” (Behring; Boschetti, 2011, p. 65).

O funcionamento do modelo bismarckiano de seguridade social é semelhante a um seguro privado. Sua cobertura não era universal, abrangendo quase exclusivamente aos trabalhadores contribuintes e suas famílias. Nele, o acesso ao benefício só se efetua mediante “[...] contribuição direta anterior e o montante das prestações proporcional à contribuição efetuada” (Behring; Boschetti, 2011, p. 66). A proteção social seria então uma responsabilidade assumida pelos trabalhadores, bem como pelos empregadores, pois estes agentes dividiam a responsabilidade de suporte social, associada a bens e serviços essenciais à manutenção do bem-estar e por organizações da sociedade civil (Carvalho, 2011).

Outro ponto muito importante nesse momento de consolidação do Serviço Social na Alemanha diz respeito ao emprego do trabalho feminino na assistência aos pobres. Wagner (2000) comenta que a inclusão da mulher nos trabalhos assistenciais é um debate que surge ainda no século XIX. A participação feminina no auxílio aos pobres se dava até então em atividades caritativas privadas, sazonais e não-coordenadas. No entanto, a partir da implantação das repartições de assistência municipais e dos debates sobre a profissionalização da assistência aos pobres, levantou-se a questão da incorporação das mulheres nessas funções.

A concepção que embasa o Movimento de Mulheres Burgue-

sas, responsável pela reivindicação, tinha “[...] o Serviço Social enquanto campo de tarefas originariamente feminino”, dado que se defendia o “princípio de uma maternalidade espiritual” (Wagner, 2000, p. 140). Deste modo, é possível entender que - de acordo com este ponto de vista - as mulheres seriam dotadas de uma espécie de dom maternal necessário aos trabalhos de assistência aos pobres, exercendo para a sociedade papel análogo ao desempenhado na família. Assim, tal como em seu papel doméstico, as mulheres trabalhavam para o Estado conciliando, harmonizando e equilibrando os conflitos internos da comunidade.

A qualificação específica para as tarefas sociais fundamentava-se na tese de uma competência especificamente feminina. Jeanette Schwerin, uma das pioneiras da instrução social na Alemanha, atribuiu às mulheres um ‘dom instantâneo de combinação’, junto a uma ‘grande capacidade de adaptação’. Qualidades das quais ela extraiu a competência das mulheres de ‘falar com suas irmãs pobres de outro jeito do que os mais inteligentes dos homens; o chão comum, no qual elas se encontram enquanto mulher e mãe, dá-lhes uma eminente capacidade de cumprir esse dever sem sequer levar em consideração o calor de seu sentimento’ (Wagner, 2000, p. 141).

A constituição do Serviço Social aparece, portanto, como solução para a questão das mulheres burguesas, que reivindicaram a atividade como competência natural e capaz de resolver o ímpeto deste grupo de servir à pátria, ao passo que rompia com o tédio em que se encontravam devido ao seu papel na sociedade. O próximo passo foi a constituição de Cursos Anuais voltados à formação de mulheres para o trabalho com os pobres; certamente, os cursos eram um contraponto ao estágio anterior na formação profissional, os Grupos de Moças e Mulheres para o Serviço Social, pois estes ofereciam uma formação pouco consistente. A proposta dos cursos anuais estruturava um currículo dividido em quatro períodos, da seguinte forma:

[...] o primeiro trimestre introduzia no campo da

Educação pública de crianças. Ao passo que o programa subsequente ampliava a fase introdutória em direção à Assistência aos Pobres e ao Bem-estar, levando-se em consideração conhecimentos da área da Economia Política (Wagner, 2000, p. 145).

Quanto mais complexas se tornam as atividades em torno do enfrentamento à pobreza, mais necessária torna-se a instituição da especialização de trabalhadores. Desse modo, a institucionalização do Serviço Social na Alemanha está associada ao surgimento dos primeiros centros de formação profissional, a partir de 1908, vinculados ao projeto nacionalista, de valores religiosos e moralizantes. A formação está atrelada a uma linha de pedagogia social, com influência da doutrina social da Igreja, e a educação social associada ao trabalho de caso. Nas décadas seguintes, outras formas de intervenção foram aprovadas, associadas à intervenção com grupo e ao trabalho comunitário (Carvalho, 2011). A seguir, exporemos um panorama geral das protoformas do Serviço Social brasileiro até o surgimento das primeiras escolas.

A gênese do Serviço Social brasileiro: aspectos gerais

É consolidado na literatura da profissão que as determinações universais que fundamentam a emergência do Serviço Social estão vinculadas ao enfrentamento da “questão social”, por parte do Estado e das classes dominantes, no marco do capitalismo monopolista. Entretanto, as determinações universais existem apenas através da mediação de suas formas históricas particulares, o que nos permite identificar tendências na história da profissão, a nível mundial, processadas conforme a especificidade de cada contexto e momento histórico (Barroco, 2010). Isso nos impele a procurar na especificidade brasileira as determinações universais que serviram de lastro para que a profissão aqui se estabelecesse.

Ao analisar a origem da profissão no Brasil, chamamos atenção primeiramente ao fato de que o trabalho livre se generaliza apenas no início do século XX, quando há pouco havia se suplantado a escravidão, possibilitando a constituição de um mercado de trabalho nos moldes capitalistas. O fim da escravidão significou para o capital a liberação do custo de reprodução da for-

ça de trabalho, custo esse que passou a recair sobre o trabalhador e sua família, através do assalariamento (Iamamoto; Carvalho, 2014).

No entanto, é somente no contexto dos grandes movimentos sociais, ocorridos ao fim da Primeira Guerra Mundial, que a “questão social” se coloca em definitivo para a sociedade brasileira; não por acaso, datam desse período as protoformas do Serviço Social no país. É necessário demarcar que ainda se passariam duas décadas até que a profissão obtivesse reconhecimento enquanto prática legitimada na divisão social do trabalho brasileira. Esse processo ganha impulso e se consolida a partir da década de 1930, com a mobilização do movimento católico leigo e o surgimento do Serviço Social enquanto departamento especializado da Ação Social da Igreja (Iamamoto; Carvalho, 2014).

Fica evidenciado assim que a Ação Católica estava articulada a uma movimentação mais ampla da Igreja, no sentido de reagrupar forças, visando alçar seu antigo posto. Observamos que a reformulação da atividade política religiosa comandada pela hierarquia tem seu início a partir da segunda metade da República Velha, levantando a bandeira da recuperação dos privilégios e prerrogativas perdidos com o fim do império (Iamamoto; Carvalho, 2014). Com isso, não causa espanto que

[...] as soluções formuladas para a realidade brasileira são ortodoxamente antiliberais e antidemocráticas. As instituições republicanas são consideradas falidas política e socialmente; defendem a necessidade de um regime forte, atribuindo ao Estado autoridade absoluta, desde que sob influência da Igreja. Ordem e hierarquia são as condições indispensáveis para a superação da situação de crise. Sua principal palavra de ordem será a de ‘combater toda forma de rebelião’, coerente com o crescente de autoritarismo e arbítrio instalado pelos últimos governos da República Velha (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 154-155).

Esse é o contexto do surgimento das primeiras instituições assistenciais na primeira fase da “reação católica”, imprescindíveis para a divulgação do pensamento social da Igreja e a formação das bases organizacionais e doutrinárias do apostolado laico. É importante salien-

tar que tais ações assistenciais se diferenciam das atividades tradicionais de caridade mantidas pelas ordens religiosas desde o período colonial, visto que estas - integradas pela militância feminina das grandes famílias das burguesias paulista e carioca - “[...] possuem um aporte de recursos e potencial de contatos em termos de Estado que lhes possibilita o planejamento de obras assistenciais de maior envergadura e eficiência técnica” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 176). Seus objetivos não eram meramente o socorro aos indigentes, mas o atendimento e a atenuação das sequelas do desenvolvimento capitalista, focando principalmente sua atuação para as mulheres e os menores, numa perspectiva embrionária de assistência preventiva (Iamamoto; Carvalho 2014).

A importância dessas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada na análise da gênese do Serviço Social no Brasil. Se sua ação concreta é extremamente limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 177).

Ou seja, ainda que limitadas, essas ações continham o germe impulsionador da instituição do Serviço Social no país. Suas ações, desde o princípio, se diferenciavam daquelas tradicionais de caridade, pois visavam a atenuação das mazelas do sistema do capital e demandavam algum aporte estatal. Contudo, é somente quando se estabelece o Movimento Laico nos marcos da Ação Social que tais iniciativas se multiplicam (Iamamoto; Carvalho, 2014).

Na entrada para a década de 1930 estavam consolidadas as bases que viabilizaram o surgimento do Serviço Social, tanto no sentido humano como no organizacional: o apostolado laico e as obras sociais. Um marco nesse processo é a criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), instituído pela crescente demanda por uma formação que viabilizasse a ação mais efetiva e permitisse maior

rendimento às iniciativas e obras filantrópicas promovidas pela classe dominante paulista, sob patrocínio da Igreja. Seu objetivo central consiste na promoção da formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja, além do aprofundamento acerca dos problemas sociais. Tal conhecimento favoreceria a coordenação de esforços nas diferentes atividades e obras sociais (Iamamoto; Carvalho, 2014).

Desse modo, as atividades do CEAS serão orientadas para a formação especializada de quadros para ação social e a difusão da doutrina social da Igreja. Não é por acaso que, ainda em 1932, duas de suas fundadoras vão à Europa para estudar a organização e o ensino do Serviço Social. Essa orientação faz do CEAS um dinamizador do apostolado, por meio da organização de associações para moças católicas e intervenção direta junto aos proletários. Para tal, são promovidos cursos de filosofia, moral, legislação do trabalho, doutrina social, enfermagem de emergência, entre outros. A intensificação desse processo culminaria na fundação da Escola de Serviço Social de São Paulo, em 1936, a primeira do gênero a existir no Brasil, fruto da conjunção de esforços desse grupo com o apoio da hierarquia da Igreja (Iamamoto; Carvalho, 2014).

Com isso, fica evidenciada a presença do conservadorismo moral no contexto de origem do Serviço Social, que ganhou materialidade através da formação profissional cujo lastro era a doutrina da Igreja e seu projeto social; mas também da cultura brasileira, por meio das ideias positivistas. Em tal cenário, o Serviço Social expressa postura anticapitalista, no sentido romântico, pois suas referências o levam à compreensão de que esta ordem social traz, junto ao progresso, o desajuste: a desintegração da família, da comunidade e dos valores tradicionais. O anticapitalismo presente nesta visão engendra uma forma de análise moralista da realidade social, acarretando a avaliação dos problemas sociais através de suas consequências morais, esvaziando-os de suas contradições fundantes (Barroco, 2010).

Tal análise parte da ideia de que há um ciclo vicioso, cujo ponto de partida para o desajustamento é a entrada dos trabalhadores (homens, mulheres e crianças) nas fábricas, tidas como espaços privilegiados para a propagação de “doenças” - tais como o alcoolismo, o afastamento da mulher das funções do lar, a ruptura dos laços comunitários e familiares -, redundando em decadência econô-

mica e social (Pinheiro, 1985 *apud* Barroco, 2010). Cabia então ao Serviço Social uma prática moralizante para combater esse quadro.

E assim se constitui a profissão no Brasil. Em princípio, o Serviço Social se nutre do pensamento conservador franco-belga, passando, a partir de 1940, a sofrer influência da sociologia americana, sem perder referência no humanismo cristão (Iamamoto, 1995). O que apresentamos até então constitui o Serviço Social tradicional - isto é, a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada realizada pelos agentes profissionais na América Latina, de modo hegemônico e naturalizado até meados dos anos de 1950. Nos anos seguintes, o quadro político e econômico põe em curso diversas mudanças na sociedade, com rebatimentos no Serviço Social, de modo a evidenciar a obsolescência das práticas tradicionais. O ponto detonador da erosão do Serviço Social tradicional encontra-se na questão do desenvolvimentismo, pois este foi o fator decisivo que impôs à profissão a necessidade de deixar a posição de apóstolo para assumir a de agente de mudança social, o que fez das práticas inscritas no desenvolvimento de comunidade a área mais dinâmica do serviço social a partir de então (Netto, 1984; 2011).

Considerações Finais

As reflexões aqui desenvolvidas nos permitem estabelecer algumas similaridades entre as protoformas e a gênese do Serviço Social em realidades tão distintas como a brasileira e a alemã. A primeira delas diz respeito a um elemento universal na constituição da profissão em todos os locais onde se desenvolveu: a intervenção na chamada questão social. Tanto na Alemanha quanto no Brasil já havia pobreza antes da constituição da economia capitalista, assim como formas de ajuda aos pobres. No entanto, quando a economia capitalista se hegemoniza, o fenômeno da pobreza muda essencialmente, demandando ações contínuas e coordenadas que logo são incorporadas à estrutura legal da sociedade. A execução desta nova modalidade de enfrentamento da pobreza redundou na necessidade de formação profissional específica, constituindo-se, dessa forma, as primeiras escolas de formação em Serviço Social. Podemos concluir que, tanto no Brasil como na Alemanha, o Serviço Social é fruto do conflito fundamental da sociedade: o surgimento da profissão está inevitavelmente associa-

do ao momento em que o conflito capital x trabalho se torna uma luta aberta na sociedade, demandando uma ação política para contê-lo.

Estabelecido o espaço sócio-ocupacional do Serviço Social em ambos os países, identificamos o traço conservador na gênese da profissão, tanto no Brasil como na Alemanha, pois a população empobrecida na qual incidia a ação profissional era tida como desajustada, e por isso culpada de sua condição. Assim, a ação profissional se dava no sentido do ajustamento dos indivíduos para adequá-los à sociedade, buscando reparar as individualidades. Notamos ainda a presença da religião cristã na organização destas ações, estando a Igreja Católica presente em ambos os países - no caso alemão há também a presença do protestantismo.

Por fim, identificamos que, em seus primórdios, tanto o Serviço Social alemão quanto o brasileiro constituíam um campo de trabalho voltado às mulheres. Isso em muito se deve ao caráter da atividade: uma função reguladora da vida dos pauperizados. A princípio, as profissionais foram identificadas como modelo para as famílias desajustadas - a mãe universal que deveria ser o espelho para os pobres. Assim, esse espaço profissional foi designado para as mulheres da classe dominante, cuja virtude era capaz de corrigir as falhas na socialização.

Referências

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, Maria Irene. Serviço Social e sistema de bem-estar: semelhanças e diferenças entre Portugal, Espanha e Alemanha. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 4-18, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10333>.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Conservadorismo e serviço social. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995. p. 17-53.

NETTO, José Paulo. A crítica conservadora à reconceptualização. **Serviço Social e Sociedade**, ano 2, n. 5, p. 59-75, São Paulo, 1984.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. Marx e a imprensa. In: SODRÉ, Nelson Werneck. **Por que Marx?** Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 305-334.

WAGNER, L. Entre a maternidade e a formação acadêmica: a profissionalização do Serviço Social na Alemanha. In: FLICKINGER, Hans-Georg (org). **Entre a caridade, solidariedade e cidadania**. História comparativa do Serviço Social Brasil/Alemanha. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

WESTSHAL, V. H. Trabalho social na Alemanha: aspectos de suas bases legais, teóricas e práticas. **Katalysis**, Florianópolis (SC), v. 8, n. 2, p. 225-234, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6115>.

2.5 SERVIÇO SOCIAL NO MUNDO: notas sobre a profissão em Portugal

*Jaqueline da Silva Lima*³²

Para início de conversa

O presente artigo traz ponderações a respeito do Serviço Social em Portugal, a partir do caminhar reflexivo dos debates realizados na disciplina de *Estudos Avançados em Serviço Social II*, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Objetiva analisar a profissão do Serviço Social em Portugal com base nos fundamentos históricos e metodológicos que envolvem a profissão.

Com a metodologia baseada na teoria social de Marx, busca-se apreender a essência, a estrutura e a dinâmica do objeto em sua totalidade, indo além da aparência e apreendendo as diversas determinações históricas e sociais relacionadas com o objeto em questão.

Far-se-á uso de pesquisa bibliográfica, que consiste na revisão de literatura clássica e contemporânea, a fim de entender o objetivo proposto. Utilizam-se ainda os recursos da pesquisa documental, que trará uma aproximação com a matéria do objeto, por meio de dados colhidos em normativas, legislações e relatórios que referenciam a profissão de Serviço Social em Portugal.

Aborda-se o Serviço Social em Portugal a partir de pesquisadores que, em sua maioria, fazem parte da profissão no país, sejam eles professores universitários ou assistentes sociais. Todos os conceitos e definições partirão do olhar compartilhado por eles, trazendo as formas como trabalham, como se deu a materialização da profissão ao longo de sua história, as conquistas profissionais e as perspectivas para as lutas futuras ante os desafios da contemporaneidade.

Esclarece-se que o conceito contemporâneo de Serviço Social,

neste artigo, lastreia-se no conceito utilizado em seu Código Deontológico (2018), que se baseia na definição global de Serviço Social, aprovada em julho de 2014 pela Federação Internacional dos Assistentes Sociais (FIAS) e pela Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (AIESS), a qual constitui a referência internacional da identidade coletiva para os assistentes sociais. Nela, o Serviço Social é definido como

[...] uma profissão de intervenção e uma disciplina acadêmica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o *empowerment* e a promoção da pessoa. Os princípios da justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva, do respeito pela diversidade, os quais são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do Serviço Social nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o Serviço Social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social (APSS, 2018, p. 5).

Com esse entendimento da definição de Serviço Social serão feitas as reflexões e ponderações deste artigo, desde sua gênese, perpassando por sua emergência e institucionalização, até chegar à contemporaneidade (notas pós-década de 1990 do século passado), ressaltando que ele não possui intento comparativo com o Serviço Social brasileiro. A intenção é refletir sobre a profissão em Portugal, a fim de conhecer o processo de desenvolvimento profissional naquele país e sua importância para a sociedade.

Assim, enfoca-se nos itens a seguir o caminhar histórico da profissão e seu envolvimento nas determinações e no movimento da sociedade portuguesa, chegando até a conjuntura atual com a aprovação do Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal (2018) e da Ordem dos Assistentes Sociais de Portugal (2019), pontuando também os desafios enfrentados na contemporaneidade pela profissão.

Um caminhar na história do Serviço Social em Portugal

32 Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: aslimajaqueline@gmail.com.

As profissões são interligadas ao contexto histórico de toda a sociedade; elas fazem parte das metamorfoses do poder e da busca por manter-se no poder mediante a propagação dos ideais de determinados líderes. Em Portugal, a profissão de Serviço Social, segundo Carvalho (2011), emergiu no contexto da ditadura de Salazar³³, porém soube reinventar-se e fazer face ao regime opressivo, integrando princípios e valores democráticos associados aos direitos civis, políticos e sociais no decorrer do processo histórico.

Martins (1999) pontua que o reinventar profissional do Serviço Social não foi homogêneo, e a profissão, entre as décadas de 1920 e 1970, serviu ao governo salazarista como auxiliar na manutenção da ordem política, social e econômica vigente. É nesse contexto que o Serviço Social de Portugal emerge, se institucionaliza e se torna profissão.

Ainda de acordo com Martins (1999), anteriormente ao governo de Salazar, o Serviço Social lastreou-se na caridade e na benemerência, dividido entre a medicina e a educação, as quais foram se adaptando devido à

[...] passagem da esmola a uma caridade organizada, institucional, alargando o dever individual a uma ação coletiva, têm início, nos primeiros anos do século XX, nas instituições de assistência particular, com ligação ao movimento social católico, iniciativas precursoras de assistência pública. Nestas iniciativas está presente a abordagem filantrópica do pauperismo [...] (Martins, 1999, p. 24).

Vale ressaltar que, das décadas finais do século XIX até os primeiros anos da república (1910-1926), intentou-se transformar caridade em ciência, pois, de acordo com Martins (2021), o Serviço Social português era associado à medicina social e à educação moral e religiosa.

No entanto, com o início da Ditadura Militar em 1926 e a

33 Segundo o *site* ebiografia.com, Antônio de Oliveira Salazar (1889-1970) foi o primeiro-ministro de Portugal durante 36 anos, de 1933 até 1968, época em que impôs um regime autoritário que anulou todas as tentativas de oposição ao seu governo. Na década de 1930, ele não estava sozinho; com Francisco Franco, da Espanha, Benito Mussolini, da Itália, e Adolf Hitler, da Alemanha, integrou a lista dos ditadores que atingiram o auge do totalitarismo na Europa.

criação de um Partido Único (Partido da União Nacional), segundo Martins (2021), a corrente da educação moral e religiosa prevaleceu sobre a corrente da medicina social, pois era ligada à ideologia do Partido único, auxiliando assim na consolidação da ditadura de Salazar.

Num contexto político e ideológico ditatorial, no embate entre as ideias conservadoras e as progressistas, surge o processo de emergência e da posterior institucionalização da formação e da profissão do Serviço Social português com base na educação moral e religiosa.

A primeira escola surge em 1935 em Lisboa e propõe:

A criação de escolas de Serviço Social, sendo as de assistentes sociais definidas, passados cinco anos, como dirigentes idóneas, responsáveis, conscientes e activas cooperadoras da Revolução Nacional, que têm de racionalizar e individualizar a assistência, moralizar os costumes e contribuir para a formação da consciência nacional (Martins, 1999, p. 29).

Era a defesa da criação de profissionais habilitados para a educação moral, e que concebia as escolas do Serviço Social como um meio para atingir as finalidades ideológicas através da ação política e social. Essa escola era gerida pelo patriarcado (religioso). A ideologia era propagada também na segunda Escola de Serviço Social, em Coimbra, em 1937, denominada Escola Normal. Ambas as escolas possuíam um público obrigatoriamente feminino (mulheres solteiras e, se casadas, autorizadas pelos maridos) e burguês. Exigia-se um perfil vocacional e padrões morais ligados ao Estado Novo português. Esta profissão tornou-se “um instrumento de concretização das ideias reformistas do projeto político de educação nacional – ‘Deus, pátria e família’” (Martins, 2021).

Somente com o Decreto Lei 30.135/1939, a Assembleia Nacional reconheceu o Serviço Social como uma nova profissão, o que possibilitou a inserção do assistente social no setor público. Apenas em 1941, de acordo com Martins (1999), é que foi incorporado o profissional do Serviço Social nos hospitais em Coimbra, seguido pelo Hospital Júlio de Matos (especializado em doenças mentais), em 1942, e pela Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, em 1944.

A grande maioria dos profissionais de Serviço Social atuava diretamente com as organizações e associações que prestavam serviços ao governo ditatorial de Salazar. Conforme Carvalho e Pinto (2015), esses profissionais atuavam sob a Lei de repressão da mendicidade, a Lei da Previdência Social, além das Obras das Mães pela Educação Nacional e da Mocidade Portuguesa Feminina. A partir de 1942, trabalharam junto ao Abono de Famílias, como suplemento ao salário familiar (Lei nº 1.884/1942), e posteriormente, em 1945, com a Lei de Assistência Social, que remetia para as instituições religiosas a assistência moral e religiosa aos indivíduos (Lei nº 1998/1945). Esta lei tipificava os pobres em “maus pobres”, ou seja, os viciosos por esmolas e outros comportamentos fora da norma, e os “bons pobres”, os inválidos para o trabalho. Todas essas atuações profissionais visavam manter a ordem social vigente e a ditadura de Salazar.

Nesse movimento de construção social, sob uma realidade ditatorial, é que o Serviço Social em Portugal se institucionaliza. Por volta da década de 1950, o Serviço Social de Portugal se afirma como profissão, tendo como aparato didático a tradução para o português do livro “Diagnóstico social”, de Mary Richmond. Também foi criado “o Sindicato de Assistentes Sociais, educadores familiares e outros profissionais de Serviço Social. Os seus associados deveriam defender os interesses da nação” (Carvalho; Pinto, 2015, p. 71), porém - cabe insistir - num contexto ditatorial.

Nesse período (1950), segundo Martins (2021), iniciam-se os movimentos contra o regime ditatorial de Salazar, principalmente após a Segunda Guerra e após a construção de documentos como a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem em 1950. Os movimentos contra Salazar eram integrados por assistentes sociais. Algumas foram torturadas e exiladas, por defenderem os direitos humanos, passando a categoria a ter um papel mais ativo na luta contra o regime.

Em 1956, a terceira Escola de Serviço Social é aberta na cidade do Porto. De acordo com Carvalho e Pinto (2015), por católicas progressistas. Nesse período, as escolas de Serviço Social de Portugal formavam três tipos de profissionais: monitores, assistentes familiares e assistentes sociais. É nessa década que

[...] o ensino e a intervenção orientavam-se para os problemas sociais emergentes, tendo essa ideia sido reforçada por meio da reformulação dos planos de estudos das escolas de Serviço Social. Foram introduzidas disciplinas da filosofia, das ciências sociais e da psicologia na formação do Serviço Social. O ensino encaminhou-se para o processo metodológico associado ao diagnóstico social e para o serviço social de caso de Richmond (Carvalho; Pinto, 2015, p. 71).

Foi nesse período que se passou ao distanciamento formal dos preceitos doutrinários, reorientando-se para problemáticas específicas em vez da exclusividade da intervenção com famílias.

A ditadura de Salazar, iniciada ainda na década de 1920, passa por uma relativa abertura do regime político entre os anos de 1960 e 1970, com o desenvolvimento industrial e a construção de algumas respostas sociais. Essas mudanças tiveram um claro impacto no Serviço Social. É nesse período que as escolas de Serviço Social passam a possuir um curso superior. Somente em 1964, rapazes são autorizados a frequentar o curso de Serviço Social.

Em 1967, incorporaram-se no Serviço Social, segundo Carvalho e Pinto (2015), as competências de diagnóstico, planejamento e gestão/administração de planos de intervenção, afastando-se da visão praticista-voluntarista que caracterizava o Serviço Social até essa data. Em 1971-1972, o plano de estudo passa a ser orientado pelas ciências sociais, com mudanças substantivas na formação teórica e prática direcionada para a dignificação do serviço social, cruzando com tendências de conceptualização do Serviço Social e do movimento de crítica ao empirismo.

Atuando no sentido de modificar a representação da profissão de “missionária” para uma profissão “qualificada e socialmente útil” (Martins, 2021), surge o processo de renovação do Serviço Social nos anos 1970, na perspectiva histórico-crítica. Esse movimento não era alheio aos pactos internacionais propostos pela ONU, ao *Maior de 1968*, à segunda onda do movimento feminista e ao Movimento de Reconceitualização do Serviço Social da América Latina, este de extrema importância para o caminhar da profissão do Serviço

Social na implementação da democracia em Portugal em 1974³⁴.

A primeira Constituição Democrática, em 1976, trouxe igualdade de direitos para homens e para mulheres. Cumprir ressaltar, também, o Novo Código Civil de Portugal, de 1977.

Martins (2021) chama a atenção para a organização da profissão nesse período pós-fim da ditadura. Os profissionais de Serviço Social já eram organizados nos sindicatos (1950), porém, em 1978, também se organizam na Associação de Profissionais de Serviço Social. Desencadeia-se, a partir da década de 1990, a luta pela *ORDEM*³⁵ e pela formalização de um Código de Ética, que viariam a orientar os profissionais associados na contemporaneidade.

Em 1979, a sociedade portuguesa assiste ao desenvolvimento de Políticas Públicas. É criado o acesso à carreira pública para assistentes sociais. Nesse período, “havia os diplomados em Serviço Social – carreira técnica - e os licenciados em Serviço Social – carreira superior. Esta passa de três anos para cinco anos a formação (1985)” (Carvalho; Pinto, 2015, p. 78). No mesmo período, inicia-se o protocolo de cooperação com a PUC/São Paulo para a instituição de mestrado e doutorado. A primeira turma de mestrado inicia-se em 1987, e a de doutorado, em 1997.

É neste contexto de mudanças e renovações, segundo Martins (2021), que em 1989 obtém-se o reconhecimento, por parte do Ministério da Educação, do grau de licenciatura como ensino superior, o que permitiu construir um corpo profissional competente em termos do saber, saber fazer, saber comunicar e saber ser assistente social, integrando vários campos, como o da ação direta, o da concepção de políticas, o da avaliação, o da docência e o da investigação.

No início da década de 1990, no contexto explosivo do neoli-

34 Ano referente ao fim da ditadura salazarista.

35 As ordens profissionais são associações profissionais de direito público, criadas com o objetivo de representar e autorregular, de forma autônoma, profissões cujo exercício exige independência técnica, em Portugal. A criação das ordens profissionais é regulada pela Lei 6/2008 e revista pela Lei 2/2013, que estabelecem os requisitos e procedimentos a serem observados para que uma ordem profissional possa ser criada por decisão da Assembleia da República Portuguesa. Grosso modo, *ORDEM* é um regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

beralismo, Portugal expande o ensino privado. Ao mesmo tempo, regula a profissão e sua formação passa a ser de quatro anos, para licenciados. Para poder vingar como área do conhecimento e como profissão nos tempos futuros, o Serviço Social português deverá assumir perante si próprio os seus valores, saberes e práticas, de uma forma reflexiva e integrada. É o que se observa no Serviço Social na contemporaneidade, com o seu Código Deontológico, do qual se tratará no item a seguir.

As conquistas da profissão em Portugal na contemporaneidade: o Código Deontológico em questão

No século XXI, segundo Martins (2021), os assistentes sociais portugueses assumiram-se como os principais profissionais de concretização das novas políticas voltadas à população. Os profissionais integraram-se na administração central (ministérios e institutos públicos) e local (câmaras municipais e juntas de freguesias), bem como em organizações lucrativas e não lucrativas.

Independentemente do campo de atuação, segundo Martins (2021), os assistentes sociais portugueses desenvolveram sua ação junto a grupos vulneráveis à pobreza e à exclusão, o que resultou no desenvolvimento de programas e projetos de intervenção que promovem a capacitação e o empowernment pessoal e social. Suas funções remetem para a concepção, o planejamento e o desenvolvimento das ações e sua avaliação. Também podem ser técnicos de ação direta das políticas sociais, que participam em sua elaboração. Nesse contexto globalizado, em 2006, o curso de licenciatura passou a ser de três anos, o mestrado, dois anos, e o doutorado, três anos.

Nos primeiros anos do século atual, os profissionais de Serviço Social em Portugal lutaram ainda com mais afinco pela formalização de um código de ética e pela institucionalização da Ordem dos Assistentes Sociais, tendo como marco de reivindicação o Congresso da Associação dos Profissionais de Serviço Social realizado em 2001. Foi mais de uma década de lutas da categoria para obter a aprovação, pelos pares responsáveis, em 2018, do Código Deontológico. Em 2019, houve a sanção da *ORDEM*, que ainda aguarda a implementação.

O Código Deontológico dos Assistentes Sociais (*CDAS*), conquista recente da categoria,

[...] é um documento que define, nos seus normativos, um conjunto de valores, princípios e obrigações de conduta ética de referência para todos os assistentes sociais que exercem a profissão em Portugal, tendo carácter vinculativo para os associados da Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS/Associação dos Profissionais de Serviço Social, 2018, p. 3).

Orienta a conduta ética dos profissionais de Serviço Social, baseado em valores e princípios, os primeiros com esboço na Dignidade Humana, na Liberdade e na Justiça Social; já os princípios possuem como primado os Direitos Humanos, a Responsabilidade coletiva, a Integridade profissional, a Confidencialidade profissional e Sustentabilidade do ambiente e da comunidade, estes com referência em documentos nacionais e internacionais no âmbito da defesa dos direitos humanos, assim como em declarações que regem o Serviço Social no mundo, a exemplo “da Declaração de Princípios para o Serviço Social, aprovada em Dublin, em 2018; da Declaração dos Princípios Éticos para o Serviço Social, aprovada em Adelaide, em 2004; da Declaração Ética no Serviço Social – Princípios e Valores, aprovada em Colombo, em 1994” (APSS, 2018, p. 4).

O Código Deontológico traz em seu corpo teórico a Definição de Serviço Social, tendo por molde a definição global da FIAS. Esclarece sobre o Título profissional de assistente social, o qual é autorizado por lei somente para os diplomados em Serviço Social, mediante o grau de Licenciatura. Remete às Competências profissionais específicas dos assistentes sociais, que opera “na intervenção social com uma prática inter e transdisciplinar, e atua com e para as pessoas, numa lógica de cooperação” (APSS, 2018, p. 6).

Desempenha um conjunto de competências específicas, a saber:

Políticas - exercer influência no sistema político e na opinião pública [...]; **Relacionais** - criar relações de respeito, confiança, empatia e cooperação para mudanças necessárias [...]; **Psicossociais** - desenvolver processos de ajuda, capacitação e

acompanhamento social e suporte sociopedagógico; **Assistenciais** - responder as necessidades básicas das pessoas; **Técnico-operativa e reflexivas** – saber comunicar, mediar, diagnosticar, planejar, executar e avaliar no quadro de uma abordagem de base científica, multidisciplinar e interdisciplinar.

Intervém, segundo o Código Deontológico dos Assistentes Sociais (2018), na Segurança social, Saúde, Educação, Trabalho, Habitação, Justiça, Ação Social e Desenvolvimento social e sustentável, “em organismos públicos da administração estatal central, regional e local, em entidades empresariais e organismos da economia social, a que acresce o exercício da sua atividade em regime liberal” (APSS, 2018, p. 7).

Possui também as Normas de condutas para os assistentes sociais, pelas quais estes “assumem o dever de cumprir os valores e princípios da profissão a concretizar na relação de: respeito por si próprio, pelas pessoas, pelas organizações sociais empregadoras ou outras, pela sociedade, pela profissão e pelas outras profissões” (APSS, 2018, p. 12). Evita, assim, o surgimento de questões e dilemas éticos no âmbito da ação profissional.

Caso sejam violadas, as normas deontológicas do CDAS de Portugal passarão pela avaliação da Comissão de Ética, a qual agirá de acordo com a legislação aplicável, seja através de sanções internas, seja no âmbito da responsabilidade civil e criminal, de acordo com a legislação nacional.

As conquistas contemporâneas dos assistentes sociais portugueses resultam de um processo colaborativo que envolve vários momentos, entre eles: reflexões teóricas, consulta aos assistentes sociais portugueses, debates na academia, para assim se chegar ao amadurecimento coletivo que procurou criar espaços próprios do Serviço Social português, a fim de afirmar a profissão nos seus vários contextos de intervenção social e de conhecimentos e procedimentos metodológicos específicos no âmbito do agir profissional.

Quicá uma conclusão

As notas elaboradas ao longo deste artigo remetem ao conhecimento da profissão do Serviço Social em Portugal. Por ser uma profissão quase secular, exigiu compreender sua intervenção social no processo de

desenvolvimento social, como esta vivenciou os momentos históricos da sociedade e como sua influência, enquanto profissão, corroborou para a manutenção e/ou a reivindicação de uma ordem social democrática.

O Serviço Social em Portugal, atualmente, e em sua maioria, é executor de Políticas Públicas. Por isso, os assistentes sociais enfrentam muitos desafios, como os referentes ao processo de modernização no âmbito dos direitos humanos e justiça social; no termo do conhecimento, do ensino e da profissão; no intervir reflexivamente na realidade social; no reconhecer a produção social dos problemas sociais do país; no superar a “individualização” dos problemas sociais; no estabelecer do pensamento crítico sobre a emancipação dos sujeitos coletivos em relação aos sistemas tradicionais, políticos, econômicos e culturais; no ato de superar entidades autogovernadas; no ultrapassar o perigo de posições meramente reativas e defensivas; no superar a colaboração multidisciplinar e transdisciplinar, assim como o obscurantismo identitário e o provincianismo.

É necessário um movimento de reflexão dual que possibilite a construção da sua identidade cognitiva, operativa e deontológica, a fim de melhorar a qualificação teórica e prática. Para isso, é importante a implementação da Ordem, para uma melhor organização e funcionamento da profissão. Também é relevante a posição nacional de todos os profissionais do Serviço Social em face das normas de conduta ética orientadas pelo Código Deontológico dos Assistentes Sociais, para que se alcance uma atuação homogênea em seu fazer ético e normativo.

Por fim, a profissão do Serviço Social, em Portugal, contribui para a promoção da mudança social e a resolução das problemáticas que envolvem as relações humanas. Os assistentes sociais atuam em diversos setores da sociedade; por isso, considera-se que a profissão possui diversas áreas para desenvolvimento, expansão e aprofundamento, as quais se relacionam com as transformações sociais na contemporaneidade. Daí a importância de conhecer o fazer profissional e seus avanços ao longo da história, assim como entender que toda profissão é passível de mudanças e aperfeiçoamentos em prol de seu objeto de atuação. É imprescindível estimular os avanços da categoria e efetivá-los com afinco e resolutividade, no que muito podem contribuir a Ordem dos Assistentes Sociais e o Código Deontológico dos Assistentes Sociais de Portugal.

Referências

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL (APSS). **Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal**. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjpcglclefindmkaj/https://www.apss.pt/wp-content/uploads/2018/12/CDAS.pdf>.

BIOGRAFIA DE ANTÔNIO DE OLIVEIRA SALAZAR. **Ebiografia**, 2022. Disponível em: https://www.ebiografia.com/antonio_de_oliveira_salazar/. Acesso em: janeiro de 2023.

BRANCO, F.; AMARO, I. As práticas do “Serviço Social activo” no âmbito das novas tendências da política social: uma perspectiva portuguesa. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 108, p. 656-679, out./dez. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, M. I.; PINTO, Carla. **Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 121, p. 66-94, jan./mar. 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/JVN6d7LtwcHmnk9dfnx46S-d/?lang=pt>.

CARVALHO, Maria Irene. Serviço Social e sistema de bem-estar: semelhanças e diferenças entre Portugal, Espanha e Alemanha. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 13, n. 2, p. 4-18, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10333>.

IAMAMOTO, M. V. | SANTOS, C. M. (Orgs.). **A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021. PDF.

MARTINS, A. M. de C. Processo de renovação do Serviço Social português nos anos 1970 na perspectiva histórico-crítica. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. dos. **A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções**

internacionais. São Paulo: Cortez, 2021. p. 345-366. PDF.

MARTINS, A. M. **Gênese, emergência e institucionalização do serviço social português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

MARTINEZ, Silvana. La Federación Internacional de Trabajadores Sociales (FITS) e los trabajadores sociales en el mundo. Entrevista. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 289-30, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/38085>. Acesso em: dezembro de 2022.

PORTUGAL. **Lei 121/2019**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ordemassistentes-sociais.pt/documentos/Estatuto_e_Regulamentos/Lei_121_2019_ordem_Assistentes_Socias.pdf

PORTUGAL. **Decreto Lei 30.135/1939**. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/296297/decreto-lei-30135-de-14-de-dezembro>. Acesso em: janeiro de 2023.

PORTUGAL. **Lei 6/2008**. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/228679/lei-6-2008-de-13-de-fevereiro>. Acesso em: dezembro de 2022.

PORTUGAL. **Lei 2/2013**. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/2-2013-588802>. Acesso em: dezembro de 2022.

3 SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

3.1 APORTES POLÍTICO E IDEOLÓGICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E LATINO-AMERICANO: crítica ao conservadorismo³⁶

Islânia Lima da Rocha³⁷

Introdução

A literatura produzida nas últimas décadas acerca do serviço social na América Latina expõe com riqueza de informações a origem e desenvolvimento da profissão, em seus aspectos históricos, sociais e econômicos, assim como também a influência que a profissão sofreu inicialmente pelo serviço social europeu, seguido do estadunidense e

³⁶ O presente artigo é parte dos resultados dos estudos do doutoramento em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social (FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), os quais culminaram na Tese intitulada “BASES HISTÓRICAS DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: A CONFIGURAÇÃO DO PENSAMENTO CONSERVADOR NO PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DA ORDEM CAPITALISTA” defendida no ano de 2022.

³⁷ Graduada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social-UFAL. Assistente Social Especialista em Serviço Social, Direitos e Políticas Públicas pela UFAL. Mestra em Serviço Social pelo PPGSS-FSSO-UFAL. Doutora em serviço social pelo PPGSS-FSSO-UFAL. Membro do Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social (GPRS-UFAL). Docente da Faculdade de Serviço Social FSSO-UFAL. E-mail: islania.rocha@fsso.ufal.br.

da ideologia da igreja católica. Com isto, não é difícil analisar nos mais de 90 anos de profissão no continente os elementos que a constituem.

O conservadorismo no serviço social se põe desde a sua origem, pois suas bases ideológicas respaldavam-se nos postulados da Igreja Católica, no humanismo e no confessionalismo, e, em seguida, com a laicização, absorve o referencial das ciências sociais, com forte presença do positivismo. Por isso, o ideal conservador sempre permeou debates e pesquisas, com mais afinco em alguns momentos históricos. Como exemplo, temos o movimento de Reconceituação que possibilitou o questionamento das bases tradicionais da profissão e viabilizou a uma vanguarda a aproximação ao marxismo.

Todavia, o conservadorismo é histórico e cria mecanismos para se repor, não só na sociedade, mas também no serviço social. Na atualidade, sua presença se intensifica pela própria dinâmica do real, em que as relações sociais estabelecidas condicionam o aprofundamento de sua lógica. Deste modo, trataremos aqui do conservadorismo enquanto um elemento que constitui a base da profissão a partir de uma análise sobre o serviço social latino-americano e como ele se repõe na processualidade histórica da realidade brasileira. Deste modo, pretendemos com esse artigo discutir a história da origem do Serviço Social na América Latina, evidenciando os traços conservadores presentes na profissão desde sua constituição, com ênfase no caso brasileiro, explicitando assim suas similaridades e particularidades em relação ao desenvolvimento da profissão no cone sul.

Outro marco na história do Serviço Social foi o Movimento de Renovação, no qual demarcam presença diversas tendências teóricas, através de uma postura modernizada, reatualizada ou eclética. Este processo foi fruto da instauração da autocracia burguesa no país e da crise mundial do Serviço Social tradicional, explicitando como

o pensamento conservador se reatualiza e se adapta aos diversos momentos vividos pela profissão no lapso histórico do Movimento de Renovação. Por consequência histórica, também será abordada a discussão contemporânea da ofensiva conservadora na sociedade e na particularidade da profissão.

Entre o controle do Estado e a doutrinação da Igreja Católica – gênese e elementos do conservadorismo na profissão na América Latina

A origem do serviço social na América Latina, principalmente no que diz respeito ao processo de formação profissional, é marcada pela vinculação à área da saúde, por vezes para dar suporte às atividades médicas, mas também em virtude do quadro de insalubridade provocado pelas mudanças do processo de industrialização e a consequente intensificação da exploração da força de trabalho. Este cenário é marcado por ações incisivas da Igreja Católica buscando re-afirmar seu espaço político e ideológico na sociedade, sendo a criação de escolas de serviço social uma das suas estratégias.

A primeira escola de serviço social do continente, fundada no Chile em 1925, foi preconizada pelo médico Dr. Alejandro Del Río, que encabeçou a institucionalização do ensino dessa profissão por entendê-la complementar aos afazeres médicos. Assim, o serviço social demarca seu lugar na divisão social do trabalho, complementando serviços médicos, em seguida servindo aos advogados e às instituições de beneficência (Castro, 2011).

A característica que se sobressai nas origens do serviço social latino-americano se refere ao entendimento deste como “um simples prolongamento dos desenvolvimentos que a profissão alcançara

na Europa” (Castro, 2011, p. 29). Sendo assim, o aspecto central na história da origem da profissão na América Latina é ter uma “linha explicativa desvinculada da realidade latino-americana e seu processo de desenvolvimento” (Castro, 2011, p. 32), além de um perfil teórico-metodológico e prático da profissão tido como resultado dos desdobramentos do serviço social europeu. Evidencia-se, com isso, a transposição da realidade europeia como fator basilar para a institucionalização da profissão aqui. Decerto esta atitude incorre em equívocos porque explicita a constituição do serviço social na América Latina desconsiderando todo o movimento histórico particular do continente.

A realidade chilena que precede à criação da primeira escola de serviço social do país evidenciava fortemente as consequências de um inicial processo de industrialização em que se instaurou uma série de mazelas típicas “da expansão das relações capitalistas de produção”, dentre elas “miséria, crescimento urbano caótico, migrações de camponeses expulsos de suas terras etc.” (Castro, 2011, p. 37). A organização política e a combatividade da classe trabalhadora impuseram à burguesia a necessidade da construção de estratégias, implementadas e controladas pelo Estado, que se afiguravam como concessões, mas não passavam de mecanismos para a reprodução do capital. “Portanto, impõe-se a necessidade de o capital articular mecanismos preventivos e de manipulação que, sob a forma de cuidados às necessidades dos trabalhadores, facilitem as condições para a sua reprodução” (Castro, 2011, p. 46). Assim, estão postos os suportes históricos para o desenvolvimento da profissão.

Inserida nesse contexto mundial, nas primeiras décadas do século XX o aguçamento da questão social na América Latina – expressão das contradições embutidas no seu processo de formação capitalista

– começa a exigir respostas a serem implementadas pela sociedade civil, especialmente pela Igreja e pelo Estado, através de políticas sociais incipientes (Oliveira; Chaves, 2017, p. 146).

Nesses termos, a dominação política exercida pela classe burguesa garante a continuidade da desigualdade social extrema e a reprodução de uma cultura que regula a classe trabalhadora, devido a sua funcionalidade à manutenção da ordem capitalista. Evidenciam-se com isso, dentre outras estratégias, medidas de controle ideológico, marcadamente conservadoras, as quais demonstram um caráter radicalmente contrarrevolucionário e antidemocrático.

Para compreender as expressões do conservadorismo e seus impactos para a classe trabalhadora, se faz necessário compreender as bases que o fundam e o lugar que ele ocupa na antagônica sociedade de classes. O conservadorismo se estrutura como uma tradição de pensamento especialmente a partir dos escritos de Edmund Burke (2014), fazendo-o florescer como um discurso antirrevolucionário direcionado ao levante insurrecional francês do século XVIII. Burke foi um entusiasta do constitucionalismo monárquico e defensor ferrenho das instituições e tradições do antigo regime. Consequentemente, faz uma crítica moral aos rumos tomados pela França durante o processo revolucionário, os quais infringiam os interesses políticos e econômicos da aristocracia. A ideologia do conservadorismo traz em seu cerne tendências claramente reacionárias, não somente por ele ser contrarrevolucionário, mas também pelo seu caráter antirrepublicano e antidemocrático, expressamente contrário aos ideais de justiça social, pois compreende a desigualdade social como natural (além de ser necessária à preservação da ordem).

Do outro lado, exercendo um forte papel político, além de

todo suporte teórico e ideológico para o serviço social, temos a Igreja Católica, representando “os conteúdos e as doutrinas de forte raiz cristã” não só no interior da formação, mas também no exercício profissional. A doutrina da Igreja funciona como apoio à ação do Estado, atuando nas “disfuncionalidades” resultantes do processo de “subordinação da força de trabalho ao capital”. Para Castro (2011, p. 46), eles “precisam de agentes colaboradores na reprodução da força de trabalho como mercadoria, tanto no que se refere à orientação e à organização da vida, como no que tange ao consumo das novas camadas sociais submetidas à órbita do capital”. Assim, Estado e Igreja precisam de profissionais com um determinado perfil técnico, cujas ações fossem “o remédio para os males sociais”.

Esta abordagem do autor mostra a presença do pensamento conservador da Igreja na profissão, desde as tradicionais formas de assistencialismo já praticadas por aquela instituição, até a absorção de novas técnicas que levam o serviço social a executar “uma prática diferenciada da assistência pública e da caridade tradicional, [mas que] conecta-se a objetivos político-sociais da Igreja e das frações de classe vinculadas mais diretamente a ela” (Castro, 2011, p. 47).

A estratégia da Igreja era se infiltrar no máximo de espaços possíveis e disseminar sua ideologia, até chegar a ocupar importantes áreas do Estado. Assim, a “Igreja Católica foi progressivamente reorientando a sua estratégia geral e, conseqüentemente, a própria ação laica”, e com isso domina o “universo mental” da classe trabalhadora, garantindo a reprodução da sua fé, bem como a defesa dos seus princípios, utilizando-se de um substrato doutrinário dentro e fora da Igreja (Castro, 2011, p. 49).

Nesse processo, é importante situar que essa estratégia de dominação política e ideológica também se estendeu ao âmbito cultural,

pois a ameaça a sua hegemonia, através das ideias marxistas e liberais difundidas na época, colocava como ordem do dia o restabelecimento de sua dominação. Aqui, ocupam lugar importante as encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) de Leão XIII, e a *Quadragesimo Anno* (1931) de Pio XI. Estas encíclicas cumprem o papel de estabelecer uma nova forma de doutrinação e de “ação política da Igreja Católica” (Castro, 2011, p. 51). Contemporânea a este processo, ocorre a institucionalização da formação da profissão, inclusive ampliando o quadro de instituições de formação profissional, as quais tinham “inspiração ideológica” e prática na doutrina católica.

A encíclica *Rerum Novarum* congrega nos seus postulados a discussão da questão social, a partir da crítica à exploração da força de trabalho assalariada, mas ao mesmo tempo defende a manutenção da propriedade privada com críticas às ideias socialistas que ganhavam repercussão através do movimento operário. Nela, as leis de Deus se fazem incisivas sobre a sociedade e sobre as classes sociais, inclusive defendendo o direito à propriedade como um direito natural. Em seus preceitos defende a família, a propriedade individual e as leis da Igreja com a mesma convicção que condena a luta de classes, o marxismo e a distribuição de riquezas (Leão XIII, 2012).

Uma outra característica desta encíclica é a naturalização da desigualdade quando defende que “o homem deve aceitar com paciência a sua condição”, pois a distinção entre os indivíduos é considerada algo natural já que “é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível” (Leão XIII, 2012, p. 21). É importante salientar que o pensamento conservador defende a preservação das diferenças entre as classes. Segundo Burke, “aqueles que tentam nivelar nunca igualam. Em todas as sociedades, consistindo em várias categorias de cidadãos, é preciso que alguma delas predomine”. O autor

entende que a busca por uma igualdade entre os homens afronta as tradições e cerceia o direito natural que uns tinham de serem superiores a outros. E conclui: “Os niveladores, portanto, somente alteram e pervertem a ordem natural das coisas, sobrecarregando o edifício social ao suspender o que a solidez da estrutura requer seja posto no chão” (Burke, 2014, p.70). Conclui-se que as intenções da Igreja imbuídas desses preceitos nada mais eram que garantir a permanência das estruturas de poder solidificadas, ao tempo em que resgataria a sua importância e lugar ocupado na condução da sociedade.

A primeira escola católica de serviço social latino-americana contribuiu para a criação das demais, servindo não só de referência como também contribuindo diretamente na abertura de instituições no Brasil, Uruguai e Peru (Castro, 2011, p. 72). A Igreja também precisou ressignificar sua concepção de assistência social, aproximando-se agora “à ciência e à técnica”. Contudo, não se desfez do seu perfil baseado nas virtudes cristãs, ao contrário, entendia que somado a um caráter científico e com uma técnica particular poderiam ser mais eficazes. Deste modo, formavam-se as visitadoras sociais, título recebido nas escolas católicas, cuja formação passava por critérios prévios³⁸, bem como por um currículo permeado pela temática da saúde. Justifica-se essa ênfase pelas “péssimas condições de salubridade resultantes do reordenamento capitalista da economia e da sociedade” (Castro, 2011, p. 80).

A escola Elvira Matte de Cruchaga tornou-se referência na formação em serviço social, recebendo da UCISS (União Internacio-

38 De acordo com o autor, as mulheres precisavam “ter 21 anos completos e menos de 35; atestado médico de boa saúde; antecedentes probatórios de honorabilidade e recomendação paroquial; bom aproveitamento nos estudos fundamentais de ciências humanas; apresentação de um texto manuscrito, contendo um resumo da sua história pessoal” (Castro, 2011, p. 79).

nal de Serviço Social) “a tarefa de fomentar o Serviço Social católico na América Latina”. Assim, colaborou com a abertura do curso em outros países, e no de correr de 10 anos auxiliou na fundação de 8 escolas católicas. Durante o processo de industrialização no Brasil, o Estado implementou medidas que favoreceram não só a indústria, como possibilitou à Igreja alguns ganhos. Com isso, a Igreja abriu diversas frentes de ação doutrinária, dentre elas está o CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), um espaço de preparação de jovens leigas para disseminar o catolicismo, cujas responsáveis pelo apostolado eram assistentes sociais belgas (Oliveira; Chaves, 2017). Isto evidencia a influência do serviço social europeu no Brasil, assim como no Chile, atrelado à perspectiva caritativa e militante da Igreja.

Este espaço possibilitou a fundação da primeira escola católica de serviço social no Brasil, inaugurada em 1936: a Escola de Serviço Social de São Paulo. Ao mesmo tempo, vem à tona “uma demanda profissional que começa a revelar-se a partir de alguns aparelhos do Estado, tornando mais exigente a qualificação acadêmica, religiosa e técnica” (Castro, 2011, p. 104-105). Assim, o serviço social no Brasil, em termos da sua formação, é criado sob duas particularidades: apenas a inspiração católica e a orientação da encíclica *Quadragesimo Anno*, influenciando fortemente as ações profissionais, principalmente nos aspectos reformista e no resgate dos dogmas católicos entre os leigos.

O período entre 1936 e 1945 é quando mais surgem escolas de serviço social no Brasil, em sua maioria sob a influência católica. Há também, contudo, expressão de centros de estudos que partiram de iniciativa do Estado, atrelados à Igreja ou ao movimento sanitarista. “E ainda as iniciativas participantes do movimento da Escola Nova, marco inaugural do projeto de renovação educacional do país”. Daí decorrem a criação de centros e escolas de serviço social que se in-

corporaram às universidades públicas nos anos seguintes, levantando “a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita, alvo de forte e continuada crítica da Igreja Católica”, que nessa época fazia frente ao Estado na promoção da educação popular, e “que tinha sob seu controle a orientação de parcela expressiva das escolas da rede privada” (Iamamoto, 2017, p. 23-24).

A autora afirma ainda que o cenário de desenvolvimento da profissão no Brasil se dá nos trinta anos de ouro da economia após a Segunda Guerra Mundial, culminando na expansão da produtividade e do consumo e, conseqüentemente, gerando um excedente econômico que vai ter uma parcela direcionada para a implementação de políticas públicas. Este momento marca também a recepção à influência do serviço social norte-americano, dominado até então pelas bases europeias. Absorvem-se na formação e no exercício as concepções do serviço social de caso, grupo e desenvolvimento de comunidade, muito propícios à realidade brasileira (Iamamoto, 2017, p. 24-25).

Ainda no decorrer dessas três décadas, o serviço social latino-americano passa pelo movimento de Reconceituação (1965-1975), que coincidiu ainda com o período da ditadura militar no Brasil e em outros países do cone sul. Segundo Iamamoto, “De base teórica e metodológica eclética, esse movimento foi, inicialmente, polarizado pelas *teorias desenvolvimentistas*, e no início de década de 1970 ocorrem as primeiras aproximações do Serviço Social à tradição marxista, a partir de manuais de divulgação” (Iamamoto, 2017, p. 25, grifos originais). Este processo, ao mesmo tempo em que viabiliza a discussão acerca da teoria e da metodologia no serviço social, possibilita a reposição do conservadorismo na profissão. É sobre isso que trataremos no item a seguir.

A Reconceituação na América Latina e as expressões do conservadorismo no Brasil

O movimento de Reconceituação se coloca na história do serviço social latino-americano como um marco para o processo teórico e metodológico da profissão em um período de crise das bases tradicionais e em meio a ditadura militar em busca de uma validação teórica. Ocorrido no Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, o movimento inclina-se para o que pôde se chamar de “modernização conservadora e tecnocrática”, de acordo com Batistoni (2017, 137), principalmente em um cenário que requisitava funcionalidade aos ideais capitalistas da época.

O período de vigência da reconceituação coincide com a vigência da ditadura militar no Brasil (1964-85), fazendo com que o nosso debate assumisse outras tonalidades e recebesse distintas influências, especialmente do vetor modernizador e tecnocrático, combinado com extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos, expresso nos Documentos de Araxá e de Teresópolis³⁹ (Iamamoto, 2017, p. 25).

O movimento reconceituador adquiriu inicialmente um caráter conservador, e o impacto na formação e no trabalho profissional é a absorção de uma racionalidade burocrático administrativa para atender as necessidades de uma profissão modernizada e tecnocrática,

³⁹ Esses seminários de teorização, ocorridos respectivamente em 1967 e 1970, tiveram como organizador o CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais, que acabou ocupando um lugar de destaque na categoria na formação e no exercício profissional, inclusive na publicização de material produzido por meio de pesquisas e estudos que contribuíam para o movimento de Reconceituação, cujo caráter era de sujeição ao imposto pela ordem monopólica.

impostas pelas modificações ocorridas na sociedade. Com essas mudanças no exercício profissional desencadearam-se alterações também para a formação profissional, pois para formar este profissional moderno era necessário romper com as bases confessionais do serviço social tradicional. Para tanto, buscou se apoiar em fontes teóricas e ideológicas que naturalmente possibilitaram uma diversificação na concepção da profissão e sua função, bem como a adesão a laicização, a qual vai viabilizar a presença do pluralismo profissional.

Esse mesmo terreno também possibilitou focos de resistência através de uma vanguarda particularmente vinculada à Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, na qual desenvolveram uma experiência que abriria as portas para a chamada *intenção de ruptura* com os traços conservadores e modernizantes presentes no serviço social. Esta ação, que se propõe como uma alternativa ao que estava posto na profissão, faz com que a Reconceituação no país retome os rumos que o movimento tomou nos demais países do cone sul (Iamamoto, 2017).

A proposta realiza a crítica ao papel conservador desempenhado pela profissão, bem como a pretensa neutralidade que se tentava imprimir ao âmbito teórico-prático da profissão. Ao mesmo tempo, esta proposta inaugura o viés da tradição marxista na profissão, embora com problemas. “Esse balanço crítico não desconsidera a importância teórica e ideológica dessa mesma incorporação, realizada em condições não favoráveis, mas abrindo os horizontes ideopolíticos no processo de renovação do Serviço Social no Brasil” (Batistoni, 2017, p.145-146). Embora o aprofundamento do debate tenha permitido a aproximação e compreensão do marxismo por meio dos clássicos, após estes equívocos eles viabilizaram a reposição do conservadorismo no serviço social neste momento de renovação. E esta herança

acabou por si infiltrar na profissão, principalmente nas manifestações cotidianas do seu exercício profissional.

A reprodução dessa forma de pensar a profissão e a sua intervenção ocasiona “uma supervalorização dos tipos de conhecimento que redundam em um resultado prático imediato para a atuação profissional”. O pensamento instrumental conquista um espaço no interior da profissão, voltado à produção dos resultados demandados pelo cotidiano, “em detrimento das operações teóricas que se propõem ir além da manipulação imediata de aspectos do cotidiano, buscando atingir a totalidade das relações sociais” (Maranhão, 2014, p. 63).

Segundo Guerra (2013), é esse tipo de pensamento que dá sustentação a práxis cotidiana, cuja racionalidade impõe a análise do real a partir da imediaticidade. O pragmatismo, portanto, é responsável pela forma deturpada como os profissionais concebem a relação teoria e prática.

Uma análise da trajetória da profissão e sua relação com as ‘teorias’ permite afirmar que, no Serviço Social, o pragmatismo converte-se numa tendência, cuja orientação teórica é mais comum do que possamos supor, incidindo tanto sobre os profissionais que se localizam na academia como nos que se inserem na execução/planejamento/avaliação das políticas sociais (Guerra, 2013, p. 42).

Posto isso, compreende-se que o pragmatismo profissional se coloca como uma das expressões do conservadorismo no serviço social, o qual vai se refletir na profissão nas suas dimensões prático-formativas⁴⁰. Desse modo,

⁴⁰ Consideramos prático-formativas aquelas dimensões vinculadas à formação e ao exercício profissional, quais sejam: dimensão teórico-metodológica, dimensão ético-política e dimensão técnico-operativa. Elas expressam a presença da instrumentalidade do serviço social, a qual é forjada no âmbito da formação, através dos

Embora no contexto atual já disponham de um referencial teórico-metodológico crítico (marxismo) que pressupõe uma leitura radical da sociabilidade burguesa, da função social do Estado e das políticas sociais, as práticas do Serviço Social tendem a permanecer presas às expressões fenomênicas da realidade social, no âmbito da imediatividade, sem apreender as mediações e os fundamentos das contradições sociais existentes (Rocha; Lins, 2015: 19).

Mesmo não havendo completo rompimento com o pensamento conservador, ele é abalado nos marcos da intenção de ruptura. A aproximação com a teoria social de Marx possibilita à profissão questionar o conservadorismo e adquirir uma postura diferenciada diante das expressões da questão social. Entretanto, o lastro conservador presente na profissão impõe, conforme Maranhão (2014, p. 64), a permanência e a atualização de “práticas baseadas no pragmatismo empírico, no subjetivismo idealista ou no irracionalismo eclético, que ainda rondam os espaços de intervenção profissional”.

Ainda segundo Maranhão (2014), podem-se indicar três aspectos que condicionam a permanência do conservadorismo no serviço social, quais sejam: 1) o caráter sincrético⁴¹ da profissão, que, segundo Netto (2005, p. 92), “é o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social”; 2) o processo histórico de aproximação à tradição marxista, que se deu por reduzida exigência teórica, cujas fontes acessíveis na época possuíam caráter de manuais, gerando uma frágil apreensão da teoria social de Marx; e 3) “a atual ampliação das características manipulatórias do capitalismo maduro e a correlação de forças das lutas de classes na atualidade”, as quais co-

componentes curriculares.

41 Podemos dizer que a estrutura sincrética do serviço social diz respeito “à fluidez, ao imediatismo e à heterogeneidade com que os profissionais de Serviço Social são obrigados a organizar sua prática interventiva cotidiana” (Maranhão, 2014, p. 67).

locam entraves à ultrapassagem dos aspectos cotidianos na produção do conhecimento, “reproduzindo intelectivamente o movimento da totalidade social concreta” (Maranhão, 2014, p. 65).

A prática profissional, qualificada por Netto (2005) como sincrética, “tanto faz emergir elaborações formal-abstratas sincréticas quanto as requisita”. Convergem para essa prática sincrética alguns vetores, os quais vão desde as condições objetivas de intervenção determinadas pelas refrações da “questão social”, ao referencial das ciências sociais gestadas sob uma racionalidade formal-abstrata, com a continuidade das expectativas típicas que envolviam as protoformas do Serviço Social e sua inserção na divisão social do trabalho.

De acordo com Netto (2005, p. 95), o cotidiano é o “horizonte real da intervenção profissional do Serviço Social”, o que vai requisitar-lhe o desenvolvimento de ações instrumentais para atender às necessidades imediatas que se apresentam, colocando-se como um entrave à reflexão da realidade, impondo-lhe atividades rotineiras. Essa característica operativa do serviço social vai impor limites à análise das demais dimensões da profissão, o que gera um processo de não reflexão sobre as “implicações éticas e políticas” das respostas profissionais, bem como sobre o seu referencial teórico (Guerra, 2012, p. 47).

O amadurecimento do marxismo no interior do serviço social, a princípio no espaço da universidade, não se efetiva da mesma forma fora dos muros desta instituição, pois há um descompasso entre o que é produzido pela vanguarda e aquilo que se absorve no cotidiano, desencadeando em um empobrecimento cultural dos assistentes sociais e um ambiente favorável ao empirismo, ao pragmatismo e ao conservadorismo.

O conservadorismo no serviço social se reproduz com o sincretismo e o ecletismo, de modo que, no campo da produção de

conhecimento, avança e disputa a hegemonia com a perspectiva crítico-dialética. Esta, por sua vez, tem sofrido diversos ataques, que vão desde a incursão do positivismo no marxismo, passando pela lógica atual da política de educação superior, pelo “debate filosófico predominante sobre o fazer científico”, até a exigência de um produtivismo acadêmico que é tensionado quando da presença da pesquisa com orientação marxista. Ou seja, “é a reprodução da sociabilidade burguesa e suas expressões contraditórias presentes nas estruturas da sociedade e do Estado que tendem a repor os fundamentos do sincretismo no Serviço Social” (Sousa, 2016, p. 253).

Marcos e marcas da influência do conservadorismo no Serviço Social Brasileiro ontem e hoje

Para fechar o ciclo da interlocução histórica e ontogenética entre o Serviço Social e o conservadorismo é fundamental analisar a sua presença multifacetada no processo de renovação da profissão no Brasil, considerando as peculiaridades sociais, econômicas e culturais deste território. É preciso entender como este pensamento se reatualiza e se adapta aos diversos momentos da profissão, compreendidos no lapso histórico do Movimento de Renovação, processado no país a partir de meados da década de 1960, em meio ao golpe militar, e se desenrola até o início da década de 1980, com a aproximação de um referencial crítico e dialético.

Esta delimitação de tempo abrange a instauração da autocracia burguesa no país e da crise mundial do Serviço Social “tradicional”, desembocando no debate mais contemporâneo da profissão, relativo à onda conservadora que atinge a sociedade e, por consequência, o Serviço Social, tendo em vista a sua função social no processo de re-

produção da ordem capitalista. Trata-se de um momento histórico da profissão, de muitos debates e avanços, tanto no exercício quanto na formação profissional, mesmo em meio a uma aproximação enviesada à teoria social de Marx.

É preciso destacar que o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro constitui um marco na história da profissão, da sua gênese até a atualidade, pois representa a redefinição profissional que possibilitou o atendimento das demandas que se reestruturaram diante do contexto histórico dos anos 1960 em diante, além da “[...] sua inserção nas estruturas organizacional-institucionais”. Estas provocaram mudanças no próprio exercício profissional, promovendo a ampliação dos seus quadros técnicos e o redimensionamento da formação profissional. Além disso, Netto diz ainda que os “[...] seus referenciais teórico-culturais e ideológicos sofreram giros sensíveis (assim como as suas auto-representações)” (Netto, 2010, p. 115). Desta forma, não há precedentes na história do Serviço Social de uma evolução como a ocorrida no processo da renovação, a qual deixa como herança contornos de “[...] mudança, continuidade e intenção de ruptura” (Netto, 2010, p. 116).

Mesmo tendo outros determinantes, é possível remeter ao movimento provocado pela autocracia burguesa, instaurado com o golpe militar de abril de 1964, como sendo a força motriz do processo de renovação, pois a dinâmica da Ditadura Militar, considerando a sua estruturação e crise, possibilitou ao Serviço Social um contexto social, político e ideológico favorável a questionamentos que conduziram a categoria a repensar a profissão. Foram condições postas à profissão que provocaram inquietude ao passo em que eram conservadas “[...] as modalidades de intervenção e (auto)representações que matrizavam a profissão desde o início dos anos cinquenta” (Netto, 2010, p.

118). Segundo Netto, “Tais condições vinculam-se sobretudo à reorganização do Estado e às modificações profundas na sociedade que se efetivaram, durante o ciclo autocrático burguês, sob o comando do grande capital” (Netto, 2010, p. 118). Assim, mesmo a autocracia burguesa tendo reiterado as formas tradicionais de intervenção, estas condições provocaram um movimento interno de questionamentos e inquietações acerca do exercício e da formação profissionais. Isso desencadeia, mesmo num movimento contrário ao da autocracia burguesa, um processo de reformulação no interior do Serviço Social.

Nesse sentido, é possível concluir que a presença ainda marcante do Serviço Social “tradicional” na contemporaneidade é fruto do suporte ideológico e político cultivado pela autocracia burguesa, que garantiu continuidade nos dias atuais, considerando a base conservadora que sustenta a sociedade burguesa. Daí a defesa do autor de que são “práticas e (auto)representações profissionais” que permanecem na atualidade, mas em nada atendem as “[...] requisições profissionais postas pela dinâmica da sociedade brasileira”, já defasadas para a época do golpe militar (Netto, 2010, p. 118).

As ideias que conduziram a reformulação do Serviço Social no contexto da Ditadura Militar priorizaram especialmente dois aspectos da profissão: a prática e a formação profissional. Segundo Netto (2010), no nível da prática profissional houve a ampliação e a consolidação do mercado nacional de trabalho, consequência do processo de expansão da industrialização no país. O Estado - até então seu maior empregador - passa por um processo de reformulação “tanto *organizacional* quanto *funcional*”, o qual impacta substancialmente nos tradicionais espaços de intervenção do Serviço Social. Resulta disso uma reestruturação do exercício profissional que vai complexificar as suas funções e gerar “[...] uma diferenciação e uma especialização das

próprias atividades dos assistentes sociais” (Netto, 2010, p.121, grifo do autor).

Assim, gesta-se um novo espaço no mercado de trabalho dos assistentes sociais que vão atender à lógica da racionalidade das empresas privadas. Este novo espaço sócio-ocupacional é responsável por conduzir os profissionais a adquirirem uma postura moderna, condizente com a “racionalidade burocrático-administrativa” adotada no período, além de impor um “*novo padrão de exigências* para o seu desempenho profissional”. Assentada no âmbito da “modernização conservadora”, essa tendência não retira os assistentes sociais da sua função precípua de “executor terminal das políticas sociais setoriais”, embora sua prática profissional tenha sido reorientada à execução de funções mais burocráticas e também da interlocução com outros profissionais. Daí, afirma Netto, desencadeia-se o processo de erosão do Serviço Social tradicional em âmbito mundial, pois não se adequou às novas exigências do mercado de trabalho, as quais “derruíam os comportamentos profissionais impressionistas, fundados consequentemente em supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias às lógicas da programação organizacional” (Netto, 2010, p. 123).

Esta tendência da “modernização conservadora” atingiu também as agências de formação, que precisaram revisar seu projeto conservador de ensino, pautado no confessionalismo, no paroquialismo e no provincianismo, passando por um processo de “refuncionalização e expansão”, ao mesmo tempo em que se ampliavam as instituições de formação. A política educacional da Ditadura possibilitou a inserção do ensino superior universitário ao Serviço Social, mas impactou sobremaneira na sua relação com o projeto da autocracia burguesa, pois, apesar dos ganhos no sentido do abandono da formação pautada em valores morais, ficou “[...] vulnerável aos constrangimentos gerais do

ciclo ditatorial” (Netto, 2010, p. 125).

Donde resulta a transição de uma formação profissional doutrinada pela Igreja Católica para uma formação doutrinada pela ideologia burguesa, adaptada às necessidades modernas e burocratizantes do mercado nacional de trabalho em expansão. Isso significa que a formação universitária do Serviço Social sofre com todo o processo de refuncionalização da universidade brasileira ocorrido no período. Netto afirma ainda que “[...] o impacto operado pelo ingresso na universidade foi multifacetado e contraditório” (Netto, 2010, p. 126) porque possibilitou a influência de tradições intelectuais ausentes na profissão até então, ao mesmo tempo em que intensificou o aspecto tecnocrático requerido pela Ditadura.

Destarte, o processo renovador foi então medularmente marcado pela presença de 3 tendências de pensamento filosófico que conduziram as reflexões acerca da prática e da teoria no Serviço Social, essencialmente na busca pela validação de uma teoria no interior da profissão, quais sejam: o positivismo, a fenomenologia e a teoria social de Marx. Estas correntes subsidiaram ideologicamente as três direções da Renovação⁴², de modo que o debate profissional no interior desse processo é conduzido por diversificadas formas de reposição do pensamento conservador que embasou a emergência da profissão. Analisando esse movimento é possível identificar que o conservadorismo vai se disfarçando de um viés modernizador, atribuindo ao Serviço Social uma postura moderna conforme as exigências do mercado de trabalho por um profissional cada vez mais racional; suscitou ainda

42 Não será possível abordar de forma exaustiva as três direções da Renovação do serviço social aqui dado os limites de espaço deste artigo. Para uma leitura mais cuidadosa e aprofundada desse conteúdo recomendamos a seguinte leitura: NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

a reatualização das suas bases conservadoras sob “uma nova roupagem” (Netto, 2010, p. 202), além de ter se mesclado com outras perspectivas, de cunho histórico-crítico, a partir de um ecletismo teórico que se instaurou no Serviço Social entre as décadas de 1970 e 1980.

A modernização conservadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura deixaram marcas profundas no serviço social, sentidas até a atualidade, pois o arcabouço cultural constituído por cada uma não se encerrou como um processo de substituição de uma perspectiva por outra. As perspectivas que defendem o ideário conservador persistem até a contemporaneidade e são reatualizadas à medida que o movimento da sociedade suscita referenciais ideológicos que possibilitem defender os interesses dominantes. Entende-se com isso que as recentes transformações societárias - no que diz respeito aos impactos da crise estrutural do capital nas relações econômicas e políticas, vinculadas à absorção do ideário neoliberal - vão confluir na reposição do conservadorismo de forma mais ofensiva, além da visível tendência à pós-modernidade, para a qual tem se direcionado o Serviço Social.

O cenário contemporâneo tem evidenciado o acirramento das lutas de classe e, ao mesmo tempo, um retrocesso na organização política e no enfrentamento às opressões pela classe trabalhadora, que tem sido atingida com forte repressão no sentido da violência física, quando da mobilização pelos direitos, ou com um acorrentamento ideológico que reforça a visão burguesa e o senso comum. Nesse sentido, tendências irracionalistas e manifestações racistas e preconceituosas acabam ressoando de forma mais intensa que em outros períodos. E no caso do Serviço Social, promove-se um retorno a um endogenismo profissional com a absorção de um referencial teórico atrelado ao pensamento pós-moderno, atribuindo à profissão um pro-

tagonismo que lhe possibilitaria estruturar e problematizar, de forma interna e assertiva, um objeto, uma metodologia e uma teoria - além de inclinar suas intervenções a práticas imediatistas, tecnicistas, priorizando os interesses institucionais com a tendência a naturalizar as contradições sociais.

O quadro de crise estrutural do capital instaurado no continente latino-americano após o processo de crescimento econômico estimula a reatualização do conservadorismo, desta vez impulsionado pelos princípios econômicos do neoliberalismo. Marcadamente reacionária, esta modalidade econômica vai se estruturando como uma estratégia do capital para recuperar a taxa de lucro no transcorrer da década de 1980 e logo alcança um domínio ideológico em nível mundial, convergindo com a tendência à direita, viabilizada anos antes pela instauração da Ditadura Militar no Cone Sul (Katz, 2016). Importante destacar que o neoliberalismo encontra as condições objetivas neste período ancorado no ambiente de regressão social e nas posturas políticas retrógradas decorrentes do ambiente criado pela crise estrutural e pela ditadura.

A condução da implementação dos serviços e políticas sociais na cena contemporânea condicionam a implementação de um exercício profissional pautado na regulação moral, na fiscalização e em práticas policiais, na individualização dos problemas, em práticas de seletividade por critérios morais, dentre outras. Nitidamente gera um esvaziamento do conteúdo crítico da profissão.

Fica evidente uma ofensiva do pensamento pós-moderno no Serviço Social, que vem ocorrendo desde a década final do século XX, e encontra nas consequências das transformações societárias dos últimos 30 anos o espaço ideal para seu fortalecimento. Isso porque “[...] conformaram um cenário regressivo tanto do ponto de vista político-

-econômico quanto sociocultural”, passando a difundir-se na profissão através da rearticulação das correntes conservadoras e neoconservadoras que vão confrontar a matriz teórica, questionar a direção social e ameaçar o projeto profissional. Este movimento se adensa a partir da “[...] pujança do pensamento pós-moderno no conjunto das Ciências Sociais e Humanas no meio acadêmico”, adensando os contornos do irracionalismo quanto à “desqualificação da razão” (Cantalice, 2016, p. 247), que se distancia ainda mais das categorias do humanismo, da dialética e do historicismo, assim como abomina a perspectiva da totalidade.

Este cenário evidencia que o avanço do conservadorismo no Brasil está intimamente ligado às estruturas de poder historicamente consolidadas na sociedade de classes, cuja tendência é a perpetuação das relações sociais e materiais que condicionam a reprodução da ordem capitalista, conduzida estrategicamente pela burguesia por um processo de controle ideológico e cultural da classe trabalhadora.

Considerações Finais

Desenvolver uma análise do conservadorismo, enquanto corrente de pensamento com múltiplas faces e que impacta substancialmente no modo de apreender e viver a realidade objetiva, requisita do pesquisador um olhar cada vez mais respaldado na perspectiva histórico-crítica de apreensão do real. Em uma sociedade que experimenta um contexto de avanço do conservadorismo, esta perspectiva é diariamente afastada dos indivíduos e justaposta pelo irracionalismo ou pela razão formal descritiva, matrizes de pensamento próprias da ideologia conservadora.

Reportando esta análise para o Brasil dos últimos anos, é pos-

sível notar como a ofensiva conservadora tem impactado nas posições políticas e econômicas da burguesia, as quais - pela sua dominação cultural e ideológica - incidem na classe trabalhadora, cuja tendência é cada vez mais mistificar suas concepções sobre si e seu papel numa sociedade permeada pela divisão e contradição entre as classes, visando a manutenção do sistema do capital. As consequências impostas por esta realidade condicionam imensas perdas civilizatórias, evidenciando um retrocesso nos direitos e nas condições de vida das camadas populares, destruições impensáveis depois de tantos avanços nestas áreas.

As bases históricas, sociais e econômicas em que se fundaram as primeiras escolas de serviço social da América Latina guardam a particularidade de evidenciarem processos de mudanças que, por sua vez, implicaram à classe trabalhadora um intenso cenário de exploração. Decorre da organização dos operários a institucionalização de suas demandas por parte do Estado, que necessitavam de respostas profissionais que incidissem no controle e reprodução desta classe. Assim, o serviço social emerge para administrar as expressões da questão social a partir do aprimoramento das práticas realizadas pela Igreja e absorvidas pelo Estado como formas de responder às necessidades dos trabalhadores.

As ações da Igreja Católica tiveram papel essencial no processo de institucionalização da profissão no continente, principalmente porque ela protagonizou em diversos países a criação das primeiras escolas de serviço social, bem como balizou as ações desenvolvidas, em parceria com o Estado, junto à classe trabalhadora, buscando ajustá-la às determinações da sociedade burguesa. As implicações do conservadorismo presente na sociedade, quando da emergência e desenvolvimento da profissão, não deixam de influenciar o serviço social, que já nasce, portanto, imerso sob um ideário conservador que perpassou

diversas fases, desde a naturalização da miséria, o reformismo, a doutrinação no apostolado católico, além do pragmatismo e do sincretismo.

Alguns momentos históricos e movimentos da categoria marcaram a história da profissão na busca pela ruptura com o ideário conservador. De um modo geral, essas iniciativas se propuseram à construção de um serviço social crítico. É necessário, portanto, reconhecer o papel fundamental que elas tiveram, e ainda têm, mas também é fato que precisamos lutar cotidianamente contra a reposição do conservadorismo que ameaça regredir a profissão.

É preciso enfrentar o empobrecimento cultural que a profissão atravessa, fruto das imposições de um cotidiano essencialmente imediatista, fortalecer o aprofundamento teórico conquistado a partir da interlocução com o pensamento marxiano, estimular a pesquisa e a produção de conhecimento para despertar uma intelectualidade cada vez mais crítica nos profissionais. Tais medidas tornam mais resistentes a formação, o exercício profissional e as organizações políticas da categoria contra a ofensiva conservadora e com ela a reposição do pragmatismo e do sincretismo, estruturando estratégias de desvendar as contradições postas à profissão, enfrentando-as a partir do conhecimento do real na perspectiva da totalidade.

Referências

BATISTONI, M. R. J. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o projeto profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p. 136-150, 2017.

BURKE, E. **Reflexões sobre a revolução na França**. Trad. José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014.

CANTALICE, L. B. de O. Neoconservadorismo na produção do conhecimento em serviço social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14199>. Acesso em: 10 set. 2022.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 12. ed. Trad. José Paulo Netto e Balkys Villalobos, São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In*: SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y. (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

GUERRA, Y. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Katálysis**, Florianópolis, p. 39-49, 2013.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social e Sociedade**, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

KATZ, C. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

LEÃO XIII. Sobre a condição dos operários. **Carta encíclica Rerum Novarum**. Trad. Manuel Alves da Silva. 1. reimp. São Paulo: Paulinas, 2012.

MARANHÃO, C. Uma Peleja Teórica e Histórica: serviço social, sincretismo e conservadorismo. *In*: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (org.). **Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, pelejas e desafios**. Recife: UFPE, 2014.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4.

ed. São Paulo: Cortez, 2005. Apêndice: Cinco notas a propósito da “questão social”.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, E. M. A. P. de; CHAVES, H. L. A. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p.143-163, jan./abr. 2017.

ROCHA, I. L. da; LINS, M. A. T. Expressões da vida cotidiana no serviço social: apontamentos preliminares. *In*: AMARAL, M. V. B.; HOLANDA, M. N. A. B. de. (orgs.). **Trabalho, política, vida cotidiana e Serviço Social**. Maceió: Edufal, 2015. p. 19-34.

SOUZA, J. M. A. de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

3.2 CRÔNICAS SOBRE O CONSERVADORISMO NO BRASIL E NA COLÔMBIA: desafios ao Serviço Social

Jenny Andrea Torres Peña⁴³

Mônica Regina Nascimento dos Santos⁴⁴

Introdução

Aqui são abordadas as expressões do conservadorismo no Brasil e na Colômbia, não sem antes situar os leitores sobre o contexto sócio-histórico em que se materializa o conservadorismo. Desse modo, inicialmente há a apresentação de um breve panorama geral, seguido pelas crônicas, baseadas em fatos, das particularidades colombiana, marcada pelo classismo, e brasileira, exposta na crescente presença do conservadorismo no interior do Serviço Social, a despeito do

43 Nasceu em 24 de outubro de 1985 em Bogotá, Colômbia. É filósofa pela Universidade Livre e Comunicadora pela Universidade Distrital de Bogotá. Trabalhou como professora, escritora e revisora. É apaixonada por leitura, filmes e xadrez. Dedicou-se a escrever análises de textos literários, cinematográficos e musicais, especialmente no gênero rock. Está preparando um romance para lançar em 2024.

44 Pedagoga. Mestre em Educação Brasileira pelo Centro de Educação da UFAL e doutora em Serviço Social pela faculdade de Serviço Social na mesma universidade. Atua como docente na UFAL – Campus Sertão, e atualmente coordena o NUDES (Núcleo de estudos, extensão e pesquisas sobre Diversidade e Educação no Sertão Alagoano) e o GENIR /AL e GENIR – Sertão (Grupo de estudos e pesquisas sobre Gênero, Igualdade e Reprodução Social).

projeto ético-político da profissão. As realidades expostas evidenciam a materialização ideológica do conservadorismo na Colômbia e no Brasil, expresso como rejeição do outro, marcadamente acentuada pelo antagonismo de classe. Ao final, há a tentativa de arremate, com uma sucinta análise de todo o quadro social exposto neste texto.

Panorama geral

Há um espectro rondando a dinâmica social, o espectro do conservadorismo, que tem se espalhado por todas as esferas sociais. No âmbito das áreas profissionais, o Serviço Social, como parte constitutiva, reflete e refrata⁴⁵ esse espectro. De partida, é bom que se esclareça, a sociedade, seja brasileira ou colombiana, nunca deixou de ser conservadora, muito embora, em determinados momentos conjunturais, haja no imaginário social a ideia de avanço progressista no interior das relações sociais. Em verdade, de um modo geral, o espectro conservador dos dias atuais expressa o conservadorismo clássico⁴⁶ da burguesia pós-revolucionária, especialmente após a *primavera dos povos* ocorrida em 1848, quando ela encarnou sua face mais represora, pois o “medo da revolução social uniu daí por diante os liberais às forças mais retrógradas da Europa num vasto ‘partido da ordem’” (Trindade, 1998, p. 43-44, grifo do autor) para reprimir e isolar as revoltas populares.

Por outro lado, é preciso ter em mente que o próprio Ser-

45 Nos tempos definidos por Bakhtin em *Marxismo e filosofia da linguagem*, 12ª edição publicada pela HUCITEC em 2006.

46 Netto, L. 2011.

viço Social surge de uma base social conservadora, no interior das organizações religiosas, por meio de ações caritativas, muito embora a ação de assistência social, por fora das políticas públicas, nem sempre teve caráter conservador, a exemplo das irmandades negras que prestavam assistência educacional, profissional, entre outras, à população negra no período colonial, contribuindo para a resistência e luta contra a escravidão.

O conservadorismo não é algo estranho ou alheio ao tecido social, pelo contrário, por ser expressão da essência dessa sociabilidade, diz respeito ao seu arcabouço ideológico. É um sistema de valores e ideias do qual a burguesia lança mão sempre que se sente ameaçada por pressões materiais e/ou espirituais. O conservadorismo dos dias hodiernos tem esses dois ingredientes: a crise estrutural do capital e as lutas identitárias.

O capital se reproduz produzindo crises cíclicas, e ocorre que a crise atual tem caráter estrutural, por ter, segundo Mészáros (2006), um conjunto de aspectos fundamentais que a difere das anteriores: “a) seu caráter universal; b) seu alcance global; c) sua extensa escala de tempo; e d) seu desdobramento peculiar” (Santos, 2022, p. 111), a exemplo do desemprego crônico. Uma crise desta proporção não passa impune, gerando reações por parte da burguesia e de seus asseclas. No âmbito dos desdobramentos ideológicos, temos de um lado o fundamentalismo religioso – que reforça sobremaneira o conservadorismo – e de outro lado, o identitarismo.

O identitarismo é um fenômeno social presente tanto no campo burguês quanto no popular, na representação social de grupos oprimidos, nem sempre minoritários.

De acordo com Virgínia Fontes no canal da editora-

Boitempo⁴⁷ a luta identitária tem similaridades com o corporativismo, que por sua vez, têm origem nos corpos de ofícios, nas lutas de interesses particulares. A luta por representação social faz parte deste processo de defesa. Há muitas críticas a essas bandeiras por seus interesses particulares, embora haja legitimidade em algumas dessas críticas, a exemplo daquelas geradas pelas bandeiras universalistas anti-capitalistas. Mas, em sua maioria, as críticas às lutas dos trabalhadores em seus interesses particulares são de caráter burguês, que rotulam as lutas particulares de corporativas e – de forma depreciativa – identitárias. Ainda de acordo com a referida autora, a burguesia é a classe que mais se organiza corporativamente, em associações⁴⁸ cujo interesse é privado e restrito sem nenhuma preocupação com o gênero humano. As críticas burguesas lançadas às lutas feministas, lutas contra o racismo, lutas em defesa dos povos indígenas, entre outras, são na verdade uma forma de desqualificar cada um desses segmentos, um processo de falsificação do real a fim de hierarquizar os setores produtivos de modo a reprimi-los e segregá-los, tornando mais fácil seu direcionamento (Santos, 2022, p. 269).

No contexto da luta de classes, a luta identitária de grupos oprimidos, marcadamente no contexto das religiões de matriz africana e dos posicionamentos da população LGBTQIAP+, são, portanto, a forma de resistência e combate à face mais cruel da burguesia no campo ideológico: o conservadorismo, que, na contemporaneidade, está associado a outros fenômenos sociais, em graus bastante aproximados de degeneração, a exemplo do classismo, tradução máxima do pensamento conservador.

47 O que é o identitarismo burguês? Virgínia Fontes, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=5YwBBRN_mL8 canal da Boitempo. Acesso em novembro de 2021

48 A exemplo da FIESP, UDR entre outras.

Classismo na Colômbia, uma visão da alienação da rejeição do outro

Segundo a Real Academia Espanhola, a palavra Classismo significa “atitude ou tendência daqueles que defendem as diferenças de classe e a discriminação por esse motivo”. Classismo é precisamente isso, discriminação e expressão do conservadorismo. Portanto, é muito evidente que a Colômbia é um dos países mais desiguais do mundo, e não tanto por sua diversidade cultural, mas pela rejeição do outro. Por isso, o tema do classismo na Colômbia será contemplado em três etapas: a) Um olhar sobre o século XX na Colômbia: Conservadores e Liberais; b) O classismo como forma de empoderamento social; e c) O casamento entre corrupção e classismo na Colômbia.

Um olhar sobre o século XX na Colômbia: conservadores e Liberais

Para falar de classismo, seria preciso recuar séculos e estudar a fundo os sistemas econômicos que dominaram o homem durante anos, até chegar à formação do sistema capitalista que o atingiu duramente no século XX. No entanto, o classismo como parte da classe alta rica vem se formando com mais força.

Na parte colonial, a postura dos colonos espanhóis em relação aos indígenas e todo o processo de “civilização” por eles instaurado formaram a dominação, e a partir daí se forjou a mentalidade de rejeição, embora seja melhor olhar para um século que para a Colômbia foi tão convulsivo: o século XX.

Na Colômbia, em meados do século XX, havia dois grandes grupos políticos que polarizavam a sociedade: Os Conservadores e os

Liberais. No Tempo da Violência, esses dois grupos políticos lutaram a sangue e fogo por vários departamentos da Colômbia por diferenças de pensamento, mas também por diferenças sociais. Os Liberais (identificados pela cor vermelha) eram um grupo mais social, pensavam em ideais de liberdade para o povo com igualdade para todos, nos termos da sociabilidade burguesa. Os Conservadores (identificados pela cor azul) tinham uma ideologia mais fechada, oligárquica, e eram apoiados pela Igreja Católica. Não acreditavam na igualdade social no mesmo sentido que o apontado pelos Liberais, e muitas vezes impunham pensamentos radicais de orientação de extrema-direita, e, portanto, permaneceram firmes na política colombiana, gerando uma onda de violência.

A onda de violência não poupou os campos da Colômbia, onde os confrontos não esperaram. Por um lado, os conservadores se armaram e batizaram grupos chamados Chulavitas, que, com a autoria das autoridades competentes e dos militares, poderiam acabar com os camponeses liberais ou quem se suspeitasse de sua participação. Suas táticas eram temidas, pois, por meio da força, da intimidação e de práticas sádicas, levando ao extermínio camponeses que se diziam participantes do grupo liberal. Os massacres, a queima de fazendas e plantações, bem como as ameaças levaram os liberais a organizarem seus grupos, e assim nasceram os guerrilheiros do ELN e das FARC, na década de 1960, inspirados na Revolução Cubana.

Os Liberais eram evitados por seus pensamentos e porque eram principalmente camponeses lutando para manter a terra, enquanto os conservadores eram vistos como uma posição mais superior e dominante. Essa divisão de liberais e conservadores demonstra não apenas uma parte política do país, mas também social. A disputa pelo poder chegou a definir quem poderia ter oportunidades de emprego,

saúde ou consumo, dependendo do lado que estivesse, e o cuidado que se devia ter em algumas cidades da Colômbia com a invasão, já que um liberal não podia entrar em um território ou trabalho do espectro Conservador. As famílias de Bogotá tinham o cuidado de não se misturar com partidos de oposição e, curiosamente, um liberal não podia se casar com um conservador, nem fazer negócios ou ter laços familiares.

Com o passar dos anos, os liberais começaram a tomar conta da cena política, pois vários de seus membros conseguiram se posicionar para a presidência. A sociedade colombiana teve que conviver com essa rivalidade marcante até o final dos anos 1990, quando surgiram mais partidos políticos alternativos, muitos desses grupos derivados de liberais e conservadores.

As classes sociais na Colômbia têm uma união especial com os partidos políticos. A rejeição do outro deve-se essencialmente ao seu pensamento ideológico, às suas posições sobre a política, e ao fato de algumas massas sociais estarem de um lado alternativo, e outras mais oligarcas à política mais tradicional e muitas vezes radical. O empoderamento na Colômbia tem sido visto por dois fatores: Violência e política, embora alguns se desculpem dizendo que a violência, assim como a guerra, é uma forma de fazer política, mas o fato é que muitos camponeses, indígenas e populações vulneráveis foram marginalizados e rejeitados na época da Violência por chamá-los de insurgentes e comunistas.

O classismo está enraizado no desprezo pela condição política das pessoas, e isso deriva de um distanciamento ou desprezo pela diversidade. Ainda existe um estigma social sobre a imposição de classe por meio da política e interesses particulares, manipulação e, claro, violência. O passado colombiano com os grupos conservadores e li-

berais dividiu o país por aquela força e luta política que eclodiu em uma guerra civil, desuniu colombianas e colombianos não só pela desigualdade de pensamento, mas também pelas condições sociais. Houve uma rejeição de comunidades vulneráveis que vieram para umas cidades para fugir do conflito em outras cidades, e por causa da herança do pensamento conservador das classes altas do país.

O classismo na Colômbia está indiscutivelmente sujeito à política por meio do ódio, do conflito armado interno e da concepção errônea de que a subclasse⁴⁹ colombiana era subversiva. Para complementar, surge uma pergunta: a política atualmente na Colômbia tem a ver com o classismo? Até certo ponto, sim. O classismo, como foi possível perceber nesta primeira etapa, é influenciado pela política, e apesar de hoje haver mais diversidade e participação política, ainda é excludente na medida em que deve incluir os povos e aqueles que não têm voz, como os marginalizados pela violência, que são os verdadeiros esquecidos do conflito.

É então que a política é classista, porque não vê além dos seus interesses, é discriminatória e ofensiva com as necessidades dos outros. Ele só atribui ouvir e receber às classes poderosas e aos que tendem a embarcar na corrupção. Diante disto, pode-se tirar três conclusões: a) O classismo pode ser visto muito claramente na política porque rejeita e marginaliza com seu poder; b) O passado da violência na Colômbia com os dois partidos políticos, o Liberal e o Conservador, traçou fortemente a linha de divisão que invadiu colombianos e colombianas para ajustá-los dentro das classes sociais; e c) Com o passar do tempo, o classismo ainda está sujeito na sociedade, novamente por meios políticos, a ganhar interesse com manobras corruptas.

A política mal elaborada é uma forma de classismo: apenas

⁴⁹ Na Colômbia existem três classes sociais: A classe alta, média e baixa.

para alguns ganharem e outros serem rejeitados. É a forma de separar o outro, de ignorá-lo, de escravizá-lo e dominá-lo para que seja obrigado a “cumprir” regras e regulamentos para que outros possam ganhar mais, e até a política pode acabar exterminando se seus interesses forem afetados, ou estiverem em risco.

Classismo como meio de empoderamento social

Na Colômbia ainda existe um classismo arraigado e intolerante. A Colômbia é governada socialmente por estratos: os estratos 1 e 2 são os mais baixos; 3 e 4 os médios; e 5 e 6 os mais altos e pertencem à classe social mais rica do país. Os estratos são de acordo com o tipo de moradia e as características que conseguem identificar o estrato social, mas nas áreas, e especialmente em Bogotá, existem estratos setorizados. Os dos estratos 1 e 2 vivem na zona sul da cidade; os dos estratos 3 e 4 são mais adequados a vários locais, mas especialmente a noroeste; e estrato 5 e 6 em sua maioria no Norte. Assim como a cidade é dividida em setores, a cidade também é dividida entre os mais necessitados e os mais ricos.

A necessidade do outro, do cidadão que vive na marginalidade, na pobreza e na luta constante para ganhar o que é seu no dia a dia, se reflete no poder aquisitivo da classe alta. Mas não é tanto a parte econômica e os poderes que a classe alta teme, mas sim as condições e enfrentamentos existenciais da classe baixa, e até da classe média também. Não é segredo que os mais fracos da sociedade são os que devem sustentar uma vida cheia de sacrifício, trabalho e sofrimento, sujeitos à discriminação. Na Colômbia, a sociedade de classe baixa é discriminada.

Em Bogotá, a parte estética de suas ruas indica o estrato e alerta o tipo de classe social que um caminhante pode ser. A esté-

tica também revela a classe social e os belos contrastes com a base na estratificação. Os deslocados pela violência em vários territórios da Colômbia chegaram principalmente a Bogotá, e com ela as dores da guerra. A maioria deles teve que se estabelecer em bairros hostis e começar a trabalhar em empregos muito superficiais para progredir; mas foram rejeitados e desconhecidos pelo governo colombiano, não foram levados em consideração e foram tornados invisíveis pelas autoridades competentes. A ruptura social com os estratos vai além, e se torna não só uma discriminação econômica, mas também uma rejeição da condição do outro. O desprezo pelo diferente, pelo que é escasso e marginal, é latente.

Por outro lado, o classismo torna as aparências fundamentais para o estrato superior, e isso leva a uma crise emocional e existencial. O classismo não só causou uma lacuna social, além disso, quebrou o estado mental, pois o caos das aparências leva ao sofrimento interior, ao desconhecimento do ser que traz sofrimento e, muitas vezes, infortúnio⁵⁰. Em Bogotá, em meados do século XX, novamente com a questão do deslocamento forçado, muitas famílias do campo vieram para a cidade devido à violência que as obrigou a se mudar. Muitas das camponesas tinham como única opção trabalhar como empregadas domésticas para famílias ricas de estratos elevados. O povo do campo sofria com o confronto entre o exército e a guerrilha colombiana, e chegava às grandes cidades para pertencer a um estrato inferior ou para ser invisível perante a sociedade.

O classismo tem poder graças à marginalidade; A pobreza fortalece as classes sociais altas e elas mesmas não seriam nada sem as classes baixas e marginais que trabalham arduamente para os magna-

⁵⁰ Faz sentido comparar o classismo como uma doença mental, que estimula o ódio, a discriminação e leva ao descaso emocional. Nos últimos anos, houve escândalos na Colômbia envolvendo famílias da “alta sociedade” que fogem da lei por fraude e suborno.

tas e os donos de grandes empresas, lembrando-nos que, ainda como séculos passados com os vassalos e os burgueses, as classes mais baixas são submetidas ou escravizadas para fornecer lucros aos mais ricos. É a noção capitalista que não cessa.

Os estratos são as marcas que cada cidadão na Colômbia tem para saber quais são as condições dentro do sistema e, embora seja uma estratégia para o apoio territorial das cidades, é paradoxal que seja a imposição para cada um dos habitantes saber qual posição lhe corresponde e com o que deve contribuir como cidadão.

Os mecanismos de poder concentram-se no empoderamento das classes populares e trazem um conflito interno para os dominados; as oportunidades são escassas e as opções econômicas são limitadas. Educação e saúde não são direitos dessa classe marginal; São luxos que devem ser obtidos com esforço. Não apenas a classe baixa sofre com a escassez de suas possibilidades; a classe alta sofre por suas próprias aparências. O engano de fingir ser perfeito é uma norma que ocorre no classismo. Essa fachada classista herdada da Europa inundou as mentes das famílias da alta sociedade colombiana para se concentrar na riqueza e abandonar seu próprio ser, e ignorar suas raízes e origens. Hoje em dia ainda falta o conhecimento e resta um orgulho íntegro com ares de superioridade que, afinal, é um pensamento fantasioso e irreal.

A população colombiana é discriminada por raça, gênero, modo de pensar e classes sociais, e os estratos que classificam os espaços urbanos, de uma forma ou de outra encenam as diferenças sociais. Na sociedade, é notável o desconhecimento do outro, como indicou Germán Ayala Osorio:

Nesse caminho, odiar ou sentir repulsa pelo Outro diferente tornou-se uma paisagem na Colômbia.

Não importa se começamos a odiar os negros, os índios, os camponeses; ou homossexuais, de esquerda, e até poetas, usuários de maconha, guerrilheiros ou nadaistas. O que é realmente importante é reconhecer que começamos a processar os ressentimentos a partir do lugar que cada um dos anteriores cumpriu, e outros que se podem acrescentar a esta dolorosa lista, ou do lugar, em termos de reconhecimento, que pretendiam ocupar. chegar dentro de uma sociedade pouco dada ao diálogo discussão das diferenças⁵¹.

O classismo na Colômbia trouxe caos para a comunidade e caos mental. O conflito das massas se vê em todos os lugares: no trabalho, na família, nas relações sociais... uma forma de dominação que continua válida no século XXI na Colômbia.

O casamento entre corrupção e classismo na Colômbia

A Colômbia teve que lidar com a corrupção por muitos anos, e o pior é que ela está entre as leis e a ordem. A corrupção na Colômbia tem a ver com um problema de ética e valores, em que a ganância pela posse atingiu um nível muito alto. A corrupção hoje se disfarçou para penetrar em várias esferas da cultura colombiana. Sabe-se que os anos 1980 e 1990 foram sombrios para o país em termos de tráfico de drogas, escala de violência e perseguição política sofrida por jornalistas, ativistas, partidos políticos e opositores de ataques de narcotraficantes e seu empoderamento. O narcotráfico era o símbolo mais visível da corrupção na Colômbia e deixou um legado difícil de erradicar.

A corrupção forjou a armadilha, a desonestidade, a facilidade; a educação, a política e a saúde estão contaminadas por esse mal

51 <https://www.laorejaroja.com/entre-el-racismo-estructural-el-clasismo-y-el-arribismo/>

que não para de interferir até nas menores coisas. As más influências corruptas ocupam uma posição muito valiosa dentro das instituições e têm sido um ímã para os assuntos de Estado. Homens e mulheres colombianos estão envolvidos em corrupção em suas vidas diárias; no trabalho, nas relações sociais e até na família, há legados de corrupção que prejudicam a mente de todos e levam a tomar decisões, não de acordo com a moral, mas por conveniência.

O classismo é casado com a corrupção, porque as grandes empresas são administradas por famílias e controlam grande parte da política colombiana. É um fenômeno que ocorre há muitos anos; uma das famílias mais ricas controla a mídia, lojas e supermercados do país, e tem ligações, em alguns casos, com escândalos de corrupção. Essas famílias com carreirismo e pedantismo são a marca do classismo. O carreirismo é uma das características do classismo e, em alguns casos, proporciona corrupção para progredir na vida de forma rápida e contundente. Por isso, hoje, com um governo de esquerda e alternativo, o classismo se sentiu ameaçado, e assumiu uma posição de oposição radical para intervir nos assuntos do Estado, e são grupos políticos majoritariamente de direita. Mais uma vez, o professor Germán Ayala Osorio indica como esse fenômeno classista saiu em defesa:

Com a chegada ao poder de Gustavo Petro e o empoderamento de membros de comunidades historicamente marginalizadas e vistas como “inferiores” (negros, camponeses, indígenas e moradores pobres de bairros das principais cidades do país), o ódio pode consolidar-se nestes “grupos superiores” que perderam o poder político, rumo aos que hoje gozam do privilégio de serem reconhecidos pelo Presidente da República. Precisamente, esses “grupos superiores” foram por muito tempo a fonte de onde foram fundados os elementos e valores sobre os quais o classismo, o carreirismo e o racismo.

Os sujeitos do classismo influenciam o tráfico de influência e a má conduta social, que atrapalha a ética e maneja as conveniências à sua maneira. Mais uma ideia: a Colômbia tem um problema social que envolve todos os estratos devido à cultura do dinheiro fácil. A má influência deixada pelo narcotráfico tem feito com que a cultura em muitos âmbitos pareça estar lucrando sem esforço, sem necessidade de esforços educativos e sem se preocupar com a formação pessoal.

A mídia, as questões culturais e até a música têm sido responsáveis por conscientizar os jovens sobre a facilidade de obtenção de renda sem a necessidade de preparação educacional. Aí você pode ver até que ponto a corrupção é o caminho para espalhar um falso classismo. Ayala Osório deixa uma reflexão:

É improvável que depois de quatro anos de um governo progressista próximo aos históricos «ninguéns e ninguéns»⁵² uma mudança substancial nas relações sociais seja alcançada. Pelo contrário, uma vez que os harpistas do classismo, carreirismo e racismo voltem ao poder, é mais provável que a hostilidade de mão dupla aumente e se transforme em formas piores de violência, já que a relação amigo-inimigo continua e permanecerá em vigor até se dar uma profunda mudança cultural que minimiza os riscos sempre latentes da convivência.

Este governo atual deve mostrar que aqueles que eram considerados isolados e rejeitados podem agora contar com visibilidade e ocupar cargos justos, restaurando uma filosofia de paz e ética moral tão necessária. É lutar contra a rejeição do outro, contra aquela indiferença social que tanto marcou e prejudicou a sociedade colombiana. A lição histórica deixada pelo tema do classismo na Colômbia é que

52 O termo “ninguém” refere-se às minorias na Colômbia: afrodescendentes, grupos indígenas, estratos 1 e 2, mulheres e grupos raizais.

ele está se tornando cada vez mais empoderador e, embora o atual governo possa combatê-lo ou não, é tarefa de cada cidadão estabelecer limites e empreender sua vida pela ética e pela moral.

O “Serviço Social está aparelhado, mas, não é monopólio da esquerda”⁵³

Em 15 de agosto de 2022, no canal do *Youtube* Chamariz, Carolina apresentou com euforia o professor pós-doutor em Serviço Social Eduardo, que atua na área desde a graduação. A entrevista intitulada Serviço Social não é monopólio da esquerda, que ela conduziu, teve como foco evidenciar que ser conservador não é sinônimo de atraso, e, por meio do livro lançado por seu convidado, buscou derrubar alguns – assim denominados – mitos ao longo da entrevista.

_ [...] Que falácias e mitos são esses relacionados à área de Serviço Social? Pergunta Carolina.

Responde o professor: _ [...] As falácias e mitos estão relacionados principalmente à história do Serviço Social no Brasil. A primeira formação foi em 1936 pela Igreja Católica, que teve uma forte influência principalmente da filosofia tomista e de valores cristãos, isso vai até o final dos anos 70, quando inicia o processo de infiltração [...] que é o sequestro da profissão pela esquerda né, e quando ela assume o poder né, numa falácia, a primeira delas é, não que nós queremos pluralidade, queremos democracia, mas na verdade, quando assumiu o poder ela assumiu o poder de tudo, dos Conselhos Federal, Estaduais, das universidades, dos setores políticos e sempre de lá pra

53 Crônica baseada em fatos. A conversa aqui exposta é real, ocorreu durante uma live de um canal conservador. Os nomes foram trocados, mas o diálogo segue literal.

cá dos anos 80, vivemos literalmente no Serviço Social uma ditadura, aonde exatamente não se tem, se discursa muito né, que há pluralidade, que há democracia, mas na verdade o Serviço Social brasileiro já, desde a década de 80, se afastou e muito né, do que é o Serviço Social enquanto uma ciência social aplicada com fins exatamente de beneficiar a vida das pessoas, de dar acesso aos serviços, de contribuir com a cidadania dos sujeitos né, e o que se tem de fato, na verdade, é um sequestro literalmente da profissão, é, e entre elas essa é uma das falácias que está aqui no livro, que pra ser Assistente Social você só pode ser de fato Assistente Social se você for de esquerda e, portanto, defensor das ideias de Karl Marx, e, por exemplo, do projeto político da profissão que hoje é lutar por uma nova ordem societária, ou seja, a implantação do comunismo e do socialismo e da ideias socialistas né. Fala-se, por exemplo, uma falácia de que essa nova ordem societária seria uma ordem sem discriminação, sem julgamento, sem discriminação, só que, basta você ser contra, como eu venho fazendo já há 30 anos, que você é perseguido, você é desqualificado, hoje o termo mais usado é cancelado né, e você não tem de fato, por exemplo, o código de ética diz que tem pluralidade, mas pluralidade pra eles é entendido somente assim, se você for marxista gramsciano. Eu converso com você porque eu sou marxista leninista, mas se você vem com uma outra teoria, com outra abordagem, aí você já é conservador, e conservador é sinônimo de, daquelas pessoas que estão de acordo com o mal, com a opressão, com a exclusão, com o preconceito...

Cristina lhe interrompe e acrescenta: – é, eles tentam associar a palavra conservador, porque ela remete ao verbo conservar né, a algo retrógrado, a querer voltar ao passado, e desprezando, inclusive, todo o legado deixado pelos nossos antepassados e que merece ser valorizado e preservado quando funciona, obviamente né, a gente

quer progredir, é, naquilo que não está funcionando, mas preservar o que funciona, e parece que há uma tônica de destruição do outro lado, inclusive, destruição de quem pensa diferente, esse cancelamento mesmo, essa perseguição. Eu imagino que o senhor sofra no ambiente universitário. Já entrevistei outros professores aqui, inclusive autores de livros, entregando, revelando o que acontece no ambiente universitário, não à toa existe dissidência, como em vários órgãos também existem os conservadores agora né, os docentes pela liberdade, existe inclusive na área universitária mais de uma associação de professores conservadores, até pra tentar colocar nas bibliotecas, é, livros de autores conservadores, para que se possa ampliar o pensamento, porque parece que ficou realmente tudo muito aparelhado e muito limitado né. Me descreve um pouco como é que é o ambiente universitário, em que o senhor está inserido? Perguntou Cristina.

– [...] Vou dar um episódio que aconteceu, inclusive, logo depois da eleição de 2018, em uma reunião com mais de 20 professores e professoras do mestrado, que eu dou aula no mestrado e na graduação, e todo mundo ali né, preocupado porque o Bolsonaro tinha ganhado a eleição, eis que um professor né, extremamente comprometido aí com o Movimento Sem Terra, sindicato [...] ele diz “olha, está todo mundo aqui meio preocupado escolhendo as palavras, eu vou falar o que eu penso, porque estou engasgado, e a questão é o seguinte, a universidade é minha trincheira e se eu não puder aqui lutar meu projeto de sociedade, eu vou sair daqui e vou pescar” [...] Só pra ilustrar, quer dizer, é uma trincheira [...] pois a minha fala, inclusive foi, ó professor, eu ou o senhor estamos em algum lugar errado, porque eu estou numa universidade pública de um estado de direito, aqui não é trincheira, eu não estou em luta, estou aqui para poder contribuir com o avanço da ciência e a formação de profissionais éticos, humanos

e competentes, não é, então na cabeça deles a universidade é um espaço de luta né...

Mais uma vez o entrevistado é interrompido por Cristina: – é aquele pensamento, desculpe te cortar né, professor, mas é aquele pensamento que a gente ouve muito de professores conservadores, os que ousam falar, porque a gente sabe que a represália vem e vem forte, é de que o professor universitário atualmente ele é um formador de militantes, e ele não tá preocupado efetivamente em entregar para a sociedade profissionais capacitados, sensíveis, comprometidos com o avanço do país e das pessoas como um todo, e sim em militar e impor a sua ideologia também na sua área de atuação no mercado de trabalho [...].

Continua Eduardo. – Só que o pior é que o profissional do Serviço Social é um profissional de intervenção, de prática, e o que é que acontece hoje, tem um colega aqui na região oeste que ele brinca [...] só essa nova geração, mais doutrinada, viraram profissionais ao, ao, né ao médico, ao psicólogo, ao... Só encaminha e nunca de fato faz nada, por quê? Porque é uma mera reprodução de narrativa e de posicionamento meramente político. A coisa chegou num nível tão ruim, tão ruim, que eu acompanho os alunos depois de formados, tem alunos que não conseguem fazer um projeto, né, para captação de recursos. Outro dia me ligou uma aluna e falou, professor eu preciso entrevistar uma criança, como que eu faço? Então fica quatro anos, e não sabe fazer isso [...] Uma aluna de quarto ano né, fazendo supervisão com ela, quando ela precisa fazer uma tarefa lá e eu estimulando ela a pensar em que instrumento ela podia utilizar para fazer aquilo né, e aí por fim eu tive que falar, falei não, quando você tem que mudar o sistema de atendimento nesse órgão, a sugestão, é primeiro fazer um fluxograma de como está sendo, ver aonde está tendo o problema e

sugerir um fluxograma melhor né. Ela virou para mim e falou, professor olha, se o senhor me perguntar alguma de Marx, se eu não souber de cor, eu vou lá na biblioteca e pego o livro pro senhor, agora, eu não sei o que é um fluxograma...

Após alguns minutos de fala, segue Eduardo com outro assunto: considerações sobre o método utilizado no Serviço Social. – [...] Se comparar o Serviço social brasileiro com o Serviço Social internacional e a minha experiência em Portugal de um ano fazendo pós-doc lá, eu tive essa oportunidade de fazer essa constatação né, nós estamos é extremamente é, isolados, né, por exemplo aqui tem esse livro aqui (mostra o livro) que é quase que um manual que eles usam lá pro curso, ele vai tratar de metodologia, vai tratar de técnica né, também tem a visão crítica radical lá, mas o aluno sai minimamente preparado lá, nós aqui perdemos, é por exemplo, o Serviço Social tradicionalmente ele tinha três métodos, caso, grupo, comunidade, isso foi acabado nos anos 80, e no mundo se criou o método único, ou modelos de intervenção que têm várias abordagens, fenomenológica, estruturalista, psico-analítica, só que aqui no Brasil, destruiu esses três métodos, não desenvolveu o método único, proibiu né, praticamente de ter acesso à literatura estrangeira, não temos mais nada há mais de 40 anos e o que se instituiu é até vergonhoso falar isso num canal público como o teu, mas hoje se fala que o método do Serviço Social é o materialismo histórico dialético, né, que nem método científico é considerado na comunidade científica séria. Há quem vai dizer que é um método científico, mas, em verdade, se muito for é um método de análise. E aí aluno sai, como é que aplica né, eu gosto de provocar os alunos, tá como é que se aplica isso lá na prefeitura, no trabalho de assistência social, eu fiz essa provocação para uma aluna de quarto ano, aí ela falou assim “Ah, eu tenho uma situação que foi aplicado o

método dialético”, a bom então fala, “As minhas supervisoras, numa discussão com o prefeito, elas conseguiram garantir a bolacha e a pipoca na cesta básica.” Eu falei, tá mas onde que está isso? Dialética? Revolução, transformação da sociedade? Não vamos desprezar o mérito, a qualidade de uma cesta básica tem que ser boa, mas veja, não tem coerência, não tem congruência entre o que se diz e o que se fala...

A entrevista segue abordando outras questões, mas o arremate foi de que os profissionais estão tendo uma formação ideologizada e não possuem capacidade técnica, acabando por desumanizar o atendimento. Nas palavras de Eduardo, ainda nessa entrevista, “a visão crítica, ela criou um processo de despersonalização e de deterioração da capacidade de humanização do atendimento”.

Cristina e Eduardo são orgulhosos na defesa do pensamento conservador, e afirmam que há uma inconstitucionalidade no código de ética do Serviço Social, quando este afirma que o profissional do Serviço Social tem que se comprometer com a classe trabalhadora, é inconstitucional na medida em que define uma predileção política e ideológica. E finalizam a live, apontando que o Serviço Social é apenas mais uma área tomada pela esquerda e doutrinadores, ideólogos marxistas.

Considerações Finais

Em vias de conclusão, o que se tem chamado de crescente onda de conservadorismo, na verdade pode ser compreendido como um movimento cíclico de um fenômeno que sempre esteve presente, por ter sido forjado no processo de gênese da sociabilidade burguesa.

Em momentos de crise do capital, torna-se a ponta de lança, lançada na direção das relações sociais. O que fica na superfície, no entanto, não é devidamente captado pelos analistas que apreendem apenas a natureza fenomênica da questão social. O processo de produção do mais valor, que gera desigualdades, antagonismos e tensões, produz corolários ideológicos que ajudam a manter o manto de névoa sobre a dinâmica social, prejudicando sua elucidação crítica.

Classismo e conservadorismo são duas faces da mesma moeda, que adentram todos os âmbitos da vida social, de modo disruptivo, e o Serviço Social não está imune a esse caldo cultural degenerado. Não se trata de mera abordagem discursiva, ou de simples exercício de liberdade de expressão: as expressões do conservadorismo, no Serviço Social, colocam para a atuação profissional diversos desafios, dentre eles a compreensão de que a atuação crítica, acostada pela análise radical da realidade, pode ser uma forma de combate às expressões visíveis do conservadorismo, mas é preciso bem mais que isso para romper a lógica destrutiva por trás de seus nexos causais.

Referências

AYALA OSORIO, G. **Entre el racismo estructural, el clasismo y el arribismo**. <https://www.laorejaroja.com/entre-el-racismo-estructural-el-clasismo-y-el-arribismo/>

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª edição, HUCITEC, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Trad. CASTANHEIRA, Paulo Cezar; LESSA, Sérgio. São Paulo: Boitempo, 2006.

SANTOS, Mônica Regina Nascimento dos. **A (des)igualdade no**

processo de acumulação de capital na formação socioeconômica do Brasil. 2022, tese de doutorado, Faculdade de Serviço Social, UFAL.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Anotações sobre a história social dos direitos humanos**. São Paulo, 1998. Disponível em www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado1.htm, acesso em janeiro de 2020.

3.3 Trabajo Social na Argentina: notas sobre origem, reconceituação e contemporaneidade

*Gabriel Magalhães Beltrão*⁵⁴

*Filipe Silva Neri*⁵⁵

Introdução

Neste artigo, abordamos o Trabajo Social⁵⁶ na Argentina, discorrendo sua origem, a participação da profissão no Movimento de Reconceituação latino-americano e apresentando elementos ao debate contemporâneo. Para isso, partimos de um estudo qualitativo de revisão de literatura, por meio da qual ana-

54 Professor de Sociologia do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Graduado em Ciências Sociais (UFAL), Mestre em Sociologia (ICS/UFAL) e doutorando pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente/FSSO/UFAL. E-mail: gabrielmbeltrao2@gmail.com

55 Assistente Social. Bacharel em Serviço Social (UNILA). Mestre em Serviço Social e Política Social (UEL). Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Bolsista Demanda Social CA PES. E-mail: filpe.neri07@gmail.com.

56 Até o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano – ocorrido entre os anos de 1965-1975 – a profissão na Argentina era denominada de Serviço Social. Daí em diante seu nome foi mudado para Trabajo Social, “como uma forma de demonstrar a ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador” (Moljo, Silva, Zampani, EM PAUTA, n° 40, v. 15, 2017, p. 128). Neste artigo será utilizado o termo Trabajo Social, excetuando-se quando se tratar de citação.

lisamos produções científicas que tratam da temática proposta.

Assim, para a realização do estudo, considerando que a profissão tanto na Argentina quanto nos demais países da América Latina não é descolada da realidade social, foi importante discorrermos, mesmo que de forma propedêutica, sobre a constituição sócio-histórica argentina, sem desvinculá-la da formação sócio-histórica da América Latina. Portanto, por razões de cronologia e importância para a compreensão da profissão no interior da totalidade complexa da sociedade argentina, o estudo segue articulado em três momentos indissociáveis.

No primeiro momento discorremos sobre as condições histórico-sociais que possibilitaram a emergência do Trabajo Social na Argentina nas primeiras décadas do século XX, as transformações ocorridas na economia, na sociedade e na vida política no país estudado e que levaram à necessidade de se operar uma ruptura com as protoformas da profissão. Consideramos que, desde sua origem, o Trabajo Social argentino esteve imerso no tensionamento ideológico inerente à sociabilidade burguesa, entre uma prática eminentemente reprodutiva da ordem societária e uma prática profissional que, sintonizada com as demandas populares, busca implementar as políticas sociais estatais acentuando as possibilidades existentes em cada momento histórico.

No segundo momento, apontamos as condições socioeconômicas e políticas que tensionaram muitos profissionais *trabajadores sociales* argentinos a contestarem o Trabajo Social tradicional nas décadas de 1960 e 1970, no que ficou conhecido como Movimento de Reconceituação latino-americano. Este fecundo movimento de revisão das bases teóricas e profissionais tradicionais, ainda que modernizadas no bojo do desenvolvimentismo, foi abortado em 1976 com a ditadura militar que se

abateu sobre a Argentina e nos demais países da América Latina.

Por fim, tecemos considerações sobre as mudanças econômicas, sociais e políticas vivenciadas na Argentina desde a década de 1980, e que impactaram nas expressões da “questão social” vivenciadas no país. No seio do Trabajo Social, estas profundas alterações na totalidade e dinâmica social da Argentina não encontraram na profissão condições de possibilidades para uma superação dos seus limites teóricos e profissionais durante a redemocratização, operando-se um “retorno ao passado” – leia-se, ao Movimento de Reconceitualização – que bloqueou as necessárias rupturas teórico-metodológicas e profissionais exigidas pelo presente. O resultado concreto tem sido um Trabajo Social argentino marcado pela profunda heterogeneidade.

Esperamos que as considerações e aproximações aqui traçadas possam contribuir ao debate e à difusão da produção do conhecimento no campo do Trabajo Social/Serviço Social crítico na América Latina.

Emergência do Trabajo Social na Argentina

Para debater o Trabajo Social na Argentina, faz-se necessário discorrermos sobre os determinantes sócio-históricos da sociedade nesse país. Isso decorre do entendimento dos autores da necessidade de identificar e indicar os acontecimentos que incidiram sobre a história argentina e que marcaram a gênese, o desenvolvimento, da profissão.

A formação socioeconômica argentina, desde as primeiras décadas do século XX, contava com um setor urbano-industrial relevante e em expansão, ainda que ancilar ao setor primário-exportador. Na Argentina, “o censo de 1920 registra mais de 13.000 estabelecimentos industriais, com uma ocupação total superior a 310.000

pessoas” (Furtado *apud* Bambilra, 2013, p. 56). Desde as décadas finais do século XIX – época do apogeu da exportação primária para a Europa no bojo da Segunda Revolução Industrial – foi se constituindo um mercado interno de bens de consumo leve que foi, progressivamente, abastecido pela produção industrial doméstica. A constituição de relações de produção *tipicamente capitalistas* ainda no século XIX foi a base objetiva que permitiu o desenvolvimento da industrialização nas cidades argentinas⁵⁷. A proletarianização no trabalho agrícola e o êxodo rural⁵⁸ abasteceram enormemente a Grande Buenos Aires que, em 1942, possuía cerca de “quatro milhões de habitantes, já era uma das seis maiores cidades do mundo, superada na América apenas por Nova York e Chicago” (Peña, 2012, p. 470). Destes quatro milhões de habitantes, 700 mil eram operários industriais, dos quais 200 mil eram sindicalizados (Peña, 2012).

A apreensão destas determinações sócio-históricas é importante para a compreensão do Trabajo Social, uma vez que “[...] somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sociopolíticos e teórico-culturais [...] que

57 Seguimos aqui a tipologia de Vânia Bambilra para diferenciar os países dependentes latino-americanos. Em linhas gerais, segundo a autora, países como Argentina, Brasil, Uruguai, Chile, México e Colômbia seriam de *Tipo A*, pois tinham iniciado a industrialização ainda na virada de século, com a aceleração da substituição de importações durante o entreguerras. Outros países, diversamente, os de *Tipo B*, iniciaram a industrialização apenas após a II Guerra Mundial, já no bojo da exportação de capitais dos países imperialistas, especialmente dos EUA. Cf. *O capitalismo dependente latino-americano*, Insular, 2013.

58 Segundo dados fornecidos por Milcíades Peña em *Historia del Pueblo Argentino*, “os pequenos proprietários perdiam as suas terras. Em 1914, 63% dos produtores rurais eram proprietários de sua parcela, em 1937, somente 37%. Esta crise agrária atua como uma bomba impulsora, engrossando ao proletariado industrial um contingente cada vez maior de trabalhadores rurais que emigram desde o interior para a Grande Buenos Aires, onde já em 1935 se encontravam 66% dos capitais investidos em fábricas” (2012, p. 463).

se instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão” (Netto, 2005, p. 69).

Entre as protoformas do Serviço Social e seu estabelecimento enquanto profissão há relação de continuidade, entretanto “coexiste com uma *relación de ruptura* que, esta sim, se instaura como decisiva na constituição do Serviço Social enquanto profissão” (Netto, 2005, p. 71). Ou seja, não foi a “simple evolución de las formas de ayuda que pasaron a institucionalizarse, adquiriendo un rango ‘científico’, sino que es un proceso que se inscribe en la dinámica de la historia de la sociedad capitalista, atravesada por la lucha de clases” (Oliva, 2006, p. 74). Na mesma toada, afirma Pagaza (2019):

Partimos da tese de que o Serviço Social se institucionaliza como profissão na sociedade moderna, quando a questão social e a expansão das políticas sociais são explicitadas. Esta tese se opõe à concepção evolucionista que levanta a origem do serviço social como parte de um processo de modernização da intervenção, partindo da caridade para a assistência organizada que se explicita no Estado moderno (Pagaza, 2019, p. 169).

O avanço das relações sociais de produção tipicamente burguesas – potencializadas pelas “ondas imigratórias” de europeus para a Argentina de “meados do século XIX às primeiras décadas do século XX – produziram rupturas” (Pagaza, 2019, p. 169), movimentos contraditórios típicos da sociedade capitalista, que serviram de base para o surgimento do “trabajo social” enquanto profissão inserida na “divisão social (e técnica) do trabalho” (Netto, 2005, p. 73).

A recrudescimento das expressões da “questão social” – “*corolário (necesário)* do desenvolvimento capitalista em todos os

seus estágios” (Netto, 2005, p. 157) – na sociedade argentina⁵⁹ resultou na institucionalização do Trabajo Social, com o surgimento em 1924 da primeira Carreira de Visitadoras de Higiene Social e em 1930 da Escola de Serviço Social, ambas ligadas à Universidade Nacional de Buenos Aires (Oliva, 2006, p. 75), imerso num contexto de forte tendência sanitária. Observamos que:

El espacio ocupacional del trabajo social, desde el origen, se fue estableciendo en torno a las funciones de asistencia, gestión y educación, presentándose simultáneamente y con distintos grados de articulación. Estas funciones se han orientado con objetivos de modificación sobre las prácticas y conductas de las clasetrabajadoras [...] las formas de asistencia y educación preexistentes a la formación de profesionales, en tanto las actividades de esas esferas serán en gran medida asumidas por el campo profesional del trabajo social (Oliva, 2006, p. 75).

A industrialização e a agudização da luta de classes foram tornando anacrônicas as instituições filantrópicas da Igreja e da Sociedade de Beneficência⁶⁰, marcadas pelo traço caritativo e pela abordagem individualizada⁶¹. O movimento operário argentino exigia, diversamente, um “caráter coletivo de suas demandas” (Idem, p. 76), o que

59 A questão social na Argentina aparece no início do século XX e se manifesta em acentuadas desigualdades sociais que vão delineando o modo de organização e interpretação do social (Pagaza, 2019, p.169).

60 Esta entidad fue creada en 1823 por el presidente Bernardino Rivadavia y estuvo dirigida por las “damas” de la élite de Buenos Aires (Oliva, 2006, p. 76).

61 *Substantivamente, a ruptura se revela no fato de, pouco a pouco, os agentes começarem a desempenhar papéis executivos em projetos de intervenção cuja funcionalidade real e efetiva está posta por uma lógica e uma estratégia objetivas que independem da sua intencionalidade* (Netto, 2005, p. 71).

resultou em respostas por parte do Estado argentino, buscando cobrir as necessidades dos operários de forma dissociada do salário. Criam-se instituições públicas de saúde, educação e moradia, que, segundo Oliva (2006), têm relação direta com o surgimento do Trabajo Social.

Já no início do século XX, a Argentina contava com inúmeras instituições públicas destinadas a “dar respuestas o buscar alternativas de distinto orden para enfrentar la ‘cuestión social’” (Oliva, 2006, p. 78). Nestas, observa-se uma ruptura com as protoformas do Trabajo Social: os sujeitos envolvidos convertem-se em *assalariados executores de políticas sociais* (Netto, 2005, p. 74), condição antinômica com a anterior natureza voluntária e caritativa. Os trabajadores sociales argentinos passam a ocupar, portanto, um espaço na divisão sociotécnica do trabalho. A função educativa dos profissionais do Trabajo Social nessas instituições não era, entretanto, desprovida de contradições⁶², que envolviam a forma como se abordar a questão da higiene, seja pelo disciplinamento requerido pela burguesia, seja via reivindicações dos trabalhadores.

No seio da divisão sociotécnica do trabalho, no interior dessas instituições públicas, aos profissionais do Trabajo Social eram exigidos o cumprimento do papel de “visitadoras de higiene social”, focando comumente nas mulheres. Tais tarefas educativas buscavam transferir a responsabilidade da saúde para os próprios

62 A estrutura mesma dessa profissionalidade, todavia, contém possibilidades que oferecem efetivas margens para movimentos alternativos no seu interior: nas mediações que o Estado vê-se compelido, pela ação de classes e frações de classes, a introduzir no trato sistemático das refrações da “questão social”, o Serviço Social pode desincumbir-se das suas tarefas contemplando diferencialmente os vários protagonistas sócio-históricos em presença. A opção por um tratamento privilegiado de qualquer um deles, porém, não é função de uma escolha pessoal dos profissionais – ainda que a supunha, é variável da ponderação social e da força polarizadora dos protagonistas mesmos (Netto, 2005, p. 79).

trabalhadores, obnubilando a necessidade de o Estado garantir condições de habitação, alimentação, atenção médica, dentre outras, que proporcionassem uma efetiva prevenção das enfermidades.

Conforme Oliva (2006, p. 85), “La prevención ha constituido uno de los íconos de la función educativa asignada al trabajo social”. Desde sua origem enquanto profissão, os trabajadores sociales estão imersos na contradição que associa ou desassocia educação e assistência. Enquanto profissionais inseridos na divisão sociotécnica do trabalho, são constrangidos a enxergar na “educação sanitária uma bandeira de prevenção que não requer maiores recursos”, ao passo que as contradições da luta de classes, a luta dos trabalhadores, iluminam a necessidade de associar educação com assistência, investimentos necessários para prover os trabalhadores dos recursos necessários ao fomento da higiene.

Segundo Pagaza (2019), no período compreendido entre 1880 e 1930 as instituições públicas “caracterizavam-se, principalmente, por considerar que a *questão social* era um problema de ‘ordem’ e ‘controle social’, como um problema de polícia. Apenas a partir da década de 1940, com a agudização da luta de classes, “a questão social passa a ser um problema político”. Esta compreensão refletia-se, portanto, nas instituições públicas de intervenção nas refrações da questão social, que, por sua vez, moldavam a origem da intervenção profissionalizada do Trabajo Social.

A compreensão “positivista, biologizante e religiosa da questão social” (Pagaza, 2019, p. 170) era hegemônica no pensamento social argentino, consubstanciando-se em instituições públicas e na prática dos profissionais do Trabajo Social. Entretanto, esta forma de encarar a questão social não excluía dos profissionais os conflitos, as contradições da luta de classes, por ela sintetizada nas

“formas de intervención contrapuestas entre los profesionales insertos en todo el espectro de instituciones” e que opunham a associação ou dissociação da educação e assistência (Oliva, 2006, p. 85).

A partir de 1943 com a emergência do governo Perón, refletindo o esgotamento dos padrões de acumulação e de dominação então vigentes⁶³, a questão social se explicita como parte da função do Estado com a ação social se expandindo via políticas sociais, particularmente das políticas de assistência social (Pagaza, 2019). Neste contexto, “a intervenção profissional também amplia sua ação profissional, não só pelo crescimento das carreiras de serviço social, mas também pela legitimidade adquirida por sua dimensão sócio-ocupacional” (Pagaza, 2019, p. 171).

A política desenvolvimentista conduzida pelo peronismo acelerou as mudanças econômicas e sociais na sociedade argentina, marcadamente o aprofundamento da industrialização e da urbanização, que já vinham adquirindo relevo com a imperiosa substituição de importações no período de entreguerras. As transformações econômicas, sociais, políticas e culturais vivenciadas entre os anos 1930-1950 explicam a ampliação da intervenção profissional do Trabajo Social na sociedade. Importante frisar, entretanto, que esta

63 As transformações operadas na estrutura econômica nesse período [décadas iniciais do século XX, especialmente durante o entreguerras] se expressam, socialmente, no surgimento de uma nova classe média – isto é, de uma burguesia industrial diretamente vinculada ao mercado interno – e de um novo proletariado, que passam a pressionar os antigos grupos dominantes para obter um lugar próprio na sociedade política. O resultado desencadeado por esse conflito é [...] um compromisso [...] através do qual a burguesia se estabiliza no poder, em associação aos latifundiários e aos velhos grupos comerciantes, ao mesmo tempo em que estabelece um esquema particular de relação com o proletariado. Neste esquema, o proletariado será beneficiado por toda uma série de concessões sociais (concretizadas sobretudo na legislação trabalhista) [...] e, por outro lado, será enquadrado em uma organização sindical rígida, que o subordina ao Governo, dentro de um modelo de tipo corporativista (Marini, 2012, p. 75).

consolidação da profissão no período não se deu *pari passu* a uma ruptura com o Trabajo Social tradicional, “aquele estruturalmente vinculado às protoformas desta profissão” (Moljo *et al.*, 2017 p. 119). Segundo os autores, foi entre os anos 1960 e 1970 que se processou, em alguns países da América Latina, o chamado Movimento de Reconceituação⁶⁴, o qual não pode ser “unicamente explicado a partir de um movimento interno à profissão (reeditando certo tipo de endogenia)⁶⁵” (Moljo *et al.*, 2017, p. 120). O “Movimento de Reconceituação na América Latina e as tendências renovadas [...] foram tecidas na fase tardia do capitalismo” (Moljo *et al.*, 2017, p. 121).

Conforme Neri (2022), estes são importantes elementos que nos permitem apreensão crítica da gênese, institucionalização do Trabajo Social e o ingresso dos profissionais no cenário político da década de 1960 que desencadeou o Movimento de Reconceituação na América Latina.

Movimento de Reconceituação na América Latina: expressões e particularidades no Trabajo Social argentino

A entrada dos anos 1960 marcaram um contexto so-

64 Netto destaca que o Movimento de Reconceituação [...] foi sempre uma mescla de tendências heterogêneas e até conflitantes; [...] debateu-se numa ambiguidade que nunca foi clarificada; gravitou ora em torno de uma proposta de adequação profissional às demandas institucionais (modernização), ora em torno de uma alternativa que postulava uma prática de natureza nova (ruptura) (Moljo *et al.*, 2017, p. 120).

65 Trata-se, claro, de um processo constituído por profissionais, quadros intelectuais e militantes, apoiado na atuação de entidades latino-americanas da categoria, mas inexplicáveis e insuficientes por si e em si mesmos. O Serviço Social argentino, sua Reconceituação no âmbito do Movimento de Reconceituação latino-americano, é parte dessa complexa dinâmica” (Moljo *et al.*, 2017, p. 120).

ciopolítico importante para os países do continente latino-americano e para o Serviço Social/Trabajo social nesses países. Destacam-se alguns acontecimentos mundiais que impactaram nesse lado do mundo, tais como a “Revolução Cubana, a construção do Muro de Berlim, a revolução sexual, o movimento hippie e as lutas independentistas na África são protótipos da arena política mundial cuja expressão enredou-se ao surgimento de novos protagonistas sociopolíticos” (Goin, 2019, p. 87).

Esse contexto, tendo como pano de fundo o exaurimento do padrão de acumulação capitalista desde o pós-Segunda Guerra Mundial, gestou quadro favorável para “[...] mobilização das classes sociais em defesa dos seus interesses imediatos” (Netto, 2015, p. 187), assim como possibilitou aproximação e diálogo entre o Serviço Social/Trabajo Social dos países latino-americanos, gestando os fundamentos sócio-políticos para a contestação tanto em relação a sua autocrítica profissional em suas bases conservadoras quanto em relação ao próprio contexto local, regional e internacional (Neri, 2022).

Essa contestação ao Serviço Social/Trabajo Social tradicional na América Latina procede, inicialmente, de movimentos exteriores à profissão, tendo sua conversão para o debate interno a partir da convergência de três vetores que afetam a reprodução do Serviço Social como tal: 1) revisão crítica das ciências sociais; 02) deslocamento sociopolítico de outras instituições com notórios vínculos com o Serviço Social, especialmente igrejas; e 03) o movimento estudantil (Netto *apud* Neri, 2022).

Esse Movimento possibilitou, através da vanguarda profissional, contestar práticas profissionais conservadoras arraigadas à ordem burguesa a partir de um processo internacional, experienciando “[...] uma profunda inflexão, cujo conteúdo basilar se

constituiu justamente na erosão da legitimidade do Serviço Social tradicional” (Netto, 2015, p. 190). Esse período de revisão crítica corroborou para a aproximação da profissão, inicialmente entre Argentina, Brasil e Uruguai (Netto, 2015; Barbosa, 1997), e posteriormente para outros países da região, alguns em maior, outros em menor grau. Diálogo que [...] de alguma forma foi incentivado pelas Nações Unidas, que tinham uma “preocupação” com o Desenvolvimento de Comunidade, e o Serviço Social era uma das principais profissões que atuava no mesmo (Moljo, 2014, p. 408).

Dado o caráter “heteróclito” do Movimento de Reconceituação, como define Netto, determinados setores conservadores que também passaram por renovação/modernização no período se autoproclamam partícipes do Movimento. A fim de restringir o ecletismo da Reconceituação, nossos autores afirmam:

Si creemos oportuno destacar las grandes influencias teóricas y políticas que recibió el Movimiento. Los principales aportes provinieron de la teoría de la dominación y la dependencia, del marxismo, de las propuestas “concientizadoras” del pedagogo brasileño Paulo Freire y también de la teología de la liberación. (Alayón *apud* Moljo *et al.*, 2017 p. 127).

A entrada do capitalismo argentino na sua etapa monopolista – com concentração e centralização da sua economia, associada à integração dos capitais nacionais às grandes empresas monopolistas estrangeiras (imperialistas, especialmente dos EUA a partir dos anos 1950/60) – somada ao recrudescimento da instabilidade social e política do continente nos anos 1960 (Revolução Cubana, Guerra Fria), constituem algumas das determinações histórico-sociais que impulsionam a participação do trabajo social argentino no Movimento de Reconceituação. Esse contexto foi marcado:

[...] por um processo de industrialização orientado por uma modernização conservadora e dependente. Esse contexto implodiu o Serviço Social tradicional, os impulsos renovadores pontuais realizados antes da década de 1960 e suas bases inicialmente edificadas sob as condições monopólicas-fordistas. Assim, impôs a necessidade de uma articulação interna-externa que pudesse responder mais adequadamente às demandas objetivamente postas à profissão a partir da segunda metade dos anos 1960. Tais alternativas se refrata-ram em orientações profissionais diversas (sempre renovadas), estivessem elas comprometidas com o campo da modernização conservadora, seu relativo questionamento ou sua crítica mais radical. A Argentina é parte deste complexo contexto, como formação social particular, intercalando ditaduras cívico-militares e momentos de maior liberdade democrática (Moljo *et al.*, 2017, p. 124).

Entre 1966 e 1970, a Argentina vivenciou a ditadura de Juan Carlos Onganía, período que impôs um refluxo nos debates da Reconceituação. O “florescimento do Serviço Social”, que buscava a sua identidade latino-americana” (Moljo *in* Moljo *et al.*, 2017, p. 126), foi retomado no interregno 1970-1976, sendo abortado novamente com o golpe militar que mergulhou o país no período mais sombrio da sua história. Os autores afirmam que a profunda heterogeneidade do Movimento de Reconceituação – seja internamente aos países, seja entre eles – se dava no interior de alguns traços comuns, como “seu ideário antiimperialista (anti-norteamericano)”, por exemplo. Além disso, ele “emerge a partir do desencantamento da função exercida pelo Serviço Social tradicional, procurando uma alternativa de transformação social”, tendo como vanguarda os países que possuíam “adensamento da luta de classes” com rebatimentos nas universidades e em setores da Igreja Católica.

No caso argentino, as expressões do Movimento de Reconceituação consistiu, assim como nos demais países do continente, numa “relação de negação-superação das tendências desenvolvimentistas da profissão” (Alayón *apud* Moljo *et al.*, 2017, p. 128). Na Argentina, ocorreu uma atitude crítica frente ao modelo positivista-funcionalista que imperava na profissão e na academia, sem que houvesse, entretanto, hegemonia do marxismo.

Importante pontuar que o Movimento de Reconceituação na Argentina emerge do Instituto de Serviço Social, que fora criado com o objetivo de operar a modernização conservadora do Trabajo Social, da cultura e da economia no país: tratava-se da vanguarda no que tange à readequação dos cursos e das práticas profissionais na perspectiva do desenvolvimentismo. O intercâmbio com outras experiências (chilenas e uruguaias), o contato com comunidades e movimentos populares, bem como a influência da Teologia da Libertação, ocasionou que o Movimento de Reconceituação na Argentina nascesse das entranhas de um Instituto cuja função precípua era “modernizar” o Trabajo Social no país.

O projeto modernizador procurava intervir em todas as esferas da vida social e via os assistentes sociais como um dos especialistas com condição profissional para atuar na modernização daqueles setores “mais “atrasados”, os mais pobres, e integrá-los ao desenvolvimento previsto pelos organismos internacionais (Moljo *et al.*, 2021, p. 128).

Até o fechamento do espaço democrático em 1976, o Movimento se expandiu pela academia e no seio da prática profissional, sempre em duros embates com as tendências conservadoras, ainda que modernizadas. Sua natureza heteróclita e o aborto representado pela ditadura não o impediu de levar ao Trabajo Social

argentino alguns traços marcantes desde então: 1) a busca por um Trabajo Social latino-americano, com forte conteúdo anti-imperialista; 2) abandono de qualquer abordagem tecnicista assentada na “neutralidade política” do profissional, substituída pela “ideia de compromisso” com os anseios populares; 3) profunda heterogeneidade no seio do Trabajo Social crítico, que transitava do marxismo à Teologia da Libertação, passando por Paulo Freire e pela também eclética reflexão política do peronismo⁶⁶.

O fértil Movimento de Reconceituação, que promoveu intenso intercâmbio⁶⁷ e dinamização no Serviço Social latino-americano, foi bloqueado na Argentina pela sanguinária ditadura militar (1976-1982). A repressão que se abateu sobre o país implicou em fechamento e intervenção de escolas, mudanças em currículos, com docentes e profissionais caçados, exilados e assassinados. O refluxo do sopro progressista da Reconceituação foi flagrante. Com a reabertura política dos anos 1980, “a profissão e as universidades [...] reiniciam seu caminho histórico de reestruturação, com uma defasagem de mais de 15 anos” (Montaño, 2009, p. 134). Segundo o autor:

66 Acerca da importância do peronismo e do kirchnerismo no Trabajo Social argentino, ontem e hoje, vejamos: “[...] o primeiro pode ser considerado historicamente como um movimento político, no qual convergiram diversos agrupamentos, posições que podem até ser contraditórias e antagônicas entre si. [...] Com base na justiça social, afirma a necessidade de uma distribuição equitativa da riqueza social, esquecendo que uma das classes sociais é aquela que produz riqueza social e a outra só se apropria dos produtos do trabalho dos outros. Por isso, a ideia do ‘pacto social’ entre ‘trabalhadores e empregadores’ é fundamental” (Silva, 2022, p. 155).

67 Quanto à importância do intercâmbio entre os países no bojo da Reconceituação, importante pontuar a relevância das entidades internacionais da América Latina: “É essencial ressaltar o importante papel desempenhado pela Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (Alaets), fundada em 1965 – hoje Asociación Latinoamericana de Enseñanza y Investigación em Trabajo Social (Alaeits) – e pelo Centro Latinoamericano de Trabajo Social (Celats), fundado em 1975” (Moljo *et al.*, 2017, p. 120).

Com este quadro, pode-se afirmar que a estratégia assumida por muitos países hispano-americanos para se reestruturar profissionalmente, em geral, foi o retorno aopassado: foram reinstituídos os docentes e autoridades, anteriores à ditadura, reimplantados os currículos antigos (dos anos 60, na melhor das hipóteses) e reintroduzida a bibliografia de referência dos inícios da Reconceituação, como “textos atuais” (Montaño, 2009 p. 134).

A carência de infraestrutura universitária e de financiamento, de docentes com dedicação exclusiva, o fosso deixado pela ditadura à produção intelectual, todos esses elementos dificultaram “fortemente o desenvolvimento do Serviço Social nos países que outrora foram protagonistas de um debate crítico do Serviço Social tradicional” (Idem). Eis o caso argentino.

Concomitantemente aos ventos democratizantes que animaram os movimentos populares e as forças políticas de esquerda do continente, a América Latina passa a sentir nos anos 1980 os influxos da crise estrutural do capital⁶⁸ por intermédio das pressões internacionais por “abertura” da região à “globalização” e à aplicação dos preceitos neoliberais – sintetizados no final da década no chamado Consenso de Washington. Agora, a região é constrangida a dissipar os sonhos auspiciosos do “desenvolvimento” que foram dissemina-

68 Diante da *crise estrutural* do capital enquanto tal, em contraste com as crises *conjunturais periódicas* do capitalismo observadas no passado, é importante sublinhar que os problemas são fatalmente agravados no estágio atual de desenvolvimento [...]. Hoje não há sentido em falar de um “*desenvolvimento geral da produção*” associado à expansão das *necessidades humanas*. [...] Na situação de hoje, o capital não tem mais condições de se preocupar com o “aumento do círculo de consumo”, para benefício do “indivíduo social pleno” de quem falava Marx, mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo, que pode ser assegurada, pelo menos por algum tempo, por várias modalidades de destruição” (Mészáros, 2003, p. 22).

dos nas décadas anteriores, desiludindo-se quanto à idílica universalização do patamar de vida do cidadão europeu. Diz Mészáros:

No mesmo espírito, Rostow e todo o exército da economia burguesa previram confiantemente que não somente os “bolsões de desemprego” das democracias ocidentais se transformariam rápida e permanentemente em oásis de “riqueza” e prosperidade, mas que graças às suas receitas e truques de mestres da “modernização”, que são universalmente aplicáveis, o terceiro Mundo também chegaria ao mesmo nível de “desenvolvimento” e da feliz realização das “nossas democracias ocidentais”. Pois acreditava-se que era parte da natureza predeterminada do universo atemporal que o “subdesenvolvimento” seria seguido pela “decolagem” capitalista, que, por sua vez, traz inexoravelmente consigo um “impulso para a maturidade”, desde que as forças políticas das democracias ocidentais evitem as más ações de revolucionários criadores de problemas que têm a tendência a se opor àquela ordem. [...] com o surgimento da crise estrutural do capital, o monetarismo neoliberal assumia a posição de orientador ideológico até então ocupada pelos sumos sacerdotes da salvação keynesiana. [...] Assim, a ideologia da Modernização do terceiro Mundo teve de ser abandonada – de forma até certo ponto humilhante (Mészáros, 2003, p. 22).

O debate contemporâneo no Trabajo Social argentino

A Argentina e os demais países da região assistiram “a uma grande transformação econômica” que pôs “fim ao projeto de industrialização”, dando início a um novo padrão exportador de reprodução do capital, “caracterizado pela especialização produtiva” agromineral. Neste, “a produção para os mercados ex-

teriores” sustenta-se na “queda dos salários e do consumo dos trabalhadores no mercado interno, em uma tendência à ampliação da exploração e a uma deterioração geral das condições de vida”.

Os países latino-americanos mais industrializados na fase anterior, como Brasil e Argentina, mantêm uma produção industrial restrita e voltada ao atendimento de um reduzido mercado interno com alto poder de consumo, “levando ao declínio dos salários e à conseguinte pobreza geral, uma vez que a população trabalhadora deixa de comparecer como elemento dinâmico na realização da mais-valia” (Osorio *in* Ferreira; Osorio; Luce, 2012, p. 104). Especificamente em relação à Argentina, Soto afirma que “Emerge assim a categoria de ‘trabalhador pobre’”, incapaz de cobrir os custos da Cesta Básica, que se soma ao “desocupado pobre”. Neste sentido, arremata:

O processo econômico mostra sua incapacidade de incorporar satisfatoriamente a força de trabalho potencial da qual dispõe, configurando-se uma massa de população trabalhadora que permanece desocupada ou vende sua força de trabalho em condições precárias e desprotegidas. A persistência estrutural dessas condições impacta desfavoravelmente no sistema de proteção social contributivo (aposentadorias, obras sociais, etc.) e na apropriação na distribuição da renda através do salário. Ambos os mecanismos participam na produção da desigualdade e da pobreza relativa (Soto, 2019, p. 143).

Considerando que o “desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente a ‘questão social’ – *diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’*” (Netto, 2005, p. 157), conclui-se que as mudanças profundas vivenciadas pela sociedade argentina a partir da década

de 1980 trouxeram fortes problemáticas para a prática profissional e para a formação profissional. Neste sentido, assevera Pagaza:

A relação atual entre a *intervenção profissional* e a *questão social* é uma problemática que deve ser analisada levando-se em conta a persistência das desigualdades, que têm um caráter estrutural. Esta problemática agravada como resultado das grandes transformações do processo de acumulação capitalista expressas no modelo neoliberal, devido à secundarização da *questão social* frente à centralidade que o mercado assume como parte constitutiva de domínio da economia de mercado, que começou com as primeiras medidas econômicas tomadas pela ditadura militar, em 1976 (Pagaza, 2019, p. 173).

De forma concomitante à nova conformação da “questão social” no capitalismo dependente argentino em sua etapa de especialização produtiva, Soto (2019) critica a abordagem mistificada do conceito de pobreza que serve de base para as políticas sociais de intervenção estatal. De forma sumária, a autora mostra que tal perspectiva: 1) separa a pobreza da classe trabalhadora, como se os pobres compusessem uma realidade à margem, externa aos trabalhadores; 2) a pobreza é reduzida ao “estado de carência e necessidade em relação ao consumo”, perdendo sua natureza de categoria “histórica relacional”; e 3) em consequência, a pobreza é encarada como uma ameaça à ordem – os “de fora” que ameaçam os “de dentro” – e as políticas sociais que sobre ela devem incidir, passam a ter pesado conteúdo conservador-moralista (Soto, 2019, p. 157-158).

Apesar de urgir a necessidade de uma crítica da realidade social argentina contemporânea que lastreie a prática profissional, segundo Montañó (2009), a estratégia de “retorno ao passado” ado-

tada pelo Trabajo Social hispano-americano obstaculizou a absorção e incorporação “no processo de reestruturação acadêmica do Serviço Social” de todas “estas mudanças substantivas da realidade contemporânea”. “A velha bibliografia reincorporada e os antigos currículos restabelecidos não davam conta da nova realidade mundial e latino-americana, gerando-se um hiato de quase 30 anos, na formação profissional e na pesquisa” (Montañó, 2009, p. 135)⁶⁹.

Faz-se necessário “Compreender e explicar os processos que produzem a pobreza na sociedade capitalista de uma perspectiva complexa, [o que] nos oferece ferramentas que tornam nossa intervenção profissional muito complexa do ponto de vista teórico, técnico e ético-político” (Soto, 2019, p. 160). Quanto mais enriquecida a análise, tanto maior a compreensão dos limites e possibilidades inscritas na intervenção profissional, o que passa pela ruptura com o neoconservadorismo e/ou assimilação de pressupostos teórico-metodológicos que redundam em acomodação com a sociabilidade burguesa dependente em crise estrutural.

Em 2017, a Argentina contava com 66 cursos⁷⁰ de Trabajo

69 “No Brasil, dadas as condições estruturais, conjunturais e político-corporativas, com as quais ingressa na segunda metade da década de 1980, o desenvolvimento profissional cria as bases para deixar as análises ‘metodologistas’ e ingressar no debate teórico-metodológico, sendo este o meio fundamental para a pesquisa social desafiante e contribuindo, assim, com o conjunto das ciências sociais, na elaboração de conhecimento crítico sobre a realidade social, para abandonar as perspectivas ‘epistemologistas’ e incorporar uma visão ontológica do ser social e dos fenômenos sociais, para superar as análises lineares, mecanicistas e/ou ‘endogenistas’, messiânicas ou fatalistas, e realizar uma crítica sobre os fundamentos e o significado social da profissão” (Montañó, 2009, p. 136). Montañó aponta para a importância do intercâmbio profissional entre o Serviço Social dos países da região, contribuindo para que haja um “salto qualitativo” na intervenção profissional e na produção de conhecimento.

70 Na Argentina, tais cursos estão presentes não somente no formato universitário, majoritariamente públicos, mas também enquanto cursos superiores não universi-

Social, cada um dos quais com uma matriz curricular própria. Os estudos apontam que “ainda há uma grande heterogeneidade na formação profissional” (Pagaza, 2019, p. 175) no país. Existe muita divergência a respeito da formação profissional, acerca do grau de articulação que esta deve ter com as demandas do mercado de trabalho.

Na Argentina, a “questão social como diretriz para a formação profissional”⁷¹ ainda não é ponto pacífico, ainda que o debate tenha avançado nesta direção (Pagaza, 2019, p. 174). Há, segundo a autora, avanços em relação à superação das concepções endógenas e evolutivas do Trabajo Social, à superação da perspectiva técnico-instrumental, ainda que não possa se falar em efetiva superação dessas abordagens no país. De todo modo, os debates nacionais em torno das diretrizes curriculares comuns foram férteis e evidenciaram pontos de convergência quanto à necessidade de se criar uma matriz identitária comum. Quanto a este cenário marcado pela heterogeneidade teórica e profissional,

[...] a existência de distintas posições teóricas e políticas sobre a profissão dificulta essas ações conjuntas de trabalho; acreditamos que não é a existência de várias posturas teóricas sobre o Serviço Social que impede tais ações, e sim, principalmente, a falta de uma cultura de debate e a superação de uma ideologia individualista, herdada do neoliberalismo, que ain-

tários e terciários, públicos e privados. Cf. Lemos; Matos; Ramos, 2019, p. 245.

71 Simultaneamente, nesse sentido, assumiu-se em muitas unidades acadêmicas a questão social como diretriz para a formação profissional, a despeito do debate de se esta é ou não a diretriz adequada e sobre a multiplicidade de concepções que estão ligadas a esta categoria. Assumir a questão social como o fundamento teórico e metodológico da configuração do campo profissional pode ser avaliado como um progresso com respeito a uma pergunta cuja resposta (e busca por uma resposta) é teórica: sobre o que se forma e trabalha o profissional chamado de Assistente Social (Pagaza, 2019, p. 174)?

da molda nossas práticas (Pagaza, 2019 p. 178).

Corroborando com as conclusões de Pagaza (2019), os autores do artigo “*Tendências teóricas do debate contemporâneo do Serviço Social argentino*”⁷² afirmam que

nas últimas décadas têm sido consolidadas diferentes tendências teóricas que se manifestam [...] numa diversidade de formas de conceber a realidade social, de compreender o surgimento, o desenvolvimento e o significado do Serviço Social, bem como os desafios, as problemáticas que a profissão enfrenta no quadro das transformações sociais atuais (Silva, 2022, p. 155).

As variadas tendências teóricas presentes hoje no Trabajo Social argentino impõem uma “forte resistência” à tendência teórica histórico-crítica do marxismo, comumente estigmatizada como “*ideologia ou paradigma do século XIX*” ou um “*mero fatorialismo ou economicismo*” (Silva, 2022, p. 156). Essas variadas tendências teóricas têm em comum “o tratamento e a relevância dada ao indivíduo e à subjetividade”, pensada “sem base objetiva e sem as determinações materiais que contém”. Segundo os autores, essa pluralidade de posições teóricas não significa que o pluralismo teórico esteja totalmente desenvolvido. “Isso é dito para expressar que o processo de consolidação das tendências teóricas não tem se traduzido em um debate aberto entre eles no país” (Silva, 2022, p. 159). Falta debate entre as tendências, cada qual se desenvolve em paralelo, o que tem reflexos negativos para a profissão, principalmente a dificuldade de

72 In Silva (org.) *Serviço Social, Fundamentos e Tendências Teóricas*, Editora Cortez, 2022.

se criar pontos consensuais no interior da diversidade teórica e política que permitam a “consolidação de uma estratégia de autonomia profissional” (Silva, 2022, p. 159). A hegemonia é confundida com hegemonismo, “*na impossibilidade de construção política a partir do reconhecimento de posições teóricas e políticas divergentes*” (Idem, p. 159)⁷³.

Tais apontamentos parecem contribuir para a explicação do porquê na Argentina, a despeito da sua trajetória de desenvolvimento capitalista dependente guardar variados pontos de semelhança com o processo brasileiro⁷⁴, a regulamentação da profissão (a nível nacional) só tenha ocorrido muito tardiamente, em 2014, ao passo que no Brasil data de 1957.

O estudo nos permitiu constatar a existência de distintas leis⁷⁵ e diversificados colegiados/conselhos e associações profissionais⁷⁶ que regulamentam o exercício profissional de trabalhadores sociais na Argentina, ficando a critério de cada província daquele país seu respectivo estabelecimento e reconhecimento. A presença de instru-

73 Vale o resgate de Netto: “[...] a elaboração e a afirmação (ou, se se quiser, a construção e a consolidação) de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o *pluralismo* é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado. Mas este respeito, que não deve ser confundido com uma tolerância liberal para com o ecletismo, não pode inibir a luta de ideias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de ideias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas” (Netto, 1999, p. 06).

74 Resgatamos aqui a tipologia proposta por Vânia Bambirra e já mencionada em linhas anteriores.

75 Ley 27072/2014; Ley Federal de Trabajo Social N° 27072; LEY NACIONAL N° 23.377; Ley 7932/2010.

76 Como exemplo citamos: Consejo Profesional de Trabajo Social; Consejo de Asistentes Sociales o Trabajadores Sociales de la Provincia de BS. AS; Colegio Profesional de Trabajo Social de la Provincia de Mendoza.

mentos normativos para o exercício profissional, mesmo múltiplos, apresenta-se, mesmo com todos os desafios aqui expostos, enquanto salto qualitativo para os profissionais argentinos, isso porque, na contemporaneidade, o Trabajo Social tem a formação profissional vinculada eminentemente ao ambiente universitário, fortalecendo a formação graduada e o exercício da profissão a nível nacional/provincial.

A Argentina não conta até hoje com um código de ética nacional que balize a atuação dos seus 28 mil profissionais. A pesquisa constatou a existência de Códigos de Ética vinculados aos Conselhos Provinciais, logo, de abrangência local/regional. Reflexo também desta profunda heterogeneidade teórica, política e profissional, que tem bloqueado até aqui a constituição de uma hegemonia – não hegemonismo – capaz de cimentar o conjunto da categoria profissional em torno de parâmetros teórico-metodológicos e profissionais comuns, no interior das quais se exerce o pluralismo teórico sem prejuízo da unicidade.

Sínteses Provisórias

O panorama apresentado buscou contribuir com a produção do conhecimento no campo do Serviço Social/trabajo Social crítico na América Latina. Nossas análises voltam-se ao estudo do Trabajo Social argentino. Resgatamos a relação entre a história da Argentina e o surgimento do Trabajo Social como profissão no país.

Observamos ainda que, desde as primeiras décadas do século XX, a formação socioeconômica argentina contava com um setor urbano-industrial relevante e em expansão, o que permitiu o desenvolvimento da industrialização nas cidades. A proletarização no tra-

balho agrícola e o êxodo rural abasteceram a Grande Buenos Aires. O surgimento do Trabajo Social como profissão inserida na “divisão social (e técnica) do trabalho” é resultado das relações sociais de produção tipicamente burguesas, movimentos contraditórios típicos da sociedade capitalista. As expressões da “questão social” resultaram na institucionalização do Trabajo Social na sociedade argentina, com o surgimento, em 1924, da primeira Carreira de Visitadoras de Higiene Social e, em 1930, da Escola de Serviço Social, ambas ligadas à Universidade Nacional de Buenos Aires. O estudo mostra que o espaço ocupacional do Trabajo Social foi estabelecido em torno de funções de assistência, gestão e educação, com objetivos de modificação sobre as práticas e condutas das classes trabalhadoras.

Destacamos as mudanças na economia argentina, que resultaram no fim do projeto de industrialização e na adoção de um novo modelo voltado para exportação, baseado na produção agro-mineral. Discorremos sobre o aumento dos “trabalhadores pobres”, uma categoria de trabalhadores que não podem arcar com as necessidades básicas devido a salários baixos e falta de oportunidades de emprego. A persistência dessas condições afeta negativamente o sistema de proteção social e a distribuição de renda através dos salários, levando à desigualdade e pobreza. Argumentamos, com base nos autores consultados, que a “questão social” é uma parte inerente do desenvolvimento capitalista, e as mudanças na economia argentina trouxeram novos desafios para a prática profissional e educação em trabalho social.

Tecemos críticas à abordagem simplista e moralista da pobreza que marcam e direcionam as políticas de intervenção do Estado, que reduzem a pobreza a um estado de privação relacionada ao consumo e ignoram sua natureza histórica e relacional com as contradições do modo de produção capitalista. O artigo aponta as limitações

da estratégia de “retorno ao passado” na educação dos trabalhadores sociais e destaca a necessidade de uma compreensão crítica da realidade social argentina contemporânea para balizar a prática profissional.

À guisa de sínteses provisórias, porque toda síntese é provisória, compreendemos que o debate atual do Trabajo Social na Argentina, considerando os aspectos contemporâneos apontados no estudo, apontam para a possibilidade de aprofundamento do debate iniciado a partir do Movimento de Reconceituação latino-americano, tecendo críticas às bases conservadoras da formação e do exercício profissional no horizonte de consolidar uma intervenção voltada eminentemente às demandas e tensionamentos da classe trabalhadora argentina e em constante diálogo com os demais países do continente.

Outro elemento que se coloca relevante reside na articulação interna da profissão a nível nacional. Diálogo este que poderá culminar em saltos qualitativos tanto para formação quanto para a intervenção profissional dos trabajadores sociales argentinos, especialmente na elaboração de parâmetros comuns, tais como: propostas pedagógicas de formação, regulamentação da profissão e elaboração de instrumento que direcione ética e politicamente o conjunto da categoria profissional.

Estes desafios possibilitarão: a superação das concepções endogenistas e evolutivas que permeiam o Trabajo Social argentino; a ultrapassagem da forte resistência à tendência teórica histórico-crítica do marxismo; e dar *status* privilegiado do debate e da análise da questão social como diretriz para a formação e para o exercício profissional crítico, interventivo, investigativo e propositivo.

Referências

BAMBIRRA, V. **O Capitalismo dependente latino-americano.**

Insular, 2013.

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do serviço social na América Latina e no Caribe: os diferentes caminhos do Brasil, do Chile e de Cuba.** 2019.

MASSA, L.; Da SILVA, J.F.S.; GIANNA, S.; FERREIRA, C.C.O.; Dos SANTOS, f. PAES, B. Tendências teóricas do debate contemporâneo do Serviço Social. In. **Serviço Social, Fundamentos e Tendências Teóricas.** SILVA, J.F.S. (Org.), Cortez, 2022;

MOLJO, C. B.; SILVA, J. F. S.; ZAMPANI, R. Movimento de Reconceituação e Serviço Social argentino. **Revista Em Pauta**, número 40, v. 15, 2017;

MOLJO, Carina Berta. Considerações sobre o Serviço Social na América Latina. **Revista Praia Vermelha**, v. 24, n. 2, 2014.

MONTAÑO, Carlos. O Serviço Social na América Latina e o Debate no Brasil. **Revista Em Pauta**, número 22, 2009.

NERI, Filipe Silva. **A Formação de Trabajadores Sociales na UNA: Um estudo sobre o Ensino do Trabajo Profesional.** Londrina, 2022.

NETTO, J.P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999;

NETTO, J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** Cortez, 2005;

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** Cortez Editora, 2015.

OLIVA, A. A. **Antecedentes del trabajo social en Argentino: asistencia y educación sanitaria.** **Trabajo Social**, nº 08, 2006;

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de espe-

cialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In. **Padrão de Reprodução do Capital.** LUCE, M.; FERREIRA, C. (Orgs.). Boitempo, 2012;

PAGAZA, M. R. Algumas reflexões sobre o Serviço Social na Argentina do século XXI. In: YASBEK, M.C. IAMAMOTO, M.V. (orgs). **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa.** São Paulo: Cortez, 2019.

PEÑA, M. **Historia del Pueblo Argentino.** 3ª ed. – Buenos Aires: Emecé, 2013;

SOTO, S.F. Tendências atuais do desenvolvimento capitalista e características da população excluída para o capital. Desafios teórico-políticos para o Serviço Social. In. **Serviço Social na História: América Latina, África e Europa.** Cortez, 2019.

3.4 Serviço Social na América Latina: reflexões sobre a formação profissional em Cuba, México e Colômbia

Raquel dos Santos⁷⁷

Introdução

O presente texto⁷⁸ aborda aspectos referentes ao Trabalho Social/Serviço Social em Cuba, México e Colômbia. Destacam-se as tendências teóricas e políticas, a trajetória da profissão, o Movimento de Reconceitualização e o Trabalho Social/Serviço Social Crítico e seus desafios.

No cenário mundial, compreende-se, com base na perspectiva histórica crítica, que a gênese do Trabalho Social/Serviço Social como profissão ocorre no final do século XIX, na Europa, na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, para atender às novas situações em que vivia o país com o processo de industrialização/urbanização. O Serviço Social na América Latina inicia-se com o surgimento da primeira escola em 1925, no Chile, subordinada à profissão médica; a Igreja católica assume sua formação (Castro, 2011).

⁷⁷ Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas.

⁷⁸ Esse trabalho é resultado do processo metodológico efetivado na disciplina de Estudos Avançados em Serviço Social II, ministrada no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Rosa Lúcia Prêdes Trindade.

Nessa linha, considera-se que a emergência da profissão e sua institucionalização no continente latino-americano deram-se a partir da década de 1930, vinculada aos interesses do Estado, da Igreja católica e do mercado no enfrentamento das manifestações da questão social, a fim de atender às demandas do capital.

Cumprir destacar que o propósito do texto é: a) efetuar uma breve caracterização da emergência da profissão, destacando as primeiras escolas de Serviço Social em Cuba, México e Colômbia; b) as interlocuções do Movimento de Reconceitualização latino-americano, com a renovação do Trabalho Social/Serviço Social Crítico.

Os resultados são obtidos a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Na revisão bibliográfica realizada, destacam-se: Silva; Carmo (2015); Cisneros; León, (2006); Chilito, Peña, Tapiro et al. (2011). Essas obras contêm elementos para se compreender o Trabalho Social/Serviço Social na América Latina, Cuba, México e Colômbia. Sob o arcabouço teórico-metodológico, o livro “História do Serviço Social na América Latina” esclarece, sobre o Serviço Social na América Latina, quando é criada a primeira escola, em 1925 em Santiago do Chile, e em 1929, quando é fundada a Escola Elvira Matte de Cruchaga, também no Chile, que atendem, ao mesmo tempo, às estratégias do Estado e da Igreja católica (Castro, 2011). As fontes documentais se deram através do *site* da plataforma *sucupira* Capes para compreendemos os marcos históricos da profissão.

Pautando-se por esses autores, discute-se sobre o Trabalho Social/Serviço Social latino-americano em Cuba, México e Colômbia, com destaque para a compreensão do Trabalho Social/Serviço Social na Colômbia. A partir do exposto, intenta-se refletir sobre o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social.

Surgimento do Serviço Social e as primeiras escolas

O surgimento do Serviço Social na América Latina ocorreu a partir da década de 1930, com o processo de industrialização. A agudização das expressões da “questão social” no capitalismo monopolista levou à intervenção da Igreja católica e do Estado nos problemas sociais. O processo de formação e institucionalização do Serviço Social como profissão, no período de 1933 a 1943, marca o surgimento das primeiras escolas de Trabalho Social/Serviço Social em Cuba, México e Colômbia, com influência, como já dito, da Igreja católica e por iniciativa do Estado.

Nessa perspectiva histórica, destaca-se o Trabalho Social/Serviço Social cubano. Cuba, na América Central, é marcada pela revolução cubana e pelo Movimento Guerrilheiro de 1959, liderado por Fidel Castro, que desencadearam a transição para o socialismo na década de 1960. Nesse cenário, “os termos Trabalho Social e trabalhador social em Cuba tiveram um sentido próximo da realidade e do mundo capitalista até o triunfo do Movimento Guerrilheiro 26 de julho, liderado por Fidel Castro” (Silva; Carmo, 2015, p. 147). Cabe destacar que “em 1959, com a Revolução Cubana e as medidas do novo governo, a carreira de nível superior de Serviço Social foi encerrada” (Lemos; Matos; Ramos, 2021, p. 260).

Em Cuba, a emergência do Trabalho Social/Serviço Social se deu pelo surgimento da primeira escola de Serviço Social, em 1943. A trajetória do Serviço Social foi marcada, no período pós-revolucionário, pela Federação das Mulheres Cubanas (FMC), liderada pela guerrilheira e revolucionária Vilma Espín de Castro. O segundo grupo foi formado por trabalhadores sociais com perfil técnico-profissional e tinha como espaço de trabalho as áreas de saúde, educação, assistência e seguridade social (Silva; Carmo, 2015).

Até 1960 “predominou um programa de formação profissional com enfoque ‘salubrista’, de perfil filantrópico e assistencialista” (Silva; Carmo, 2015, p. 148). Nessa direção, “em 1971, no âmbito do Ministério de Saúde Pública, foi criada a Escola de Formação de Técnicos em Trabalho Social, e em 1972 a Escola Especializada de Psiquiatria” (Lemos; Matos; Ramos, 2021, p. 260). Em 1978 foi fundada a Sociedad Cubana de Trabajadores Sociales em la Salud (SOCUTRAS); a filiação era opcional para os profissionais.

Silva; Carmo (2015, p. 153) destacam

a possibilidade de criação dos cursos de graduação e de pós-graduação universitários, tendo as universidades públicas cubanas como referências auxiliares importantes para superar um conhecimento puramente técnico e setorializado, por áreas de especialidade, formação esta assumida e ministrada, até hoje, pelas organizações estatais que se vinculam ao Trabalho Social em Cuba.

É preciso ressaltar o seguinte: há uma escassez de material publicado sobre a história do Trabalho Social/Serviço Social Crítico em Cuba. Contudo, a profissão está em processo de construção. Por outro lado, desde a criação da primeira escola não existe lei de regulamentação da profissão, nem código de ética profissional.

Assim, nessa perspectiva teórico-metodológica, aborda-se o Trabalho Social/Serviço Social no México, com base nos estudos de Cisneros, León (2006), Lemos, Matos e Ramos (2021). Nessa direção, o debate latino-americano do México tem como trajetória sócio-histórica a Constituição de 1917 e o triunfo da Revolução Mexicana.

A fim de situar o Trabalho Social/Serviço Social no México, destaca-se o surgimento da profissão em 1933, “atrelada à Escola de Ensino Doméstico que existe desde 1926, passando a se denominar Escola de Serviço Social e Ensino Doméstico” (Lemos; Matos; Ramos,

2021, p. 260). Em relação a esse processo histórico, “em 1937, foi criado o curso de Serviço Social dentro da faculdade de direito da Universidade Autônoma do México (UNAM), tornando-se independente em 1973 com a criação da Escola de Serviço Social” (Lemos; Matos; Ramos, 2021, p. 260).

Em 1968, o movimento estudantil foi relevante para fortalecer o debate sobre o Serviço Social Crítico, evidenciando-se o processo de reconceitualização, que no México aproxima-se das ideias do método de educação popular de Paulo Freire (Cisneros; León, 2006).

Quanto à dimensão jurídico-política, não há lei de regulamentação nem código de ética da profissão. Em 1982 foi criada a Asociación de Trabajadores Sociales Mexicanos (Atsmac). No que se refere ao espaço sócio-ocupacional, Cisneros e León (2006) afirmam que há diferença salarial para os que ocupam os cargos de técnicos e graduados, com exceção daqueles que atuam na saúde e nas prisões. As atividades dos/as assistentes sociais estavam voltadas para programas de assistência governamentais e não governamentais.

Para as reflexões aqui propostas sobre o Trabalho Social/Serviço Social no México, assim como em Cuba, é preciso um debate a partir de uma perspectiva crítica para a construção de um projeto ético-político. Isso significa que a profissão tem como desafio romper com o Serviço Social Tradicional, haja vista que a profissão se acha imersa num cenário contraditório (capital x trabalho).

Nesta exposição intenta-se revelar a história do Trabalho Social/Serviço Social na Colômbia, profissão inserida na divisão socio-técnica do trabalho, mediada pelas relações sociais produzidas pela sociabilidade capitalista. É importante destacar que o Trabalho Social/Serviço Social se constituiu como profissão que nasce para atender às demandas das crescentes massas de trabalhadores na Colômbia e em

toda a América Latina, a partir da década de 1930.

É nesse cenário que a institucionalização do Serviço Social se legitima profissionalmente sob a influência da Igreja católica, do mercado e do Estado, no enfrentamento da questão social e de suas manifestações (Chilito; Peña; Tapiro et al., 2011).

O Serviço Social na Colômbia

constituiu-se como uma profissão encarregada de atender às novas manifestações da questão social, dando um tratamento especializado às demandas do capital e da classe trabalhadora; embora a resposta mais eficaz se apresente perante os interesses do seu empregador, cujo Estado é seu maior representante (Avila; Londoño, 2019, p. 247).

É nesse processo contraditório que o Serviço Social se afirma e se legitima nas relações capitalistas. “O início da profissionalização, não só a orientação político-ideológica do Serviço Social, fica nas mãos da institucionalidade conservadora do Estado-Igreja, como também a execução de suas principais diretrizes” (Avila; Londoño, 2019, p. 245).

É no governo de Alfonso López Pumarejo (1934-1938) que surge a primeira escola de Serviço Social na Colômbia, em 1936, fundada por María Carulla de Vergara, anexa ao Colégio Mayor Nuestra Señora del Rosario, sob a influência do setor privado. Começou a funcionar em 1937.

As primeiras intervenções da profissão no país ocorrem com a criação da Escola de Serviço Social, sustentada numa abordagem de caridade e beneficência no enfrentamento da questão social vista como um problema moral, tendo na grade curricular temas voltados para a higiene e a moral (Chilito; Peña; Tapiro et al., 2011; Tapiro, 2012).

A segunda escola de Serviço Social foi criada em Medellín em 1947, anexa à Escuela Normal Antioqueña de Señorita e incorporada à Universidade Pontifícia Bolivariana das arquidioceses de Medellín em 1955 (Chilito; Peña; Tapiro et al., 2011).

É importante ressaltar que as trajetórias do Serviço Social na América Latina, Cuba, México e Colômbia, embora possuam suas particularidades, comungam das influências teóricas norte-americanas, permeadas pelo caráter conservador, e das encíclicas *Rerum Novarum*, de León XIII, de 1891, e *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, de 1931.

Para Castro (2011, p. 51),

no período em que o Serviço Social transita para a sua profissionalização, quando penetra nos centros de ensino superior e se vinculando a certas instâncias do Estado [...]. Essas encíclicas tiveram um papel sumamente importante para enformar o seu desenvolvimento.

Na nossa discussão, partimos do reconhecimento de que a profissão, em sua gênese, sofreu a influência da escola psicológica (psiquiatria e psicanálise) e sociológica. Surgiu então a chamada escola eclética, que tinha como foco de atenção o “indivíduo” altamente psicologizado e os métodos conhecidos como clássicos (caso, grupo e comunidade) (Chilito; Peña; Tapiro et al., 2011).

Assim, considera-se que

durante a década de 1950 e primeira metade da década 1960 se incorporam os fundamentos metodológicos de Caso, Grupo e Comunidade, logo depois, durante o segundo lustro de 1960 e o primeiro da década de 1970, os “métodos clássicos” serão questionados pelo seu caráter fragmentário e funcional à sociedade do capital (Londoño, 2022, p. 98-99).

Surgem as novas escolas, inauguradas na década de 1960, que passaram de privadas a universidades públicas. São elas:

Pontifícia Universidad Javerina em 1961; Escuela de Serviço Social de la Universidad Femenina de Santander, que se translada em 1963 para Universidade Industrial de Santander; Universidade Católica de Minizales em 1964, que passara em 1968 à Universidade de Caldas; traslado do Colégio Maior de Cundinamarca à Universidad Nacional de Colômbia em 1966; Universidad de la Salle em 1966; Universidad de Antioquia em 1969; Universidad Externado em 1969 (Londoño, 2021, p. 211).

Diante desse panorama sobre a emergência da profissão, cabe destacar que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social América Latina – MRLA expressa um questionamento da profissão ao Serviço Social clássico/tradicional.

O Serviço Social latino-americano, vinculado ao Centro de Estudos Latino-Americanos de Trabalho Social (Celats) e à Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (Alaets), foi determinante para fomentar os debates acerca da profissão e do Movimento de Reconceituação, que constitui um marco histórico da profissão, marcado pela revisão crítica nos países latino-americanos, a partir da década de 1960, e difundindo-se por todo o continente.

Evidencia-se que o período de 1960-1980, em países como Cuba, México e Colômbia, foi marcado por revoluções, protestos, guerras, ditaduras, movimentos estudantis etc., fundamentais para elucidar o debate profissional que constituiu o processo de renovação do Serviço Social. Ressaltam-se as experiências da reconceituação do Serviço Social na Colômbia como uma expressão crítica aos fundamentos clássicos conservadores, denominados por Londoño (2022) de “métodos clássicos” (caso, grupo e comunidade).

Movimento de Reconceituação da América Latina: uma reflexão sobre a renovação do Serviço Social

O debate sobre o Movimento da Reconceituação na história do Serviço Social latino-americano emergiu nas décadas de 1960 e 1970 como um marco incontestável, fundamental à renovação crítica da profissão. Londoño (2022, p. 103) anota que a “renovação no modo de produção e nas relações sociais durante as décadas 1960 e 1970 exigem a renovação do Serviço Social, e os velhos fundamentos se tornam insuficientes para a atenção das manifestações da questão social”.

Um ponto que merece destaque, a partir dos estudos de Londoño (2021; 2022), para a compreensão do Serviço Social e do Movimento de Reconceituação é a Frente Nacional, que marca a história política de Colômbia, como é o caso de La Violenta (1946-1953) e do governo militar de Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957). Para Londoño (2022, p. 92), a “relação entre a Frente Nacional e a renovação do Serviço Social, que não corresponde a uma coincidência temporal, senão a uma determinação mútua entre a sociedade e a profissão, ambas em processo de mudança, orienta-se pela doutrina desenvolvimentista”. Este pacto bipartidário (Liberal e Conservador) foi decisivo para a formação de grupos guerrilheiros, dos movimentos dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

No caso colombiano, as transformações e lutas sociais se enquadram na constituição da Frente Nacional (como projeto hegemônico que combina o desenvolvimentismo e a coerção política), enfrentando diversas formas organizativas, nas quais se destaca o movimento camponês, guerrilheiro e universitário. O fato de que o capitalismo na Colômbia responda à lógica de dependente e associado permi-

te o maior ingresso (por imposição ou consenso) de pautas políticas e econômicas do capitalismo central, especialmente o norte-americano (Londoño, 2022, p. 103).

É nesse bojo de contradições que se desenvolve o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na Colômbia, no entanto não de forma homogênea, porquanto respeita as particularidades sócio-históricas e às contradições de cada país, a depender das distintas correntes teóricas, metodológicas e políticas da profissão.

Nesse contexto, destaca-se o Programa Mínimo de 1971, movimento universitário marcado por protestos e reivindicações por uma proposta de renovação profissional do Serviço Social e pela autonomia universitária (Londoño, 2022). Outro aspecto importante foi o denominado método de Caldas, “proposta metodológica que reconhece alguns elementos da tradição marxista, por sua vez foram construídos por professores da Universidade de Caldas e da Universidade Nacional” (Avila; Londoño, 2019, p. 250).

As considerações expostas neste estudo destacam a Reconceituação na Colômbia, que incorporou algumas pautas reivindicativas dos movimentos sociais e das lutas de classes, colocando como necessidade imediata a renovação dos currículos de formação profissional e sinalizando uma forte crítica ao Serviço Social tradicional. Assim, “a Universidade Nacional de Colômbia fez sua reforma curricular em 1970; o Colégio Maior de Cundinamarca em 1974-1975; a Universidade de Caldas em 1972; a Universidade del Valle em 1972” (Londoño, 2022, p. 100).

Cabe registrar que “foi a partir da segunda metade da década de 1970, sob esta matriz de pensamento, que a renovação do Serviço Social na Colômbia se estrutura com base em fundamentos modernizantes e endógenos” (Londoño, 2022, p. 101). Observa-se,

no percurso da história, que o Movimento de Reconceituação na Colômbia não se reduziu apenas às reformas curriculares como proposta de renovação profissional do Serviço Social discutida por professores e estudantes de Serviço Social em fóruns e seminários, mas também se estendeu a manifestações organizadas pelo movimento estudantil. Esses acontecimentos contribuíram para a construção do Coletivo de Trabalho Social Crítico da Colômbia.

A história do Trabalho Social/Serviço Social Crítico na Colômbia

Situamos o Trabalho Social/Serviço Social na América Latina (Cuba, México e Colômbia) como construção sócio-histórica mediada pelas relações sociais na sociabilidade capitalista. A partir do exposto, objetiva-se refletir sobre o Serviço Social Crítico colombiano, que “surge como uma expressão da luta de classes, na batalha das ideias de uma categoria profissional, pretendendo a superação de um Trabalho Social tradicional e conservador, de costas para a realidade social colombiana” (Tapiro, 2016, p. 397).

Em 2004, na Colômbia, surge e se consolida o processo denominado Trabalho Social Crítico, que visava romper com o Trabalho Social tradicional. Os estudantes e graduados da Universidade Nacional da Colômbia participaram de Encontro Nacional de Estudantes de Trabalho Social (Enets) e decidiram formar um grupo de estudos chamado Serviço Social Crítico, tendo como referência para a construção crítica o Brasil e seu projeto ético-político, a partir da perspectiva marxista (Chilito; Peña; Tapiro et al., 2011; Tapiro, 2016).

A partir desse momento, tem início um debate em algumas universidades da Colômbia, exatamente em 2006, a saber: “a Univer-

sidad del Valle, a Universidad de Caldas, a Universidad Republicana, a Universidad de Antioquia, a Universidad de la Salle, a Universidad Externado e a Universidad Minuto de Dios” (Chilito; Peña; Tapiro et al., 2011, p. 92).

Isto posto, cabe destacar que em 2007 ocorreu o I Congresso Latino-Americano de Trabalho Social Crítico. É neste momento histórico que, em 2008, “foi aberto o primeiro mestrado em Serviço Social na Universidade Nacional, com ênfase na família” (Avila; Londoño, 2019, p. 260). Nessa direção, em 2010 foi realizado o II Congresso Latino-Americano de Trabalho Social Crítico, a fim de aprofundar a discussão na perspectiva marxista, visando à construção de projetos ético-políticos. Entre 2012 e 2014, organizou-se o Terceiro Congresso Latino-Americano de Trabalho Social Crítico, comemorativo dos dez anos do processo de Trabalho Social Crítico da Colômbia (Tapiro, 2016).

Observa-se no percurso da história que “a experiência do Serviço Social na Colômbia ainda se encontra num estágio inicial, considerando o âmbito nacional, porque é uma tendência pouco divulgada na formação, com pouca aceitação e inclusive estigmatizada pelos setores conservadores mais hegemônicos na Colômbia” (Avila, Londoño, 2019, p. 258). Outro aspecto que merece ser destacado no debate sobre o Serviço Social colombiano é a regulamentação pela Lei nº 53, de 1977. O decreto nº 2.833, de 1981, legitima a criação do Conselho Nacional de Trabalho. Além disso, a categoria dispõe de um código de ética, aprovado em 2015, que norteia ética e politicamente a profissão.

A dimensão organizativa político-profissional na Colômbia é fruto do processo histórico de luta pelo reconhecimento profissional, em que se destacam: o Conselho Nacional para Educação em Trabalho

Social (Conets), em 1965; e o Conselho Nacional de Trabalho Social (CNTS), que reúne diferentes instâncias profissionais, e cujos profissionais são filiados à Federação Colombiana de Trabalhadores Sociais (FECTS), criada em 1978 (Avila, Londoño, 2019).

O coletivo de Trabalho Social Crítico surgiu na contracorrente e se constitui como uma experiência de organização profissional que visa a um debate sobre a renovação crítica profissional na perspectiva marxista, voltada para o compromisso com os interesses dessas classes na Colômbia.

Assim, a partir das considerações nesse debate, destaca-se que o Trabalho Social/Serviço Social Crítico na Colômbia “coloca a ênfase na luta pela paz com justiça social, democracia e soberania; na construção da memória histórica para a garantia de não repetição; e no fortalecimento da organização e da mobilização social no acirramento das lutas de classes e nas disputas de projetos no país” (Tapiro, 2016, p. 400).

Considerações Finais

Debruçamo-nos sobre o Serviço Social como profissão que surge e se desenvolve, e de sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho, especialmente a gênese da profissão em Cuba (1943), no México (1933) e na Colômbia (1936). Buscou-se mostrar que a formação dos profissionais de Serviço Social teve a influência conservadora das escolas europeias e dos métodos denominados clássicos (Caso, Grupo e Comunidade).

O período de ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador no território latino-americano atentou para as particularidades e contradições de cada país, no entanto foi o marco na história

da profissão. Cuba e México não vivenciaram o processo de reconceituação propriamente dito. No caso da Colômbia, este foi marcado pela Frente Nacional e pelo movimento de 1971, que contribuíram para uma superação do Trabalho Social tradicional e para o avanço das reflexões teóricas e metodológicas da profissão.

Observa-se que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social colombiano reconhece em alguma medida a “influência” do contexto latino-americano para a renovação profissional. É através do MRLA que os profissionais questionam os fundamentos conservadores do Serviço Social Clássico e criticam as relações sociais capitalistas.

A partir desse estudo foi possível perceber que o debate sobre o Trabalho Social Crítico na América Latina vem ganhando destaque após a participação de assistentes sociais em movimentos contestatórios, grupos de estudo/pesquisa e seminários, através do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (Celats) e da Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (Alaets). É nítida uma enorme lacuna na produção teórico-metodológica sobre o Trabalho Social/Serviço Social Crítico em Cuba, no México e na Colômbia.

As reflexões sobre a construção de um projeto ético-político tornam-se um desafio para a renovação crítica do Serviço Social, especificamente em Cuba e México, que não possuem lei de regulamentação, nem código de ética da profissão. Diante dessas informações, podemos considerar que é preciso fortalecer o debate sobre os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social Crítico, sendo, para isso, fundamental a contribuição da experiência do Serviço Social no Brasil.

Referências

AVILA, Roberth Salamanca; LONDOÑO, Sergio Quintero. **O Serviço Social na Colômbia: história e contemporaneidade.** Serviço Social na História América Latina. África e Europa, Org. Iamamoto, Marilda Vilela; YAZBEK, Maria Carmelita. Cortez: São Paulo, 2019, p. 241-268.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** 5. ed. Revista, Trad. José Paulo Netto e Balkys Villalobos, São Paulo: Cortez, 2000. Capítulos 1 e 3.

CISNEROS, Carmen Flores; LEÓN, Gudelia Martínez. **Hacia una concepción del Trabajo Social Trabajo Social contemporáneo en México. Su condición profesional.** KATALYSIS v. 9 n. 2 jul./dez. 2006 Florianópolis SC 249-259. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802006000200012>. Acesso em novembro 2022.

CHILITO, Natalia David; PEÑA, Nora Liliana Guevara, GAVIRIA, Johan Rubio, TOVAR, Carolina Rocío Fernández; TAPIRO, Juan Pablo Sierra. **Trabajo Social en América Latina y Colômbia: Aproximaciones Históricas.** *Revista de Trabajo Social – FCH – UNCPBA*, Tandil, Año 4 - N° 5, Julio de 2011. Disponível em <https://revistapla-zapublica.files.wordpress.com/2014/06/chilito-y-otros.pdf>

LEMOS, Esther Luíza de Souza, MATOS, Maurílio Castro de, RAMOS, Sâmia Rodrigues. **As organizações profissionais de defesa do Serviço Social na América Latina e no Caribe.** In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. dos. *A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais.* São Paulo: Cortez, 2021. p. 245-270.

LONDOÑO, Sergio Quintero. **O processo de modernização do Serviço Social na Colômbia: determinantes histórico sociais.** *A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais.* São Paulo: Cortez, 2021,

p. 195-218.

_____. **A frente nacional e a reconceituação do Serviço Social na Colômbia.** Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA. ONG. Duriguetto, Maria Lucia; EIRAS Alexandra A. L. T. S; MOLJO, Carina Berta. Juiz de Fora: Editora. UFJF, 2022. Disponível em: https://www2.ufjf.br/editora/wpcontent/uploads/sites/113/2022/03/PERSPECTIVAS-HISTORICO-CRITICAS_BA04.pdf Acesso em: novembro de 2022.

SILVA, J. F. S. da; CARMO, O. A. do. **Notas sobre o Trabalho Social cubano.** *Serv. Soc.Soc.*, São Paulo, n. 121, p. 66-94, jan./mar. 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/7d6kVh-FMKKmqBnzC6xSNvtd/?lang=pt>. Acesso novembro de 2022.

TAPIRO, Juan Pablo. **A construção do trabalho social crítico na colômbia.** *Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).* *Revista Política. Pública.* São Luís, Número Especial, p. 395-404, novembro de 2016. Disponível em <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5991> Acesso em: dezembro de 2022.